

**O NEGRO  
NA BAHIA**

DO AUTOR:

- A SABINADA — *A República Baiana de 1834* — Coleção Documentos Brasileiros — Livraria José Olympio Editora, Rio, 1938.
- A VIDA DE RUI BARBOSA — Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1941.

**COLEÇÃO DOCUMENTOS BRASILEIROS**

---

DIRIGIDA POR OCTAVIO TARQUINIO DE SOUSA

**55**

**LUIZ VIANNA FILHO**

# **O NEGRO NA BAHIA**

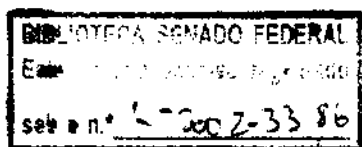
*Prefácio de*  
**GILBERTO FREYRE**



**1946**

**LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA**  
Rua do Ouvidor, 110, - Rio — Rua dos Gusmões, 104 - São Paulo

Dêste livro foram tirados, fora de comércio,  
vinte exemplares em papel *Bouffant* especial, as-  
sinados pelo autor.





Negras baianas com vestimentas típicas.



## INDICE

Prefácio de Gilberto Freyre .....	7
Introdução .....	17

### PRIMEIRA PARTE — *IMIGRAÇÃO*

#### Cap.

I — O tráfico .....	23
II — O ciclo da Guiné .....	41
III — O ciclo de Angola .....	48
IV — O ciclo da Costa da Mina .....	61
V — Última fase. A ilegalidade .....	73
VI — As cifras do tráfico na Bahia .....	92

### SEGUNDA PARTE — *INTEGRAÇÃO*

I — A evolução do negro na Bahia .....	105
II — O negro no Recôncavo .....	118
III — O sertão e o negro .....	126
IV — Bântus e sudaneses na Bahia .....	133

## APENDICE

Nota A .....	151
Nota B .....	153
Nota C .....	154
Nota D .....	160
Trabalhos e documentos consultados .....	163

## INDÍCE DAS GRAVURAS

Negras baianas com vestimentas típicas .....	4
Embarcação usada para o comércio entre a África e a Bahia no século XIX .....	50
Embarque de negros africanos da Bahia para a África após a libertação dos escravos .....	61
Linhas de importação de escravos para a Bahia do século XVI até 1830 .....	101
Mapa explicativo da geografia africana em relação ao tráfico de escravos com a Bahia .....	147



*Com seu estudo O Negro na Bahia, Luiz Vianna Filho vem concorrer para o esclarecimento de vários aspectos ainda superficialmente estudados da história e do caráter baianos, coloridos por influências de sangue e principalmente de culturas africanas. É um ensaio em que reaparecem, ampliadas e às vezes aguçadas, as qualidades do historiador de A Sabinada e do biógrafo de Rui Barbosa.*

*Baseia-se em pesquisas realizadas em arquivos regionais: principalmente no da Prefeitura da Cidade do Salvador. É o contacto com esse material opulento que permite a Luiz Vianna Filho retificar, em mais de um ponto, afirmativas de mestres respeitáveis. As evidências que reúne, por exemplo, a favor da importância numérica e mesmo cultural do contingente bântu na população negra da Bahia são de tal ordem que qualquer um de nós hesitará, daqui em diante, em falar na predominância sudanesa na mesma população.*

*É certo que, mesmo em face de tais evidências, continua de pé, ao meu ver, a predominância sudanesa pelo menos num setor do passado e do caráter afro-baiano: no setor que chamarei revolucionário. Ao contrário do bântu, gente mais doce e acomodaticia, o escravo sudanês ou de origem sudanesa, consciente como nenhum dos valores de sua cultura e, por isso mesmo, mais insubmisso e mais cheio de um como sentimento de dignidade africana e mesmo humana, que faz d'ele o castelhano ou o catalão da África negra, foi na Bahia um elemento de constante trepidação, que mais de uma*

*vez deu provas de sua capacidade de organizar-se contra os brancos, senhores de terras e donos de homens, envolvendo em suas organizações revolucionárias negros de outras procedências.*

*Ao setor revolucionário creio poder acrescentar-se, além do místico ou religioso — no qual é indiscutível a predominância do baiano sudanês — aquêle que denominarei estético, para designar a influência sudanesa na estabilização — estabilização relativa, é claro — de um tipo de negro e principalmente de mulato — o negro ou mulato baiano de cidade — superior em estatura, em harmonia de proporções de corpo, em beleza de traços do ponto de vista europeu, em ritmo de andar, em encantos sexuais e graças pessoais, aos negros e mulatos das demais regiões brasileiras coloridas pela influência do negro africano em sua formação. Aliás, tendo feito já a sugestão de que a importação de negras da África para a Cidade do Salvador teria obedecido a essa seleção estética — no interesse de negociantes ricos sem espôsas brancas — e não apenas às necessidades industriais ou agrárias da área urbana e dos seus arredores, vejo de algum modo confirmado pelo estudo de Luiz Vianna Filho o fato de que enquanto o Recôncavo agrário e feudal preferiu o bântu, a Cidade parece ter sido realmente a área de concentração e especialização do sudanês.*

*De modo que, mesmo minoria, o sudanês parece ter sido na paisagem étnica e social da escravidão na Bahia o elemento dinamicamente urbano em contraste com o bântu, passivamente rústico; e como elemento dinamicamente urbano parece ter-se feito respeitar pelos brancos mais do que o escravo rústico, impondo-se ao respeito dos mesmos brancos, os homens pela sua formação não raro muçulmana, igual e às vêzes superior à cristã dos colonos portugueses, as mulheres, por sua beleza de traços — do ponto de vista europeu —, por sua arte de adôrno do corpo, por suas virtudes pessoais, graças*

*domésticas, quindins sexuais. Foram assim os dois sexos, por motivos diversos, o elemento aristocrático da população escrava na Bahia, no Norte, no Brasil inteiro; o mais capaz de iniciativa, de influência sobre os demais negros e de resistência aos senhores brancos. O mais capaz, também, de ascensão social na sociedade estruturalmente européia que era a América Portuguesa que teve por centro sua primeira metrópole.*

*São aspectos da formação baiana, esses, nos quais infelizmente não se fixa o autor do excelente ensaio que se segue; mas talvez venha a fazê-lo breve, alargados agora, com segurança de critério e de métodos, por ele, por Artur Ramos, por Edson Carneiro, por Pedro Calmon e por alguns pesquisadores mais jovens, os caminhos para a análise e interpretação da história mais íntima do negro na Bahia, abertos por Nina Rodrigues, Sá Oliveira, Manuel Querino, Braz do Amaral. Dos estudos da história exterior e concreta do africano na Bahia — nos arquivos oficiais e nas sobrevivências folclóricas — estamos hoje aptos a passar aos de história psicológica e ecológica.*

*A Bahia forma dentro do conjunto brasileiro de natureza e de cultura uma região de tão nítidos característicos que sua história natural, social e cultural — na qual o negro ocupa lugar saliente — deve ser escrita dentro de critério e de métodos ecológicos, é claro que sem desprezo pelos muitos pontos de contacto do que é concentrada e especialmente baiano com o resto da América Portuguesa e, principalmente, com o Norte monocultor, escravocrata e aristocrático. Gardner, botânico inglês de renome vindo do Rio para o Norte do Brasil nos princípios do século passado, notou imediatamente na Bahia maior abundância de coqueiros e o fato de serem as mangueiras não só mais numerosas como mais altas, mais imponentes e mais vastas que as do Rio: duas vezes o tamanho das do Rio, segundo sua observação. E a mesma impressão de vitalidade máxima em*

*terra ou ambiente brasileiro deram ao cientista outros valores importados pela Bahia: os negros que viu nas ruas do Salvador. Comparados com os do Rio e de outras províncias, os homens e mulheres africanos e de origem africana do Salvador impressionaram o inglês pela sua estatura elevada, pelas suas boas formas de corpo, por sua inteligência às vezes de letrados.*

*A origem comum dessa população negra (porventura mais homogênea, física e culturalmente, que a de qualquer outra cidade escravocrata do Brasil), à sua superioridade de vigor físico e de inteligência, e, ainda, ao fato importantíssimo de ser unida ("united among themselves") é que Gardner atribuiu a tendência dos negros do Salvador para insurreições. Tendência para insurreições acompanhada da capacidade para realizá-las — pode-se acrescentar ao observador inglês.*

*Eram, evidentemente, os negros da Bahia uma força que não se deixava facilmente humilhar nem docemente dominar pelos senhores brancos. Donde poder dizer-se, em comentário aos reparos de Gardner, que coqueiros, mangueiras e negros do Salvador e dos seus arredores adquiriram na paisagem brasileira um ar, uma vitalidade às vezes arrogante de triunfadores e, ao mesmo tempo, uma doçura satisfeita de senhores antigos da terra e iguais aos brancos e aos índios, aos cajueiros e às laranjeiras. Muito de arrogância e doçura satisfeita que nem sempre os pretos alcançaram noutras áreas luso-americanas.*

*Teriam os três elementos, hoje caracteristicamente brasileiros — negros, mangueiras, coqueiros — encontrado naquele trecho de terra gorda e fecunda seu habitat ideal; mas não nos esqueçamos, no caso dos negros, que o caráter excepcionalmente urbano da capital da Bahia parece ter atraído para ali elementos que não encontrariam igual aceitação social nem iguais favores ou estímulos do meio ou do ambiente humano, em áreas mais dominadas pelo interesse agrário ou pela*

ânsia ou furor da mineração e por isso mesmo empenhadas em receber da África negros de capacidade quase puramente física ou simplesmente técnica, desprezadas quaisquer outras virtudes de ordem estética ou cultural. Desprezados aquêles atrativos de semelhança com o “tipo caucásico” notados por Adolphe d’Assier nos negros e descendentes brasileiros de negros da “raça vigorosa a que pertenciam os reis do Sudão” e que o francês, em viagem pelo Brasil, no meado do século XIX, soube que davam “provas inequívocas de aptidão superior”, podendo, como operários, negociantes, padres, médicos, advogados, rivalizar com os brancos.

Foram os Minas da capital da Bahia que deram a d’Assier a mesma impressão recebida por Gardner: a de conservarem no Brasil tôda a seiva e verdor africanos. “Ce sont surtout les gigantesques négresses minas qui excitent l’attention”, diz d’Assier referindo-se aos negros das ruas do Salvador no meado do século passado. E dando idéia da dignidade de porte das baianas livres: “On dirait parfois des déesses antiques taillées dans un bloc de marbre noir. Il n’est pas rare de rencontrer de ces femmes, hautes de six pieds, portant gravement une banane ou une orange sur la tête”. Dignidade talvez mal interpretada pelo francês: L’horreur du travail est tellement enracinée dans ces natures indolentes et sensuelles qu’elles se croiraient déshonorées si elles tenaient à la main le plus petit object”. A verdade parece ser neste caso, como sempre, menos simples; e liga-se tanto à tradição africana de conduzir o individuo majestosamente à cabeça qualquer objeto — que toma assim, mesmo quando humilde banana ou simples laranja, um ar de coroa a coroar o rei ou a rainha que cada homem e cada mulher madura parece, aliás, ter a consciência de ser em algumas das sociedades africanas — como ao desprêzo pela idéia de ocupar o negro ou negra livre as mãos quanto possível aristocráticas, confundindo-se com os escravos de mãos sem-

*pre servilmente ocupadas com objetos ou valores de seu senhor: criança, capote, guarda-sol, urinol, escaradeira, bandeja de doce ou de fruta, peru, porco, presente de Natal, bolsa ou baú de viagem.*

*Se insisto em sugerir para o estudo da história do negro na área urbana do Salvador e nos seus arredores um critério ecológico — no sentido lato de ecologia — e ao mesmo tempo psicológico, que tome em justa consideração, além dos prováveis motivos predominantes na seleção de negros para essa área, as condições que não só favoreceram o desenvolvimento, o prestígio e a influência extraordinária dos africanos nesse trecho do Brasil como orientaram a invasão da mesma área e de suas margens por negros aparentemente “caucásicos” e na realidade mais “africanos” que os depois predominantes noutras áreas, é por me parecer que nem aquêles motivos nem essas condições especiais de meio social e espaço físico podem ser desprezados em qualquer esforço mais profundo de reconstituição e interpretação do passado afro-baiano. Nem em esforço nenhum de explicação do caráter ou do ethos urbano-baiano em relação com os das demais áreas brasileiras coloridas pelo sangue e pelas culturas africanas.*

*Dentre os novos estudiosos brasileiros de assuntos baianos, Luiz Vianna Filho é daqueles que se apresentam mais capazes pela inteligência compreensiva e pela penetração crítica de concorrerem para o esclarecimento desses aspectos mais íntimos do passado e do caráter de uma área que teve como talvez nenhuma outra, no Brasil, condições e motivos densamente urbanos a lhe estimularem e enriquecerem a formação no sentido da complexidade. De Luiz Vianna Filho, de Godofredo Filho, de José Valadares, de Edson Carneiro, de Osmar Gomes, de Nestor Duarte, de Afrânio Coutinho, de Aliomar Baleeiro, de João Mendonça, de Nelson Sampaio, de Clovis Amorim, para não falarmos dos já mestres Artur Ramos, Wanderley de Pinho, Pedro Calmon, Bernardino*

de Souza, M. J. Herskovits, Donald Pierson, E. Franklin Frazier, muito se pode esperar no sentido desses esforços de reconstituição e de interpretação menos simplista e mais compreensiva de uma Bahia que chamando-se de Todos os Santos parece ostentar nessa sua tradicional denominação um como índice de sua complexidade: complexidade rebelde a quanto fôr devoção exclusiva por santo particular; a quanto fôr unilateralismo exagerado. A própria devoção de Nosso Senhor do Bonfim sabe-se que sob a aparência de uma só reúne muitas: é complexa. Com relação à Bahia de formação negra ou africana, Luiz Vianna Filho agora nos adverte contra o perigo de não a considerarmos só nem principalmente sudanesa mas igualmente bântu. Advertência contra uma das muitas simplificações exageradas nos estudos afro-brasileiros.

As evidências puramente históricas em que êle se baseia, colhidas em arquivos oficiais, poderão ser confirmadas e avigoradas — ou neutralizadas — por evidências de caráter antropológico — físico e cultural — que um estudo minucioso dos anúncios de escravos à venda e principalmente dos de escravos fugidos recolha com objetividade e discriminação nas gazetas baianas do século XIX. Cada dia mais me convenço da conveniência de tal estudo com relação ao passado de uma área da complexidade da baiana-urbana. Área que evidentemente projetou sua influência sobre o Recôncavo agrário em vez de ter sido simples reflexo da paisagem feudal do mesmo Recôncavo ostensivamente dominado pelos barões das casas-grandes, mas uma vez por outra agitado por insurreições organizadas pelos negros urbanos, sofisticados e conscientes de sua força e, até certo ponto, de sua cultura.

Aliás, o poder de irradiação da “consciência de espécie” — “espécie” cultural — desses negros urbanos da Bahia parece ter sido maior do que se imagina. Não se limitou ao Recôncavo nem mesmo à Bahia. Trans-

*bordou às vèzes por outras capitaniás. Pela Comarca de Alagoas, por exemplo. Não faz muito tempo que, relendo MSS de correspondência dos capitães-generais de Pernambuco com a Córte, deparei, no volume relativo aos anos de 1815-1817, com a notícia de um movimento revolucionário de escravos que deveria ter rebentado na Comarca de Alagoas nas proximidades do Natal do ano de 1815. Foi porém surpreendido a tempo pelas autoridades. De um dos officios sôbre o assunto, do capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, consta a origem baiana da projetada insurreição. "Alguns escravos fugidos da Bahia espalharam as primeiras sementes da sedição". De outro officio é a informação de que os escravos de Alagoas "com efeito meditavam levantar-se contra os brancos e teria havido algũa inquietação se a tempo se não obstasse com oportunas providências". Chegou a haver grande alarme entre os brancos e brancarões alagoanos, donos de terra e de negros.*

*Não creio que a malograda insurreição dos negros de Alagoas, estimulados à revolta contra os brancos por escravos fugidos da Bahia, tenha sido exemplo isolado do poder de irradiação da atividade política dos afro-baianos de cidade. A outros pontos do Brasil deve ter-se estendido aquela atividade inteligente de pretos mais civilizados e inquietos que os das demais áreas. Aos quilombos do Espirito Santo, por exemplo. E na insurreição de gente de côr do Recife em 1823 talvez venha a encontrar-se marca de influência ou inspiração baiana; e não apenas haitiana ou dominicana.*

*Era de branco familiarizado com os negros urbanos, civilizados e até sofisticados da Bahia, a voz de membro da Assembléa Constituinte que em sessão de 30 de setembro de 1823 advertiu seus colegas contra o perigo de suporem os africanos "incapazes de civilização". Nem "incapazes de civilização" nem incapazes de insurreições. "Deixemos, senhores", dizia naquela*



*sessão Silva Lisboa, "controvérsias sobre côres; são fenômenos físicos que variam conforme os graus do equador, influxos do sol e disposições geológicas e outras causas muito profundas que não são objeto desta discussão. . . . Boas instituições com a reta educação são as que formam os homens para terem a dignidade de sua espécie, quaisquer que sejam as suas côres. . . ." Que se recordassem todos, acrescentava Silva Lisboa, do muito que contribuíram africanos e crioulos para "o estabelecimento do Império do Brasil".*

*Para o desenvolvimento da civilização brasileira em sentido étnico e socialmente democrático, a contribuição do africano e do descendente de africano fixados na área urbana da Bahia pode ser considerada de especial importância. Não nos esqueçamos de que esse trecho do Brasil foi — e continua a ser — a área, por excelência, do negro e principalmente da negra fina, do negro pachola, do crioulo "muito político no falar" que às vezes passa pelos anúncios de negros fugidos, da negra capaz de servir de exemplo dos extremos de graça, de delicadeza de gestos, de elegância de porte, de doçura de voz, de encanto pessoal que pode atingir a mulher de origem africana, mesmo quando preta ou quase preta, sob os favores de ambiente urbano. Se a democracia brasileira vier a ser uma democracia de aristocratas, que melhor contribuição africana a terá enriquecido que a dos negros urbanos da Bahia, predominantemente sudaneses em sua cultura?*

*O estudo desse tipo urbano de negro que foi no desenvolvimento da civilização brasileira uma especialização baiana está ainda para ser feito; mas os caminhos de pesquisa e de análise, que hão de nos conduzir até lá, repito que vão sendo alargados com vigor de inteligência e senso crítico por jovens historiadores da marca de Luiz Vianna Filho. A Bahia não tem hoje ensaísta ou historiador que mais incisivamente desminta a lenda da incapacidade baiana para o ensaio crítico ou*

*para o estudo histórico libertado da eloquência e da retórica, que Luiz Vianna Filho. Os que conhecemos seus recursos de talento e de erudição só podemos desejar que a este ensaio histórico-sociológico de introdução ao estudo do negro na Bahia sigam-se novas páginas sobre o assunto: um assunto que lhe pertence por direito de nascença completado pelo de conquista. O direito de nascença é claro que apenas se refere à sua condição de branco nascido na Bahia. Por si só, uma condição perigosa. Mas ideal, quando completada por uma inteligência do equilíbrio, da objetividade e do poder de discriminação que fazem de Luiz Vianna Filho um dos melhores ensaístas que hoje se dedicam no Brasil aos estudos de história e de sociologia regional.*

Santo Antonio de Apipucos.

Fevereiro, 1944.

GILBERTO FREYRE

Nos estudos contemporâneos de sociologia, de história e de geografia, os problemas relativos ao negro estão na ordem do dia. Disso um exemplo palpitante é o número crescente de sociedades, revistas e trabalhos inteiramente dedicados às questões raciais e culturais das populações originárias da África e que, hoje, sobretudo através de populações mescladas de sangue negro, se derramam por largas áreas do mundo, com um vigor e uma intensidade que preocupam os estudiosos dos movimentos da humanidade. Esse interesse, porém, não se verifica apenas nos círculos cultos, como os das sociedades científicas americanas, francesas e italianas, dedicadas às pesquisas de assuntos relacionados com o negro, mas se estende ao público em geral. Não faz muito que um jornal francês enviava um representante, André Demaison, para proceder a um inquérito sobre a situação do negro na América.

No Brasil, onde — excluída a América do Norte — se encontra a maior população mestiça do mundo, e com larga contribuição do sangue negro, vários têm sido os estudos realizados sobre o assunto. Interrompida a obra de Nina Rodrigues, somente nos últimos anos foi o tema retomado pelos trabalhos de Oliveira Vianna, Roquete Pinto, Artur Ramos, Gilberto Freyre, J. A. Gonsalves de Mello, neto, Edson Carneiro e de alguns outros. No entanto, pelas suas condições peculiares, nenhum campo mais fértil para estudos dessa natureza do que o brasileiro, onde o branco, representado pelo português, que sempre se misturou abertamente com as populações nativas, como observa R. E. Park, cruzou intensamente com a população negra importada da África.

Importado com um fito exclusivamente econômico, o negro, rapidamente, assistiu à desintegração da sua cultura, enquanto as suas relações com a população dominante, por determinantes de caráter econômico e

cultural, se transferia para outros campos da vida social, apesar do grupo branco pretender conservá-lo isolado da sua cultura. Nesse fato foi elemento primordial a mulher escrava, de cuja união com o homem branco resultou o mulato, o pardo, como se chamou no período colonial, e que foi o nosso "marginal man", para usar da expressão de Park. Elemento intermediário entre as duas sociedades, já meio esquecida das tradições culturais do grupo inferior e iniciando a assimilação da cultura do grupo superior, ambicionando equiparar-se a este, foi o ponto de encontro entre os dois grupos. Em regra, graças aos nossos fracos preconceitos de côr, em contrário ao que acontece na América, onde uma gôta de sangue negro torna prêto um homem branco, não foram repudiados pela classe dominante, sobretudo com o correr do tempo, o que contribuiu grandemente para atenuar o nosso conflito racial. E, como resume Capistrano, quando reuniam a audácia ao talento e à fortuna alcançaram altas posições. Na Bahia, observação idêntica fizeram Spix e Martius.

Dentro dêsse critério, quase livre de preconceitos raciais, que foram cada vez mais se apagando, delineou-se a sociedade brasileira, da qual emergiria a nossa raça atual, composta de elementos étnicos diversos, mas perfeitamente marcado sob o ponto de vista sociológico, para o qual a expressão raça, segundo os estudos realizados por Miller, Park, Reuter e Brown, entre outros, tem apenas significação quando definida numa cultura. Nesse sentido podemos afirmar que somos uma raça, unificada nas suas tradições, nas suas crenças, nos seus ideais, na sua língua e na sua cultura. Para ela, mais do que o índio, que, em certa época, tanto impressionou a nossa literatura, contribuiu o Negro, cujas sobrevivências culturais, ainda hoje, se notam na população brasileira.

Para o estudo dessa contribuição negra na sociedade brasileira não bastam, porém, as observações diretas das atuais populações de côr. O confronto com elementos históricos, infelizmente tão escassos, é indispensável. Eles é que nos poderão fornecer os dados necessários para o conhecimento de fatos passados e que, melhor do que qualquer pesquisa atual, explicam fenômenos sociais cuja repercussão ainda perdura no

“melting-pot” nacional. Assim o coeficiente de cada um dos dois grandes grupos africanos importados para o Brasil — o bântu e o sudanês —, o seu comportamento social, a sua influência na economia do país, o regime de vida a que foram submetidos, a repercussão da sua cultura na sociedade nova, os fenômenos de aculturação e de sincretismo religioso, os choques de cultura, e, por fim, a integração e a evolução do negro na sociedade brasileira.

É um largo capítulo da história nacional, e que se estende desde o tráfico até a situação atual do negro no Brasil. O material necessário para o escrever ainda se conserva, em grande parte inédito, distribuído pelos arquivos nacionais, sem se falar da preciosa contribuição de arquivos estrangeiros. A publicação de trabalhos regionais é que poderá fornecer ao historiador de amanhã êsses elementos. Foi dentro dêsse objetivo que limitamos à Bahia o presente trabalho. À Bahia onde foi tão intensa a contribuição do elemento negro em todos os departamentos da atividade e a cujas qualidades de trabalho e de inteligência se deve, em boa parte, o aparecimento, nos trópicos, duma civilização de elevado nível de cultura. Isso sem que fôsse a Bahia o ponto do território nacional de maior densidade negra. Em Pernambuco, primeiro, e depois no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em S. Paulo e no Maranhão foram mais elevadas as percentagens da população africana.

Lamentamos que em alguns pontos as investigações a que procedemos nos tenham levado a divergir de outros pesquisadores. Sempre que o fizemos, porém, foi pelo desejo de contribuir para os estudos posteriores, que se venham a realizar, no Brasil, sobre o negro. Sobretudo em relação às direções do tráfico e aos elementos por êle trazidos para a Bahia nos afastamos, de algum modo, de conclusões consagradas. Também de referência à posição ocupada por bântus e sudaneses na fusão do elemento branco com o negro, na Bahia, nos desviamos de antigos pontos de vista.

Aqui os nossos agradecimentos, pelo valioso auxílio que nos prestaram, ao Dr. Alfredo Pimentel, diretor do Arquivo Público da Bahia, cuja preciosa documentação

foi facultada às nossas investigações, e ao modesto e culto franciscano, frei Tomaz Cockmeyer, que nos forneceu inestimáveis indicações colhidas nas suas pacientes peregrinações pelos candomblés da Bahia, cujas intimidades devassou com o penetrante olhar de cientista.

Bahia Junho-Agosto, 1938.

**PRIMEIRA PARTE**

**IMIGRAÇÃO**





## CAPÍTULO I

### O TRÁFICO

Com o tráfico, sempre mais cruel do que o regime servil a que seriam submetidos, inicia-se a história dos negros transportados da África para a Bahia. Das faces dramáticas da escravidão, nenhuma excede, em horror, às atrocidades praticadas pelos negreiros. Frequentemente divulgadas pelos escritores, muitas vezes exageradas pela imaginação, pode dizer-se que são do domínio público.

Fazendo-se ora em direção à Guiné, ora a Angola, ora à Costa da Mina, influenciado por causas econômicas e políticas, tanto internas como externas, intimamente ligado ao desenvolvimento do país, o tráfico apresenta vários aspectos de importância para o conhecimento exato das populações negras importadas e do seu comportamento social. Alguns, no entanto, pouco têm sido estudados.

Dentre êstes está o da geografia africana nas suas relações com o comércio de escravos. A cada passo, no estudo das importações negras para a Bahia, encontramos referências à Guiné, à Costa da Mina ou a Angola, exprimindo populações ou territórios. Tais termos, no entanto, sofreram, com o tempo, profundas modificações na sua significação. Ora tiveram uma extensão mais ampla, compreendendo grandes territórios, ora ficaram restritos a pequenas regiões. Sem situá-las no tempo, marcando a significação precisa que tiveram em cada época, seria impossível intentar o exame da escassa documentação existente.

Provém o fato, principalmente, dos restritos conhecimentos geográficos da época dos descobrimentos, quando a costa africana, como a brasileira, esteve sujeita a batismos e crismas, que nem sempre vieram a prevalecer posteriormente. Nem todos os navegantes usavam as mesmas designações, quer em relação a pe-

quenos acidentes geográficos, quer em relação a dilatados territórios. Somente em época posterior, confrontadas descobertas e toponímias, foi possível chegar-se a certa uniformização. Mas, num livro de divulgação, são pontos necessários de fixar, afim de que se não incida no erro tão freqüente de emprestar a expressões geográficas quinhentistas e seiscentistas a sua significação atual.

Disso um exemplo vivo é o que ocorre com a Guiné. A simples enumeração dos vários conceitos atribuídos a esta expressão esclarece o assunto. Reclus, por exemplo, assim define o que seja a Guiné: "A expressão geográfica Guiné — e não Guinee — que os navegadores portugueses deram ao conjunto da África ocidental, da embocadura do Senegal à do Orange, perdeu gradualmente o seu valor compreensivo; à medida que os países do litoral foram melhor conhecidos, nomes especiais lhes foram dados e, no uso ordinário, o nome Guiné não ficou senão para as possessões portuguesas da costa africana entre a bacia da Casamaca e o Camponi". (1) Alinham-se aí os dois conceitos extremos. O mais lato, do ciclo dos descobrimentos, e o mais restrito, contemporâneo. O primeiro, compreendendo quase toda a costa leste da África, desde o Senegal, acima de Cabo Verde, até os limites da Colônia do Cabo, na extremidade meridional do Continente, e o último, abrangendo apenas uma estreita área das atuais possessões portuguesas dessa região. Dificulta ainda a questão o fato de se ter dado a modificação lentamente, variando de cronista a cronista, de geógrafo a geógrafo. Já em 1605 variara o conceito primitivo, pois, segundo informava o Pe. Barreira "Esta Província de Africa a que propriamente os nossos chamam Guiné, se começa no rio Ganaga pela parte norte e continuando a costa quase 180 léguas se acaba na Serra Leoa". (2) Aproximam-se desses limites os que Bouillet atribui à Guiné: Serra Leoa, ao norte, e o cabo Lopo, ao sul. (3) Mais lata é a definição de

(1) Reclus, Tratado de Geografia, v. XIII, pag. 306, ed. de 1887.

(2) Relação Anual das cousas que fizeram os Padres da Companhia de Jesús nas suas missões, 1600-1609, v. I.

(3) Bouillet, Dictionnaire Universel d'Histoire et Geographie.

Balbi, que, chamando-a de Nigritia Maritima, dava a Guiné "todos os territórios situados entre a Senegâmbia e o Congo". (4)

A confusão perdurou por muito tempo. No meado do século XVIII já se não podia precisar o que fôsse a Guiné. Tanto mudara, tanto variara, que não exprimia nada certo, delimitado na geografia da época. E o Conde dos Arcos, escrevendo da Bahia, em 1758, para Tomé Joaquim da Córte Real, dizia-se embaraçado para cumprir uma ordem referente à Guiné "porque a palavra Guiné no sentido em que a tomão alguns autores compreende não só as ilhas de S. Tomé, mas também muitos dos portos da Costa da Mina: excluída, porém, todos os portos do Reino de Angola por se não conterem debaixo do reino de Guiné"... E acrescentava: "faz preciso que com mais alguma distinção me declare quais são os portos da Guiné". (5) Que era afinal essa Guiné, que tanto mandava escravos para a Bahia?

Malte-Brun é de opinião que, originariamente, fôsse a Guiné a parte central da África a que os mouros chamavam Gingia ou Gíneva, atribuindo a extensão do nome até ao litoral ao fato de oferecerem os mouros, Segundo Leão o Africano, para o resgate, ouro da Guiné ou negros Jolofos, que foram chamados negros da Guiné, passando, posteriormente, o nome a significar o território, que começava na margem esquerda do rio Senegal, e que, em 1845, se prolongou até ao cabo Negro, quando aí chegou Diogo Cam. "Foi para os portugueses, diz Malte-Brun, a maior extensão que teve para o sul o nome de Guiné". (6)

Sujeita a tantas transformações a Guiné mais parecia um território limitado por dunas movediças. Era difícil fixar-lhe o exato sentido geográfico. Foi o que levou Malte-Brun a dizer que a Guiné "pelos seus limites incertos merece que o seu nome seja riscado das nomenclaturas científicas".

Em relação ao tráfico, no século XVI, parece-nos que a expressão deve ser tomada na sua acepção mais

---

(4) Adr. Balbi, Tratado de Geografia Universal, v. II, pag. 312, Paris, 1838.

(5) Anais da Bib. Nacional, v. 31. Inventário de Documentos, doc. n.º 2.538.

(6) Malte-Brun, Tratado de Geografia, v. 5.

ampla, compreendendo os territórios situados entre o Senegal e o Orange, pois "escravo da Guiné" foi o nome sob o qual, nesse século, se designaram os negros importados dessa imensa região, sem distinção de raças.

Fato idêntico ao da Guiné ocorre com a Costa da Mina, expressão que parece não ter saído do círculo dos nossos escritores. Fortemente vinculada à história do tráfico baiano, *Costa da Mina* foi designação apenas usada pelo comércio de escravos, não tendo entrada na geografia. Poucas regiões, porém, terão tido maior influência no desenvolvimento da importação de escravos para a Bahia, especialmente no século XVIII, em que absorveu a maior parte da atividade dos traficantes baianos. Para uns seria uma expressão genérica, usada no tráfico para designar as costas banhadas pelo golfo da Guiné. Para outros lembraria as proximidades do forte de S. Jorge da Mina. De qualquer modo a imprecisão prestava-se a equívocos. O próprio Pôrto-Seguro, sempre tão exato nas suas informações, escreveu ficar a Costa da Mina fronteira à Bahia. (7) Southey, citado por Borges de Barros, limita a Costa da Mina entre o rio Gabão e o cabo Monte. No "Discurso Preliminar" aparece compreendida entre o cabo Palmas e o rio Gabão. (8) De maior valor, porém, por se tratar de um documento contemporâneo da época em que foi mais intenso o tráfico entre a Bahia e a Costa da Mina, são os estatutos da "Companhia Geral da Guiné", tentada, na Bahia, em 1756, e que assim se expressavam: "E' V. M. servido conceder-lhe o comércio exclusivo em todos os portos da Costa da Mina, que se compreende desde o cabo do Monte ou Mozurarem até o de Lopo Gonçalves." (9) Estes os limites que se devem considerar para a Costa da Mina. O seu centro comercial seria Ajudá, também chamada Wydah. Dêles se não podiam afastar os portugueses, sempre rigorosamente vigiados pelos holandeses. Em 1767, o capitão Francisco Antô-

(7) Pôrto-Seguro, História Geral, v. I, pag. 221.

(8) Discurso Preliminar, in Anais da Bib. Nacional, v. 27.

(9) Estatutos da Companhia Geral da Guiné, in Anais da Bib. Nacional, v. 31. O cabo Monte é o atual Mesurado, próximo a Robertsport, e nem sempre assinalado pelos geógrafos. (V. Bouillet, obr. cit. Pl. 39 e 82).

nio de Etré, depondo na Bahia, queixava-se dos flamengos a que não podiam fugir, pois, "os Capitães que seguem a carreira da Costa da Mina, para poderem tomar os portos de sua negociação, por causa das correntezas das agoas serem grandes para o sul e leste, carecem de hir tomar altura de Cabo de Palmas para dahi virem descahindo pela Costa, e nesta altura do Castello da Mina, e em outros sitios, se encontram de ordinario com os navios Olandeses..."

Apertava-se a Costa da Mina num pequeno território que chegou a absorver, anualmente, levadas pelos traficantes baianos para o resgate de escravos, 300.000 arrobas de fumo refugado da Bahia. (10)

O território de Angola, que até o século XVI esteve compreendido sob a designação geral de Guiné, teve em seguida, ao ser melhor explorada a sua costa pelos navegantes lusos, os seus limites fixados entre os cabos Lopo Gonçalves e Negro, abrangendo o Congo, Bengüela e Angola. "A costa da Africa Ocidental, diz Malte-Brun, entre o cabo Lopo Gonçalves e o cabo Negro é chamada comumente, no comércio, sob a designação genérica de Costa de Angola". (11) Ao se iniciar, nos fins do século XVI, a maior importação de escravos de Angola, já se destacara da Guiné.

Por muito tempo acreditou-se não se comunicar a costa ocidental da África com a costa oriental. No entanto, em 1779, D. Francisco Inocência de Souza Coutinho escrevia para Lisboa dizendo ter visto escravos se reconhecerem como irmãos e parentes, apesar de serem uns resgatados por Moçambique e outros por Bengüela, o que o levava a suspeitar que se comunicassem as duas costas. (12) Um brasileiro, Brant Pontes, futuro Marquês de Barbacena, esclareceu, mais tarde, o assunto.

Em 1800, da costa ocidental, escrevia ter encontrado pretos "que noticiavam ouvir das suas terras som de Artilharia e de sinos, e ver embarcações a vela, o que

---

(10) Miguel Calmon, Memória sobre a cultura do Tabaco, Bahia, 1835.

(11) Malte-Brun, obr. cit., v. 5, pag. 662.

(12) In Arquivos de Angola, n.º 3.

tudo necessariamente devia pertencer aos Brancos habitantes da Costa Oriental d'África". (13)

Dessas regiões, excetuada a costa oriental, cujo comércio de escravos para a Bahia foi sempre insignificante, foram importados os negros, que compuseram a população preta da Bahia. Durante os três séculos em que existiu, o tráfico variou profundamente nas suas direções, ora preferindo uma, ora outra dessas regiões, embora jamais fôsse exclusivo de qualquer delas. Atendendo a imperativos de ordem política e econômica, não só locais como africanas, e que atuaram decisivamente no rumo dos tumbeiros, buscaram os traficantes, negros os mais diversos dentre os dois grandes grupos bântu e sudanês. Daí se não poder admitir, em relação à Bahia, como se tem pretendido, o exclusivismo de qualquer um dos dois grupos, que realmente se revezaram nos mapas da importação negra da Bahia, como veremos com o discorrer da matéria. Podemos mesmo adiantar, para a melhor sistematização do assunto, que o tráfico baiano se processou em quatro ciclos distintos, assim resumidos:

IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS NA BAHIA	{	I — Ciclo da Guiné. Sec. XVI.
		II — Ciclo de Angola. Sec. XVII.
		III — Ciclo da Costa da Mina. Sec. XVIII.
		IV — Última Fase. A ilegalidade. Sec. XIX.

São épocas diversas do comércio negro da Bahia, cada qual com os seus característicos próprios. Por elas se divide a história do tráfico baiano, um dos mais prósperos do Brasil. A história da importação em massa de escravos negros, e em cujos braços se apoiava toda a economia nacional. Iam buscá-los homens ávidos de dinheiro, pobres de sentimento, mas de consciência tranqüilla, pois nada mais eram do que os representantes duma época.

Ser traficante foi sobretudo uma profissão rendosa. Apesar de informar o Conde dos Arcos que "qua-

(13) Brant Pontes, Memória sobre a comunicação da Costa Oriental com a Ocidental de África. In Arquivos de Angola, n.º 3.

se todos os carregadores de escravos se arruinão" (14), negociar em negros, pelo menos posteriormente, deu margem a formação de vultosos cabedais. "Tendia a lucros tais, escreve Pedro Calmon, que as maiores fortunas da América eram os dos armadores de brigues de tráfico". (15)

No commercio baiano foi "um dos ramos mais lucrativos o que explorava o tráfico de escravos". (16) Concentrando-se na Bahia uma grande parte, talvez a maior, do tráfico afro-brasileiro, para ela convergiram os proventos fartos tirados desse comércio e que deu aos que o exploravam a dignidade da riqueza e uma perfeita consciência de classe. Os traficantes constituíam uma classe tão honrada como qualquer outra e composta de destacadas figuras do mundo econômico e financeiro da Colônia. 23 firmariam a Representação de 1756. Seriam 27, em 1759, segundo o registro de José Caldas. (17) Em 1799, 37 subscreveriam o pedido para não mais "tocarem" nas ilhas de S. Tomé e Príncipe. A primeira assinatura era de Pedro Rodrigues Bandeira, considerado o homem mais rico do seu tempo, e tio de dois futuros Presidentes da Província: Frutuoso e Francisco Vicente Vianna. (18)

A ninguém repugnava comerciar em escravos. No tempo não era cousa que se fizesse furtivamente, coberto de vergonha, fugindo às críticas da população. Pelo contrário, era um título. Na Inglaterra chegou a fazer barões. Aqui também foi serviço prestado a Sua Majestade e ao país. Por isso, marcando-os na sociedade, tiveram mesmo os traficantes a sua Irmandade, espé-

---

(14) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 26-10-1757.

(15) P. Calmon, O Brasil e a Imigração Negra, no Jornal do Comércio de 31-12-1933.

(16) Góes Calmon, Vida Econ. e Financeira da Bahia, pag. 23.

(17) José Antônio Caldas, Notícia Geral desta Capitania da Bahia.

(18) Pedro Rodrigues Bandeira foi quem doou a Nossa Senhora do Pilar a coroa ainda existente e que se estima em mil contos. Na época deixou uma fortuna de 15 mil contos.

cie de sindicato sob a invocação de um Santo, e que funcionava na pequena igreja de Santo Antônio da Barra, erigida numa das eminências da cidade, dominando a Bahia de Todos os Santos e o Atlântico, e donde S. José, padroeiro da devoção dos traficantes, deveria velar pela sorte das embarcações que rumavam em busca de negros a serem escravizados e cristianizados pelo batismo... (19)

Mas, se lucrativa, a profissão de traficante exigia capital. De 30 a 60.000 cruzados, quantia de monta na época, custava cada embarcação, no meado do século XVIII. Requeria ainda o dinheiro necessário para a viagem e o resgate. Por isso nem todos podiam pretender chegar a essa prosperidade, enfrentando o mercado africano da Costa da Mina, onde dominava uma burocracia perfeitamente organizada, não só de Holandeses mas também de Africanos, que dela tiravam o maior proveito possível. Sômente no Castelo da Mina, além dos 10% de praxe, gastavam-se 827\$200. (20)

Os lucros proclamados dos traficantes enchiam de cobiça a quantos tivessem de prestar o seu auxílio, por menor que fôsse, para o êxito do negócio. Cada qual queria e disputava o seu quinhão. Governadores, Oficiais, Fiscais, Secretários, quantos compunham a guarnição e administração do Forte Holandês exigiam a sua parte. Era a fatia do mais forte. Em Ajudá, como em qualquer pôrto, o mesmo tributo era obrigatório. Estimava-se em 2:702\$400 o gasto com a estada em Ajudá para uma embarcação até 2.500 rolos de fumo. Esse o quinhão dos que vendiam. Pagava-se tudo. O negro que lançava o bando "abrindo o negócio", os negros "ladradores", que procuravam cativos, o "moço do chapéu-de-sol do Capitão", o "moço do chapéu-de-sol do Escrivão", o diretor do tronco, o "abogá", cada qual

---

(19) A imagem de S. José que era objeto de culto dos traficantes fôra levada, em 1481, pelos portugueses, para o Castelo de S. Jorge da Mina, donde foi retirada por ocasião de sua tomada pelos holandeses em 1637. Só em 1752 veio para a Bahia, depois de tomada aos negros que desde aquela data a detinham na África. Existe ainda na sacristia da Igreja.

(20) José Caldas, obr. cit., in Rev. Inst. Hist. da Bahia, vol. 57, pag. 304.



recebia a sua parte. O Rei recebia 320\$000. Contudo, descobertas as minas, o negócio se tornara tão vantajoso que houve um excesso de "tumbeiros", todos concorrentes, disputando entre si a preferência da "mercadoria", e a tal ponto que a coroa foi obrigada a intervir. Para usar de uma expressão atual o tráfico iria ser submetido a uma experiência de economia dirigida. Os lucros pingues haviam contribuído para que o negócio de escravos se desenvolvesse extraordinariamente. Tomava-se dinheiro a risco para ir buscar negros. Remunerava-se o capital com 18 e até com 40%. Homens se associavam, entregando fumo aos capitães de navios para que, em troca, lhes trouxessem escravos. Uma verdadeira corrida em busca dos mercados humanos da Costa da Mina. A consequência foi a decadência do comércio, devido à competição exagerada e o prejuízo de muitos, desorganizando-se o tráfico. Competia ao Governo remediar a situação. A medida preconizada para a Bahia era a organização de uma Companhia, a exemplo de tantas outras que já se haviam fundado e que teria o monopólio do comércio, tranquilizando-o por um justo sistema de equilíbrio entre a "produção" e o "consumo". Aos homens de negócio da Bahia, em 1743, aventou o Governo a idéia. E, enquanto ela se não fundasse, anualmente, apenas 24 navios, de Bahia e de Pernambuco, dentre os que costumavam exercer essa atividade, poderiam rumar para a Costa da Mina para o resgate de escravos. Evitava-se assim "aquela liberdade e desordem" com que até então se tinha feito o negócio. (21) As viagens se faziam por turnos, devendo medear entre um e outro pelo menos 3 meses. Por sorte se designavam os navios que deviam partir em cada turno, assim como os portos a que se deviam destinar.

Contra a idéia da Companhia, porém, parecem ter se insurgido os homens de negócio, que não a realizaram. Preferiram a construção de embarcações maiores e que lhes compensasse o menor número. Assim permaneceu a situação até 1756, não sem que sob vários pretextos se concedessem, de quando em quando, licen-

---

(21) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 8-5-1743.

ças extraordinárias. Equivalia a um monopólio sem os ônus duma Companhia. Mudara, entretanto, a orientação do Governo. A restrição tivera como consequência a introdução do tabaco trazido pelos franceses a cujo paladar já se iam habituando os africanos, com prejuizo do fumo do Brasil. E a Provisão de 30 de Março de 1756 restabeleceu a liberdade anterior, permitindo que navegassem para a Costa da Mina quantos pretendessem contanto que não levasse cada embarcação mais de 3.000 rolos de tabaco. A liberdade feria fundo os interesses dos traficantes abastados e que detinham nas mãos os privilégios do comércio de negros. Apresaram-se por isso na organização duma Companhia que detivesse o monopólio do comércio da Costa da Mina. Suplicaram a El-Rei D. José que aprovasse a organização da nova Companhia que se denominaria "Companhia Geral da Guiné". Teria o "comércio exclusivo" em todos os portos da Costa da Mina — do cabo Monte ao cabo Lopo Gonçalves — e seu capital seria de 800.000 cruzados dividido em ações de 200\$000. Em troca do favor régio ofereciam algumas vantagens para o erário público e se comprometiam a manter um limite de preços para os escravos, cujo custo não poderia exceder de 140\$000 para os escravos de 1.<sup>a</sup> escolha; 130\$000 para os de segunda; e 110\$000 para os de terceira. Os moleques de 1.<sup>a</sup> escolha a 120\$000, e os de segunda e terceira respectivamente a 100\$000 e 90\$000. Os molecotes bons a 85\$000 e ordinários 70\$000. Moleconas a 70\$000 e ordinárias 60\$. Molequinhas boas a 50\$000 e ordinárias a 40\$000. As melhores negras ou molecas a 90\$000, e as inferiores a 75\$000 e 65\$000. E as molequinhas "bem feitas" a 50\$000.

Em 1754, na Bahia, havia se vendido negros a 170\$000 os de 1.<sup>a</sup> escolha, e a 150\$000 os de segunda. (22) No fim do século custariam 140\$000. (23)

Passara, porém, a época das Companhias desse gênero. Sobretudo excluía o Rio de Janeiro; que já

---

(22) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de D. Manuel Antônio Souto Mayor em 20-10-1754.

(23) P. Calmon, O Brasil e a Imigração Negra. Jornal do Comércio de 31-12-1933.

se tornara um dos grandes empórios nacionais de escravos. E a idéia não vingou. Perdida a oportunidade de 1743, os negociantes baianos não mais a puderam encontrar em 1757. O tráfico encaminhava-se para uma época de livre concorrência. A medida talvez contribuisse para o seu desenvolvimento, e no fim do século a posição do comércio de negros atingiria a tal nível, que o Príncipe D. João escreveria ao Governador Francisco da Cunha Menezes dizendo "prosperar nela [Bahia] presentemente o comércio da África e por maneira tal que várias Embarcações do Giro da Costa da Mina tinham concluído a sua viagem de ida e volta em pouco mais de 4 meses, trazendo quase tôda a Escravatura em bom estado". (24)

Na história trágica do tráfico uma das primeiras demonstrações de piedade pela sorte dos infelizes que se amontoavam nos porões dos navios negreiros foi o Alvará de 18 de Março de 1684, pelo qual D. Pedro limitava a lotação das embarcações de acôrdo com a arqueação de cada qual. "Sendo informado, reza o Alvará, que na condução dos nêgros cativos de Angola para o Estado do Brasil usão os carregadores e Mestres dos Navios a violência de os trazerem tão apertados e unidos uns aos outros que não sómente lhes falta o desfafôgo necessario para a vida, cuja conservação é comum e natural para todos, ou sejam livres ou escravos; mas do apêrto com que vem succeder maltratarem-se de maneira que morrendo muitos chegão infinitamente lastimosos os que ficão vivos". As normas mandadas observar eram de 7 cabeças por 2 toneladas com portinholas e 5 quando não as houvesse. Nas partes superiores iriam 5 moleques por tonelada. Deveria além disso haver um capelão a bordo, e serem os escravos tratados com caridade. Aos transgressores impunham-se pesadas penalidades. Os Provedores que permitissem a violação da lei perderiam o Officio. Os Mestres e Capitães seriam multados em 2.000 cruzados e o dôbro do valor dos negros, cabendo metade a quem os denunciasse. E os Senhores e

---

(24) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. V. 88, pag. 77. Carta de 1-12-1800.

carregadores seriam condenados a 10 anos de degrêdo para a Índia. (25)

Não parece, porém, que se tenha tornado efetiva a clemência Real, senão para efeito das propinas. Pela arqueação percebia o Provedor-Mor 2\$, o Procurador 2\$ e o Escrivão 2\$. Entregue aos cuidados duma burocracia que também negociava e que facilmente se deixava seduzir pelas generosidades dos negreiros, o Alvará passou a ser apenas uma formalidade a mais, oportunidade para a cobrança de novos emolumentos. Os navios continuaram superlotados. E nem por isso houve notícia de ter sido alguém condenado por negar aos negros o “desafôgo necessário para a vida”. Não que se descuidasse a Coroa. Esta, pelo contrário, parecia zelosa pela sorte dos desgraçados. Ainda em 1744 indagava o Rei ao Conde de Galveas o que era feito das devassas sobre as arqueações. (26) Este, forrado por sutil espírito de ironia, e como a querer dizer ao interlocutor que a culpa era menos da Colônia do que de Lisboa pelo desrespeito à lei, informava que “no ano de 17 para 18 [1717-1718] saiu culpado um Capitão que navegava para a Costa da Mina chamado João Luiz Pôrto e não me lembra que outro homem mais, e forão presos e remetidos para essa Côte [Lisboa], e os livramentos correrão com tanta velocidade que na mesma frota em que forão tornarão a voltar, desde então para cá não me consta que houvesse outros culpados”. (27) Se Lisboa os soltava, por que os prender? Como causa outra para que se não pudessem processar os culpados, Galveas apontava ainda a falta de testemunhas, pois “esses navios da Costa da Mina e de Angola, não trazem mais que 10 ou 12 homens brancos quando muito de que se compõe as suas equipagens”. Nessas condições, e se todos negavam, como apurar responsabilidades? Nem porisso se descuidava a Coroa. Ainda em 1758 Tomé Joaquim da

---

(25) Em 23 de Novembro de 1813, D. João VI expediu outro alvará, estabelecendo várias medidas para atenuar as barbaridades do tráfico.

(26) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 16-5-1744.

(27) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 16-5-1744.

Costa Córte Real insistia junto ao Conde dos Arcos para que se fizessem as arqueações e indagava do "número de escravos que pode e deve sustentar com largueza em agoada e mantimentos huma das referidas toneladas do Porão". (28) A resposta calculava em 28 pipas de água para cada 100 escravos vindos de Angola, ficando livres os paióis de popa e proa para mantimentos.

Causas para que morressem os escravos é que jamais faltariam.

E, além do mais, — deviam pensar todos — que importava a Portugal que morressem mais ou menos negros? Por isso os escravos continuaram empilhados nos porões dos navios, sucumbindo, vítimas das epidemias que se manifestavam nesse ambiente sórdido que era ao mesmo tempo morada, cama e latrina. E os traficantes, fingindo ignorar as causas verdadeiras das perdas, atribuíam-nas em grande parte à escala nas ilhas de S. Tomé ou Príncipe, escala incômoda e cuja obrigatoriedade procuraram durante muito tempo eliminar. Simples pretêxto, pois o próprio Governador das ilhas, em 1755, pedia que aí não aportassem os tumbeiros, que segundo informava a Pombal, "nada levão para aí e só infeccionam a terra com as doenças que trazem e que vêm ordinariamente os escravos tocados". (29) As enfermidades imputadas ao aportarem nas ilhas já os trazia a escravatura dos portos do embarque. Mas nem por isso deixaram os negociantes da Bahia de escreverem ao Príncipe Regente afirmando serem as duas ilhas "talvez o país mais malsão de todos os Dominios de V. M. epidêmico de febres e bexigas". E, para o comprovarem, declaravam que os que aí tocavam perdiam metade, dois terços e até mais da carga, enquanto chegavam a não ter um morto sequer as embarcações que não faziam a escala. (30) D. Francisco da Cunha Menezes, aliás, confirmava o depoimento dos traficantes, dizendo concorrer a escala por

---

(28) Idem — Carta de 25-1-1758.

(29) Inventário dos Docs. relativos ao Brasil n.º 1845, in Anais da Bib. Nacional, vol. 31.

(30) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. V. 82, pag. 89.

S. Tomé ou Príncipe para a “notável mortandade ou infecção de escorbuto na Escravatura”. (31) A passagem pelas ilhas foi extinta em 1800.

A exigência de capelães a bordo dos “tumbeiros” foi outra idéia que sempre incomodou os traficantes. Queixavam-se de não suportar o negócio a despesa feita com o representante da igreja que, em 1799, ganhava 450\$ por viagem. Era, porém, e sobretudo, um incômodo companheiro de viagem, nem sempre disposto a transigir com os mil ardis dos traficantes para lesarem o erário público. Acabaram por conseguir a sua dispensa nas pequenas embarcações.

A mortandade dos negros, porém, pelo menos no século XIX, quando temos elementos para a avaliar com segurança, não parece ter chegado aos índices aterrorizantes com que a dramatizaram alguns escritores. Calógeras chegou a afirmar que “a percentagem de mortalidade ascendia regularmente a 30% nas cargas vivas” (32) Fôsse pela dispensa de maiores cuidados na travessia, fôsse por uma prolongada experiência na exploração de tal comércio, o certo é que no início do século XIX as cifras são relativamente muito mais baixas do que as fazem supor alguns depoimentos. A experiência fizera dos portugueses traficantes excelentes. Morthamer, em 1643, comparando-os com os negociantes holandeses, dizia serem aquêles “muito melhores carregadores de escravos do que nós. Eles acomodam numa pequena caravela com facilidade 500 negros, ao passo que os nossos grandes navios apenas podem transportar de uma vez 300. Pelo asseio de bordo, pela boa alimentação, fornecimento de cobertores aos negros, conseguem os Portuguezes que em seus navios os casos de óbito se tornem um tanto mais raros”. (Cf. Wätgen, *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*).

É verdade que exportando para o Brasil uma série de doenças até então desconhecidas na América, os negros eram as primeiras vítimas dos males que se desenvolviam e prosperavam no “habitat” favorável dos porões dos “tumbeiros”. O maculo, as boubas, as

(31) Idem — Carta de 23-6-1802.

(32) Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, 3.<sup>a</sup> ed., pag. 189.

sarnas, o tracoma, o gundu, o inhaum, as febres malignas, as hexigas, (33) antes de chegarem ao Brasil, já haviam cobrado dos próprios escravos o seu tributo. No entanto, os casos, como o que narra o Cons. Rodrigues de Brito (*Cartas Econômicas e Políticas*) sobre a Corveta "Joaquim Augusto", chegada na Bahia "com 216 mortos na viagem, fora os que faleceram depois da entrada", — não constituem a regra geral. São casos excepcionais como o daquele tumbeiro tristemente famoso por se terem esquecido da provisão de água, e cuja "carga" foi tôda lançada ao mar.

Tivemos oportunidade de encontrar no Arquivo da Prefeitura da Bahia o livro de "Visita em embarcações vindas da África", e onde estão completas as informações entre 1803 e 1810. É um valioso subsídio para a imigração africana daquela época. É o livro da "Saúde Pública" do tempo, e feito pelos médicos que examinavam as embarcações. Se traziam moléstias contagiosas iam para a quarentena em Mont Serrat, o que mais freqüentemente acontecia quando vinham os escravos com "hexiga", "sarna" e "doenças nos olhos".

Sobre êsse documento levantamos uma pequena estatística. O maior índice que encontramos isoladamente pertence à Costa da Mina. De 570 negros embarcados, morreram, na travessia, 230. A proporção é de 40,5% de mortos. Segue-se uma embarcação procedente de Angola. De 616 escravos sucumbiram 207, equivalentes a 34. Da Costa da Mina aportou outro "tumbeiro" com 26% de perdas. De 512 cativos, 133 haviam perecido.

Fruto das pesquisas últimamente realizadas pelo Sr. Osvaldo Valente no precioso arquivo da Prefeitura da capital baiana, tivemos em mãos quatro petições em que importadores de escravos pedem lhes sejam entregues alguns negros retidos em quarentena devido a moléstias de que eram portadores ao aportarem à Bahia.

---

(33) Para pormenores sobre o assunto convém consultar Otávio de Freitas, "Doenças Africanas no Brasil". Quanto à percentagem de mortos na travessia muito variam os cálculos. Afrânio Peixoto estimou-a em 65% (*Minha Terra e Minha Gente*), enquanto Afonso Bandeira de Melo não vai além de 10% (O trabalho servil no Brasil, in Boletim do Ministério do Trab., n.º 22).

São tôdas elas do ano de 1822. E, embora não bastem, graças ao seu número restrito, para permitir uma conclusão, é interessante assinalar que três delas se reportam a embarcações procedentes do pôrto africano de Loanda, e outra ao pôrto de Angola. Provinham, portanto, de regiões de população hântu. E, como nota capaz de reviver um dos aspectos brutais do tráfico, cada qual daquelas petições traz à margem a reprodução da marca impressa com ferro em brasa nos infelizes negros.

São, porém, cifras isoladas e sem valor para uma apreciação de conjunto. Casos esporádicos, poderia-mos mesmo dizer raros. Os índices médios são incomparavelmente mais baixos. Excetuados os casos em que se manifestava a bordo alguma epidemia, sobretudo de "hexigas", — o que não era freqüente — a percentagem de mortos raramente alcançava a 10%.

A estatística que damos abaixo melhor esclarece a matéria:

A N O	Embarcações da C. da Mina	Percentagem de mortos	Embarcações de Angola	Percentagem de mortos
1803	21	8, %	8	3,2%
1804	15	5,1%	2	3,4%
1805	18	7%	5	6,8%
1806	26	7%	8	16,8%
1807	26	5,6%	5	17%
1808	19	3,5%	0	—
1809	20	1,9%	1	33%
1810	25	5,8%	2	5,8%
Total 1803—1810	170	5,4%	31	10%

A primeira observação à fazer nessa estatística é a menor mortandade verificada nos navios procedentes da Costa da Mina do que nos de Angola. Enquanto estes atingem a 10% — o que é muito pouco diante das cifras geralmente atribuídas aos "tumbeiros" — aquêles não passam de 5,4%, percentagem quase insignificante, e que em 1809 chegou mesmo a baixar a 1,9%. Seria interessante saber-se das causas dessa disparidade entre as duas regiões africanas, sobretudo tendo-se em conta



que a travessia de Angola era muito mais curta e rápida (34). Nesta se gastariam cerca de 35 dias, ao passo que a da Costa da Mina era feita no dobro do tempo. A lógica seria que as perdas estivessem em proporção à demora da viagem. Mais tempo = mais mortos. No entanto, a estatística demonstra o contrário. Por que? A pergunta vai para o terreno das hipóteses. Duas, porém, nos parecem subsistentes. A menor mortandade dos escravos vindos da Costa da Mina pode ser levada à conta ou da maior salubridade dessa zona da África, ou ao menor número de "peças" transportadas em cada embarcação. É que, justamente devido às delongas da travessia das regiões super-equatoriais, os traficantes viam-se na contingência de reservar, nos navios dessa procedência, uma área maior para as provisões de água e de gêneros, o que, talvez, os obrigasse a trazerem menor número de negros, enquanto na viagem curta de Angola um espaço maior era ocupado pela "mercadoria". Isso podemos, aliás, avaliar, com segurança, pela estatística levantada sobre os informes do "Livro de Visitas" e que acusa, de 1803 a 1810, a média de 279 escravos por embarcação vinda da Costa da Mina e de 370 para os provenientes de Angola. Concorreria o maior desafôgo daquelas, melhorando-lhes, portanto, as condições higiênicas, para o menor número de perdas?

Não eram, porém, apenas os negros que morriam. Também a tripulação corria os seus perigos. Muitas embarcações desapareceram tragadas pelos temporais. Outras foram vítimas das revoltas dos escravos. Era a vingança dos negros.

Com a ilegalidade do tráfico tornaram-se mais cruéis as penas impostas aos infelizes negros. Cotegipe observou que com a luta pela extinção do tráfico desapareceram "os cuidados que dantes tomavão os traficantes pela comodidade e pela saúde dos passageiros". (35)

Mas, em todos os tempos, o tráfico foi sempre mais bárbaro do que o regime de vida dos escravos na Bahia.

---

(34) Reclus aponta como uma das causas de preferência pelos negros da Costa da Mina o fato de não sofrerem de dengo, que tantos negros vitimou.

(35) W. Pinho, obr. cit., pág. 206.

Esta passagem, tirada do diário de bordo dum navio negreiro, em 1738, dará idéia do que fôsem o suplicios impostos aos negros: "Sábado, 25 de Dezembro. Amarramos ontem os negros mais culpados, isto é, os autores da revolta, pelos quatro membros, e deitados de bruços em cima da ponte, fizemo-los açoitar. Depois fizemo-lhes escarificações nas nádegas para que melhor sentissem suas faltas. Depois de ter posto as nádegas em sangue pelos açoites e escarificações, pusemos em cima pólvora, suco de limão, salmoura e pimenta, tudo pilado juntamente com outra droga posta pelo cirurgião; e atritamo-lhes as nádegas, para impedir que houvesse gangrena"... (36)

O tráfico era assim.

---

(36) Cf. Artur Ramos, Castigos de Escravos, in Revista do Arquivo Municipal, vol. XLVII, pag. 85, S. Paulo.

## CAPÍTULO II

### O CICLO DA GUINÉ

Dos ciclos em que dividimos o tráfico negreiro da Bahia é este, seguramente, o de menor importância, sobretudo numérica. Não só por isso senão também pela superposição de novas camadas de negros de outras raças sobre as que até então se haviam importado, e em número bem menos considerável. A atuação que tiveram os negros trazidos, por este ciclo é, atualmente, quase imperceptível. Contudo, ao lado do elemento indígena, como notou Capistrano, “exerceram uma influência difícil de perceber hoje, que quase três séculos a atenuaram e disfarçaram, porém muito sensível no século XVI”. (37)

Em relação ao tempo situa-se o ciclo da Guiné, justamente na fase em que o Brasil, depois de exportar escravos índios, passou a importar negros, o que, segundo Capistrano, deve ser posterior aos donatários e anterior ao Governo Geral. 1540, aproximadamente.

Era a continuação do tráfico existente já havia um século entre a África e Portugal, e que, iniciado na extremidade norte da Guiné, estendera-se para o sul à proporção que a costa era explorada pelos descobrimentos portugueses. Os seus centros, verdadeiros pontos de apoio, estavam em Cabo Verde e nas ilhas de S. Tomé e Príncipe.

Escravos da Guiné, lastimava Manoel Severino de Faria, já eram, no século do descobrimento, os de que se serviam os lavradores portugueses. (38) E, embora a conquista se dilatasse, descendo para o norte até à boca do Orange, o nome persistiu para negros e território. Se a Guiné compreendia toda a costa — desde o Senegal até o Orange, — também “escravos da Guiné”

---

(37) Capistrano, O Descobrimento do Brasil, pag. 123.

(38) Cf. Buarque da Holanda, Raízes do Brasil, pag. 28.

eram quantos viessem de qualquer dos portos dessa imensa região. Pouco importava raça ou credo. Negros retintos ou de côr esmaçada, como os Fulahs, idólatras Mandingos ou já influenciados pelo maometismo, como os Jolofos, todos eram confundidos nessa designação geral: — “escravos da Guiné”.

No Brasil conservou-se o apelido. Já em 1539 e em 42 Duarte Coelho Pereira pedia para importar *negros da Guiné*. (39) Nos engenhos de Pero Góes, em S. Tomé, “trabalhavam, ao lado dos serviçais brancos, muitos *negros da Guiné*”. (40) Na Bahia, em 26 de Agosto de 1551, o Provedor-mor, Antônio Cardoso de Barros, mandava que o Tesoureiro Gonçalo Ferreira entregasse aos Armazéns Cristóvão de Aguiar “3 *escravos machos da Guiné*, para servirem nas ferrarias do dito Senhor”. (41) E, falando de Pernambuco, escrevia o Padre Antônio Pires, em 1552: “Há nesta capitania grande *escravaría assim da Guiné* como da terra”. (42) Era a única distinção feita entre os escravos: os da terra, índios, e os da Guiné, negros. Daí ter Vale Cabral, em nota às *Cartas Avulsas*, percebido a necessidade de explicar: “*Escravaría da Guiné* era a africana, introduzida no Brasil desde 1532”. (43)

Por todo o século XVI, pode dizer-se, a expressão conservou o mesmo sentido. Em 1558, escrevia da Bahia o Irmão Antônio Blanquez: “Daí a alguns dias, quando estávamos mui receosos com a tardança de Mem de Sá, chegou outra caravela, que vinha carregada de *escravos da Guiné*, da ilha do Príncipe”. (44)

Herdaram-na também os primeiros cronistas. Gandavo, que escreveu o seu *Tratado da Terra do Brasil* em 1570, (45) não usaria, para os negros africanos, de

(39) Eugênio de Castro, *Geografia Lingüística*, pag. 143.

(40) Oliveira Vianna, *Evolução do Povo Brasileiro*, pag. 70.

(41) *Docs. Históricas*, v. 37, pag. 311.

(42) Carta do Padre Antônio Pires, S. J., em 5-6-1552, in *Cartas Avulsas*, pag. 123.

(43) Nota 67 de Vale Cabral às “*Cartas Avulsas*”.

(44) Carta do Irmão Antônio Blanquez, S. J., em 1558, in *Cartas Avulsas*, pag. 179.

(45) Cf. Rodolfo Garcia, introdução à edição Rodolfo Garcia.

outra expressão: "E assim há também muitos *escravos da Guiné*". (46) Eram estes que, juntamente com índios, faziam os trabalhos dos engenhos. Visitando o recôncavo baiano, em 1583, Fernão Cardim notaria nos engenhos que "os mais deles têm cento e duzentos *escravos da Guiné e da terra*". (47)

Não eram, porém, apenas negros super-equatoriais, como parece concluir Nina Rodrigues ao se referir à extensão do reino da Guiné, e afirmando que, "seguramente, daqueles inúmeros portos, Negros super-equatoriais traziam os navios portugueses". (48) Se estes eram a maioria, provindos de pontos onde era mais antigo o comércio português de escravos, também muito negro de Angola, do Congo, de Bengüela, entrou na Bahia como escravo da Guiné. Capistrano de Abreu, aliás (*Capítulos da História Colonial*), é de opinião que os primeiros negros vindos para o Brasil da costa ocidental pertenciam ao grupo bântu. É que Portugal também já passara a importar escravos sub-equatoriais. Em 1512, no regimento de uma expedição ao Congo, recomendava-se ao Chefe, Simão da Silveira: "que os navios vinham bem carregados, principalmente de escravos". (49) Aos poucos o comércio negreiro, acompanhando a conquista portuguesa, dilatava-se para o Sul da costa africana, cuja proximidade da Bahia deveria dar-lhe uma posição de preferência sobre a zona Norte, mais distante e de acesso mais difícil, devido aos ventos e correntezas. Todos, porém, confundiam-se "sob a denominação genérica de peças da Guiné". Depois foram nomeados como pertencentes ao gentio de Angola, mas somente no século XVIII, como nota Alcantara Machado, é que aparecem individuados pela nação a que pertenciam. (50)

---

(46) Gandavo, *Tratado da Terra do Brasil*, edição Rodolfo Garcia, pag. 39.

(47) Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, edição com notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, pag. 320.

(48) Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, pag. 48.

(49) Cf. João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Econômico*, pag. 74.

(50) Cf. Cassiano Ricardo, *O Negro no Bandeirismo Paulista*, in *Rev. do Arquivo Municipal*, vol. 47, São Paulo.

Nas denúncias da Bahia, levadas a efeito no fim do século XVI (1591-1593) essa confusão entre negros da Guiné e sub-equatoriais é bem nítida. A 21 de Agosto de 1591 depõe "Duarte, negro da Guiné, filho do gentio de Angola, mancebo até vinte anos, solteiro, escravo cativo do colégio da Companhia de Jesús". (51) Era negro da Guiné, mas do gentio de Angola. Refere-se êle a "Francisco Mani congo negro de António sapateiro". No mesmo dia Matias Moreira denunciara aquêle, "negro da Guiné por nome Duarte escravo do dito Colégio" (da Companhia), e mais "Joane da Guiné, escravo de Bastiam de Faria, morador no Rio do Matoim, e outro negro da Guiné cujo nome não sabe". (52) Mas, ao se referir aos fatos que motivavam a denúncia, embora fôsse todos os acusados *negros da Guiné*, declarou "que em Angola e Congo, nas quais terras êle denunciante andou muito tempo e tem muita experiência delas he costume entre os negros gentios trazerem hum pano cingido com as pontas por diante que lhe fica fazendo hũa aberta diante, os negros somitigos"... E acrescentava: "chamão na língua de Angola e Congo *"jinbandaa"* que quer dizer somitigos pacientes..." (53) Nesses trechos das *Denúncias* ressalta bem claro a nenhuma distinção feita entre negros sub e super-equatoriais, todos abrangidos pela designação única de *negros de Guiné*, nome que significava também todo o território situado entre o Senegal e o Orange.

Contudo, foi pequena, nesse século I, a importação de escravos africanos. Embora já se afastassem do contacto do europeu, promovendo novas migrações, segundo o testemunho de Knivet, e uma grande parte sucumbisse dizimada pelas terríveis epidemias de que sempre foram vítimas, nos estabelecimentos portugueses, (54) os índios ainda formavam a maior parte da população da colônia. Continuavam a trabalhar nos engenhos e cuidar das plantações, mas já ao lado dos negros, que iam tomando os seus lugares vantajosamente.

---

(51) *Denúncias da Bahia*, S. Paulo, 1925, pag. 408.

(52) *Idem*, pag. 406.

(53) *Idem*, pag. 407.

(54) Capistrano de Abreu, *O Descobrimento do Brasil*, pag. 123.

Não seriam muitos os negros na Bahia. Era mercadoria escassa, muito aquém das necessidades da terra e por isso grandemente valorizada. Chegara a custar cada um cem mil réis, ao mesmo tempo que um escravo da terra era estimado apenas em 20\$000. Postos à prova no rude trabalho dos engenhos, os negros prosperavam, morriam pouco, enquanto o índio perecia no trabalho, que poderíamos chamar sedentário, dos canaviais.

Em 1584 estimou Anchieta que fôsem 3.000 os negros da Bahia. Dessa cifra aproxima-se o depoimento de Fernão Cardim, em 1583: "terá a cidade em seu termo passante de três mil vizinhos portugueses, oito mil índios cristãos e três ou quatro mil escravos da Guiné". (55) Os cálculos não são restritos se soubermos que apenas se referiam ao termo da cidade. Capistrano, avaliando a população do Brasil, em 1600, atribuiu-lhe, em números redondos, 35.000 índios, menos de 10.000 brancos e 20.000 Africanos e seus descendentes.

Os números, referentes à Bahia, parecem-nos pequenos. Os meios indiretos de que dispomos para avaliar a sua população negra depõem em favor de índices mais elevados para o século XVI. Um deles, e de grande importância, é o volume da produção açucareira, que sempre andou mais ou menos vinculada ao braço negro. Em 1587, 36 eram os engenhos da Bahia, segundo Gabriel Soares, (56) número confirmado, pelo testemunho do Padre Cardim. (57) Dois ainda se construíam. No fim do século seriam 40, seguramente. E a cada um deles concedera D. João III que empregasse 120 escravos da Guiné. (58) Se se valeram ou não, integralmente, do favor régio não sabemos. É provável, porém, que o aproveitassem quanto o permitissem as suas posses, pois em 1583 já os engenhos estavam "cheios de negros da Guiné e mui poucos da terra", tanto era superior o trabalho negro em confronto com

---

(55) Cardim, obr. cit., pag. 288.

(56) Gabriel Soares, Tratado Descritivo do Brasil em 1587, pag. 173.

(57) Cardim, obr. cit., pag. 319.

(58) Perdigão Malheiros, A Escravidão no Brasil.

o indígena. Pelo alvará de 1549 poderiam, portanto, os engenhos empregar, na Bahia, no fim do século, 4.800 negros. Seriam, porém, 3.000, pelo menos, reservando-se o excedente para os índios. Na cidade estavam três a quatro mil, conforme Cardim. Havia ainda os empregados nas outras culturas. Não deveriam, portanto, ser menos de 7.000, número, aliás, insignificante diante das cifras dos dois séculos seguintes, quando mais se intensificou o tráfico de escravos.

Mas, se deveriam orçar por 7.000, ao extinguir-se o século XVI, quantos teriam sido os trazidos da África nas seis décadas anteriores? É inteiramente impossível qualquer cálculo preciso dada a inexistência, no particular, de documentação contemporânea a esse período distante e sobre um assunto que tão pouco interessava. Aplicando, porém, para a matéria os mesmos índices usados pelo escritor Roberto Simonsen para estimar o número de negros consumidos pela nossa indústria açucareira, e que atribui ao escravo uma vida efetiva de 7 anos, (59) talvez seja possível chegar a um número aproximado. Admitindo que, em média, existisse, na Bahia, uma população negra de 3.000 almas — o que não nos parece exagerado — iremos encontrar uma importação de 21.000 escravos africanos. Podemos, pois, calcular em 20.000 o número de “peças” que nos trouxe da África, no século XVI, o tráfico negro. Vale, porém, apenas como estimativa, para suprir a incógnita sobre a qual silenciam os documentos.

A que raças pertenceriam êses 20.000 negros importados? A interrogação, passados quatro séculos, e dada a inexistência de documentos seguros, é difícil de responder. Apenas, pelo que sabemos sobre a distribuição das raças, no continente africano, naquele período, será possível admitir hipóteses sobre as tribus que deram os elementos dessa importação, assim como excluir outras, que somente posteriormente tomaram contacto com o litoral ou entraram no mercado negro. Dentre estas estão os Haussás, Os Yorubas, Daomeanos, os Bornus. Das regiões super-equatoriais, justamente aquelas donde proveio o maior contingente, devem ter

---

(59) Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*, vol. I, pag. 202.



vindo negros Jolofos, já influenciados pelo islamismo, os Mandingas das margens do Gâmbia, e que ainda se conservavam idólatras, Berbecins adoradores da lua nova, e cujos templos eram arvores caídas com farinha de arroz e sangue de animais, e agricultores Felupos localizados no Sui do Gâmbia. (60) Provavelmente viriam súditos de Achanti. Para Pôrto-Seguro as mais conhecidas no Brasil seriam os Berberes, Jalofos, Felupos e Mandingos, dentre o sudaneses. (61) Quanto aos bântus da costa ocidental, que viriam a dominar o tráfico no século seguinte, nada indica que tenha sido numerosa a sua contribuição senão nos últimos anos, quando os seus mercados se preparavam para os grandes negócios com o Brasil. Já desaparecidos os grandes Reinos bântus do século anterior, passada a invasão Djaba, a sua distribuição seria mais ou menos a dos dois séculos posteriores. Dêles viriam os Quibundos, os Mondongos, os Congos, os Sonhos, os Angolas, todos fetichistas.

---

(60) Relação Anual, vol. I.

(61) Pôrto-Seguro, História Geral, vol. I, pag. 221.

## CAPÍTULO III

### O CICLO DE ANGOLA

Despercebida de muitos, contestada por alguns, a superioridade da importação de negros bântus, na Bahia, no século XVII, é incontestável. A sua importância foi extraordinária e os seus marcos conservam-se ainda hoje. Representando a primeira entrada, em massa, de escravos africanos para a Bahia, a sua cultura disseminou-se em todos os sentidos.

Foi profunda e extensa. Principalmente devido à diferença entre a sua cultura e a sudanesa, esta mais fechada, menos acessível aos processos de integração, a influência bântu, na sociedade, foi sensível. Trazida por negros mais dóceis, loquazes, preferidos para os serviços domésticos, dominou imperceptivelmente, como veremos. De qualquer modo é um fato que não deve mais ser ignorado. A sua importância dá-lhe direito a um lugar de destaque na história do negro na Bahia.

Não havendo ainda surgido os fatores que fizeram, mais tarde, a Costa da Mina quase monopolizar as atenções dos traficantes baianos, o tempo foi bastante para mostrar as vantagens do comércio de Angola sobre o super-equatorial. A menor distância seria suficiente para explicá-lo. A preferência dada, na época, aos negros daquela procedência, completa os motivos desse deslocamento do tráfico do norte para o sul.

Tão fácil era a comunicação entre Angola e a Bahia que havia quem assistisse em ambas ao mesmo tempo, como Francisco da Silva, de quem, da Bahia, informava, em 1618, Bernardo de Aguirre ao Santo Ofício, "que trata nesta cidade e em Angola". (62) Para a

---

(62) Livro das Denúncias... 1618. Introdução de Rodolfo Garcia. Bib. Nacional, 1936.

Bahia seriam 40 dias de viagem, conforme a estimativa da lei de 28 de Março de 1684. "O tráfico incessante com Angola e outros portos da Guiné trazia a maior abundância de negros, quer para a lavoura, quer para o serviço doméstico". (63)

O Brasil cada vez reclamava mais negros. O desenvolvimento da indústria açucareira, que seria a "mercadoria de lei", como a chamou Vieira, exigia que lhe mandassem mais braços da África, pois os índios escasseavam dia a dia. As crises do país como que chegavam mesmo a marcar-se pela maior ou menor quantidade de pretos importados. "A principal causa de dano que padece este Estado do Brasil procede da falta de escravos", escreveria D. Luiz César de Menezes. (64) A frase valia como um refrão sempre repetido em toda a era Colonial. Repetia-a, em 1733, o Conde de Sabugosa: "O Brasil cada vez experimenta mayor dano com a diminuição de escravos, o que conduz muito para a sua decadência". (65) Era a mercadoria em que os fazendeiros empregavam as suas sobras, aumentando a riqueza rural. (66) E, diante da absorção dos negros pela mineração, D. Manoel Antônio de Souto Mayor diria que ficavam as "fábricas de Engenho e do tabaco sem socorro". (67) A monocultura da cana era insaciável. Era o Moloch, que devorava os negros incessantemente, e que só com êles se satisfazia. Tudo, nos engenhos, era o negro. Recenseando as almas de sua freguesia de Santo Amaro da Purificação, diria o Vigário José Nogueira da Silva: "a maior parte das almas são negros escravos que trabalham nos Engenhos, e lavouras de canas, porque há Engenhos que têm mais de cem escravos, e lavradores de canas de 30, havendo em suas casas poucas pessoas brancas, e quando muito mulher e filhos, se são casados, porque com poucos escravos não faz conveniência lavrar canas e com menos

---

(63) Dampier, Cf. A. Taunay, Na Bahia Colonial, pag. 313.

(64) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 13-1-1706.

(65) Idem, Carta de 22-4-1738.

(66) Relatório do Ministério da Agricultura, 1864.

(67) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 20-10-1754.

de quarenta não pode Engenho algum fabricar açúcar, moendo redondamente". (68)

O abastecimento em Angola era cousa natural. Além das causas que enumeramos havia ainda outra: era um mercado novo, abundante, fácil. Para êle convergiu o comércio baiano, que, em troca de aguardente, fazendas, missangas, facas, pólvora, ia buscar negros. Como observou Pedro Calmon, durante o século II a preponderância de Angola, entre Ambriz e o Zaire, no fornecimento de negros, não foi disputada pelas outras feitorias da África. (69) A lei de 1684, que regulou a arqueação dos navios negreiros, quase desconheceu outro tráfico que não fôsse o de Angola. Dizia o Rei, apiedado do martírio dos escravos na travessia he-diõnda: "— sendo informado que na condução de negros cativos de Angola para o Estado do Brasil, obram os carregadores e Mestres de Navio violência de os trazerem tão apertados, e unidos huns com os outros, que não sòmente lhes falta o desafôgo necessario para a vida, cuja conservação é comum e natural para todos..." As relações entre o Brasil e Angola tornaram-se comuns, freqüentes. As necessidades desta, talvez, acoresse mais o Brasil do que o Reino. Para as suas guerras pedia Domingos de Abreu e Brito a S. M. gente do Brasil, "gente nobre e poderosa, e necessária muito para esta guerra, por terem muita escravaria, assim freixeiros como espingardeiros". (70) E publicaria a cifra tirada do livro de lançamento de escravos saídos da Feitoria de Angola, mais tarde vulgarizada por Oliveira Martins e Capistrano de Abreu: — 52.053 peças de escravos exportados de Angola, entre 1575-1591, para o Reino, partes do Brasil e Índias de Castela, que recebiam a maior parte.

Esses documentos, apesar de se referirem ao Brasil, sem particularizarem a Bahia, não a excluem. Ao con-

---

(68) Inventário de Documento. Anais da Bib. Nacional, vol. 31 — Doc. n.º 2.691.

(69) P. Calmon, Espirito da Sociedade Colonial, pag. 170.

(70) Domingos de Abreu e Brito, "Sumário e descreção do Reino de Angola e do Descobrimento da ilha de Loanda e da grandeza das capitaniaes do Estado do Brasil", in Arquivos de Angola, ns. 25 a 27.

trário, dada a posição da Bahia, naquela época, na economia da Colônia, fazem crer que uma alta percentagem dos escravos saídos de Angola para o Brasil deveria aportar na Capital brasileira. Aliás não faltam informes relativos ao comércio da Bahia com Angola. O autor do *Discurso Preliminar* estende-o até 1770, feito por intermédio de baralhos, aguardente, fazendas, folhinhas, e outros objetos, passando dessa data em diante a ser feito apenas para o Rio, diretamente de Lisboa, "vindo tão somente para a Bahia alguns destes [navios] por acaso". (71)

Quando, em 1624, os holandeses dominaram a Bahia, apresando os navios surtos no pôrto, "o terceiro estava carregado de farinha e bolacha, e destinava-se para Angola". (72) E, na enumeração das vantagens obtidas pela Companhia das Índias Ocidentais no ataque à Bahia, Joannes de Laet inclui vários navios carregados de escravos: Huma barca com 250 negros de Angola, hum navio de Angola com Negros; hum navio de Angola com 200 negros, hum navio de Angola com 280 negros; hum navio de Angola com 450 negros; hum navio de Angola com 230 negros. Que dúvida poderia haver quanto a serem de Angola os negros vindos para a Bahia? Mas, para confirmar a regra, havia uma exceção: hum Patacho de Guiné, com 28 negros...

Era justo, aliás, que não perdessem os negociantes de escravos um mercado rico como o da Bahia. A Santos, por exemplo, é que não iriam mau grado a queixa dos seus moradores ao Rei, que não via meios para remediar a situação e escrevia, em 1700: "Enquanto a hirem navios de Angola com carga de escravos ao pôrto de Santos me parece dizer-vos que este negócio se havia de ajustar entre os moradores e Senhores das mesmas embarcações e que se entende não haverá quem queira fazer esta navegação, assim porque não tem carga em Santos que possam tirar e carregar os seus navios, como também por ficar esta viagem em maior distância". (73) O tráfico só

---

(71) *Discurso Preliminar*, Anais da Bib. Nacional, vol. 27.

(72) Joannes de Laet. *História ou Anais da Companhia das Índias Ocidentais*, trad. de José Higino.

(73) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 19-2-1700.

conhecia um critério — o lucro. Foi dentro dessa lei que êle despejou na Bahia, por todo o século XVII, os negros de que se abarrotava em Angola. Apenas um acidente, a luta entre Portugal e Holanda, toldou a prosperidade do ciclo de Angola. Assaltada em 1641 pelas forças de Holanda, somente em 1648 pôde Angola desvencilhar-se do invasor flamengo. Foi, porém, o bastante para desorganizar o comércio de escravos. Ainda em 1650 representavam ao Rei os Officiais da Câmara de Angola: “antes dos holandeses entrarem nesta praça estavam hos sovas quietos e abundantes em suas terras, os Reis com largo comércio, os pumbos abertos e desempidos e com facilidade se Resgatavão em tôdas as partes e logares pesas”. E continuava a representação: “hoje tudo he pelo contrário, porque as guerras dos Sovas e Reis rebeldes, com os nossos confidentes destruirão e despovoarão as provincias de Glamba, lurubo, zaire, dongo, zenga, lubolo e as jagas e Rainha ginga desbaratarão os Reinos da umba ganguella matumba e os Sovas vassallos dos confins do congo por não temerem nossas armas, que os Representavão antigamente por occupadas na posição dos holandeses, que ficarão as pesas poucas os resgates dos pumbos impedidos”. (74)

Rapidamente, porém, se refez o mercado de Angola. Premidos pelas exigências dos compradores baianos, que desprezavam, no século XVII, os negros super-equatoriais, os traficantes de escravo foram obrigados a se empregarem no restabelecimento dos pumbos angolezes.

A preferência, aliás, era explicável pelas melhores qualidades de adaptação do negro bântu, cujos motivos religiosos ofereciam margem a uma resistência menor do que a dos negros sudaneses, muitos dêles já fortemente influenciados pelo maometismo, que lhes dava as bases da atitude de insubmissão. Pedro Calmon, citando Agassiz, informa que os “Angolas e congos, em geral os de lingua bântu, menos inteligentes e mais dóceis, serviam às maravilhas para a lavoura”. E conclui —

---

(74) Representação da Câmara de Angola, em 25-5-1650, in Arquivos de Angola ns. 13 a 15.

“eram trabalhadores rurais insubstituíveis”. (75) O fato, aliás, foi notado não só por viajantes estrangeiros, mas também pelos cronistas nacionais, todos a deporem pelas virtudes de docilidade, as atitudes conformadas dos bântus, que nem por isso deixavam de ser menos diligentes nos trabalhos do campo e principalmente nos serviços domésticos. Ouçamos, por exemplo, êsse perspicaz observador que foi Antonil. Escrevendo em 1711, dizia: “Os [negros] que vêm para o Brasil são Ardas, Minas, Congos, de S. Tomé, d’Angola, Cabo Verde e alguns Moçambiques que vêm nas naus da Índia. Os Ardas e os Minas são robustos. Os de Cabo Verde e S. Tomé são mais fracos. Os d’Angola, criados em Loanda, são os mais capazes de aprender ofícios mecânicos, que os das outras partes já nomeadas. Entre os Congos há também alguns bastantemente industriosos e bons não só para o serviço de cana, para as oficinas, e para o Meneo de casa”. (76) Não poderia haver testemunho mais valioso. Barleus, também, forma ao lado dos que proclamaram a superioridade dos Angolas: “A terceira classe [da população] é dos escravos africanos, sendo os mais trabalhadores de todos êles os naturais de Angola”. Ao negro da Guiné, “rixoso, cabeçudo, preguiçoso, difícil de se acostumar à obediência e ao trabalho” opunha-se o de Angola, que “revelava muita disposição para o trabalho, e podia facilmente ser ensinado pelos escravos antigos”. Por isso, êstes “gozavam de particular preferênciã”. (H. Wätjen, *O Domínio Holandês no Brasil*, trad. de P. C. Uchôa Cavalcanti).

É grande a lista dos que confirmam as excelências dos negros dessa procedência. Convém, porém, insistir no assunto, pois as maiores virtudes dos sudaneses para os trabalhos das minas, no século XVIII, fizeram generalizar o conceito, quando o Brasil se fascinava pela mineração — *leit-motiv* da vida nacional, durante um período de sua existência — e a ela tudo subordinava.

Tolenare, que também esteve na Bahia, lançaria no seu diário essa observação: — Os mais hábeis e conve-

---

(75) P. Calmon, Esp. da Sociedade Imperial, pag. 101.

(76) Antonil, Cultura e Opulência do Brasil — Edição Tauray, pag. 91.

nientes para o serviço nas cidades são os negros d'Angola; os Cabindas e Bengüelas são dóceis e excelentes para o trabalho agrícola. (77) Era a preeminência dos bântus sobre os sudaneses. Note-se, porém, a insistência com que se louva, para as atividades urbanas, o negro de Angola. Diz Braz do Amaral que "preferiamos para os serviços de casa". (78).

Gardner, que visitou a Bahia, em 1836, notou a rebeldia dos seus negros e a atribuiu ao fato de serem originários da Costa do Ouro. (79). E o autor do "Breve discurso sôbre o estado das 4 capitánias conquistadas" aconselhava que apenas se importassem negros de Angola. (80).

A superioridade atribuída mais tarde, no século XVIII, aos sudaneses, só encontra explicação nos resultados colhidos no serviço de mineração, sobretudo pelos Minas, cujas negras chegaram a constituir um tabu. Vahia Monteiro explicava não haver mineiro "que possa viver sem nenhuma negra mina, dizendo que só com elas têm fortuna". (81)

Interessados na maior extração de negros da Costa da Mina, cujas dificuldades de viagem eram largamente compensadas pelo menor preço do resgate para os negociantes baianos de escravos, é de considerar que êstes devam ter contribuído hábilmente para a difusão desses conceitos sôbre a maior valia dos negros sudaneses.

No entanto os mais argutos observadores não se deixaram iludir por essa propaganda. Vilhena, sempre tão minucioso, e falando numa época em que a Bahia estava cheia de escravos sudaneses, que eram os de melhores preços, refugia aos louvores gerais dispensados a êstes. Escrevia o cronista da Bahia: "Quanto aos negros cativos, só posso informar-te que os vindos da Costa da Mina são mais bem reputados que os vindos de Angola e Bengüela e dizem ser melhor gente; eu,

(77) Cf. Pedro Calmon, *Espírito da Sociedade Colonial*, pag. 174.

(78) Braz do Amaral, *Contribuição para o estudo das questões*, Rev. do Inst. Hist. Brasileiro. Primeiro Congresso de História Nacional — vol. II, pag. 675.

(79) Cf. Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, pag. 338.

(80) Cf. Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, pag. 407.

(81) Cf. Oliveira Vianna, *Evolução do Povo Brasileiro*, pag. 149.



porém, acho que a preferência é por serem mais aceitados e caprixosos; êles porém são mais ásperos e traidores; quanto os de Bengüela são mais amoráveis e dóceis e percebem e falam a nossa língua melhor, e com mais facilidade, e o que sahio bom é verdadeiramente bom". (82) Foi êsse o traço que nitidamente separou bântus e sudaneses. Aquêles mais dóceis, mais capazes para o processo de contato e de assimilação, inclusive lingüístico, e que concorreu para a maior influência do Kimbundo na nossa linguagem, (vide Renato Mendonça, *A Influência Africana no Português do Brasil*), e êstes sempre conservados numa atitude de rebeldia e de isolamento.

Koster atribuiu a intranqüilidade da Bahia ao fato de receber muitos negros da Costa do Ouro, o que não acontecia com Recife, por isso mesmo mais calmo. (83) E observaria ainda serem os negros d'Angola os melhores escravos. Dedicados, fiéis, honrados. Os congos seriam próprios para o campo e também dóceis, embora não tão inteligentes ou corajosos. O próprio Calógeras, depois de dizer que os Angolas eram maus escravos, afirma que "eram os mais reputados". (84)

Essas virtudes fariam do bântu o escravo preferido. Por todo o século XVII concorreriam vantajosamente com os sudaneses no mercado baiano, que desprezava a mercadoria da Costa da Mina, refugando-a como a um elemento pernicioso. Dissô deixou um depoimento insubstituível André de Melo e Castro, Conde de Galveas, que, da Bahia, escrevia em 1738: "Quando elas [Minas] se começarão a descobrir que haverá trinta e sete para trinta e oito anos erão muito poucos os escravos que vinhão da Costa da Mina e êsses tão mal reputados que os Senhores de Engenho, os Lavradores de tabaco e todos os mais que se empregavão na cultura da Campanha lhes preferião as de Angola, de tal sorte que comprando êstes por cento e cincoenta mil réis pouco mais ou menos não querião os da Costa por nenhum preço; mas o tempo que tudo altera e tudo muda trocou

---

(82) Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, I, pag. 46.

(83) Koster, in *Rev. do Inst. Arqueológico*, vol. 30, pag. 85.

(84) Calógeras, *Política Exterior do Império*, I, pag. 313.

as cousas de maneira que hoje regeitão totalmente os de Angola pelo mesmo valor que então os compravão e comprão os da Costa por cento e vinte e cento e cincoenta mil réis e dahi para cima". (85) O testemunho prova de sobejo a importância da exportação bântu, para a Bahia, no século XVII, quando os seus engenhos, as suas fazendas, as suas vilas, e a capital encheram-se de escravos vindos de Angola, de Loanda, de Mossamedes, de Cabinda.

Por isso dissemos que o fato já não deve ser ignorado, considerando-se a Bahia um ponto de maior, senão exclusiva, influência sudanesa. Do mesmo modo que no século seguinte os escravos super-equatoriais, pela sua evidente superioridade numérica, tornaram-se o centro preponderante, e impondo mesmo o "nagô" como uma língua-geral dos negros da Bahia, no século XVII os bântus foram os donos da Bahia. De Angola, segundo o Padre Antônio Vieira, vinham os navios com quinhentos, seiscentos e até mil negros! E era em língua de Angola que se catequizavam e doutrinavam, na Bahia, informa ainda Antônio Vieira, 25.000 escravos. (86) Para se ver a importância de cada um dos dois grandes grupos, bântu e sudanês, respectivamente nos séculos XVII e XVIII, vale a pena fazer um confronto entre a utilidade das duas línguas na Bahia. No primeiro, se catequizavam os negros falando em língua de Angola, quimbundo provavelmente. No último, dois missionários tentaram, sem êxito, falar aos negros baianos em nagô.

É, porém, sobretudo em tórno do sincretismo religioso que podemos surpreender a larga influência bântu, na Bahia, nesse século II. São dessa origem as festas religiosas que promoviam os negros baianos, nessa época. Mais aptos à integração, o sincretismo religioso dos bântus logo se verificou no culto a S. Benedito e Nossa Senhora do Rosário, santos de sua preferência, na observação de quase todos os autores. Sob a invo-

---

(85) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Vol. 1738. (Vide nota "c", no fim do volume).

(86) Antônio Vieira, Sermões, vol. 6, pag. 391, e vol. 8, pag. 522. Cf. Southey, Hist. do Brasil, vol. 4, pag. 444.

cação desses Santos fundaram-se as “Irmandades dos Homens Pretos”, que tanto proliferaram na Bahia.

E, de permeio com os santos católicos, havia sempre um Rei Congo, uma Rainha, as “cheganças” com os seus almirantes, jogos de capoeira, que os batuques animavam numa lembrança da Pátria distante e perdida. Os folguedos dos africanos lembravam sempre Angola. Vem daí esse gosto de darem aos deuses “altas funções guerreiras”. (87) Essa idéia do Rei, do reinado, nas solenidades religiosas é um fato que assinala de logo a presença do bântu. É peculiar aos negros dessa origem.

Antonil, que, no Brasil, parece ter vivido o maior tempo na Bahia, advertiu aos Senhores de Engenho: “Portanto, não lhes estranhe os Senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano”. Isso “depois de terem feito pela manhã suas festas de N. S. do Rosário, de S. Benedito e do orago da Capela do engenho”. (88) Não há quem não surpreenda aí o elemento bântu. Sempre a mesma figura do Rei, que é uma constante do seu sincretismo religioso. O cronista contemporâneo, fixando o aspecto dos costumes religiosos dos negros, deixou um precioso subsídio para se avaliar da importância, na época, do grupo sub-equatorial. Como grupo numericamente dominante, impunha sobre quaisquer outros os seus sentimentos. Amando as exterioridades vistosas, as festas em plena rua, as danças públicas, transformava a cidade num grande “Reinado”, onde derramava as notas alegres do seu temperamento. Apesar dos rigores religiosos da época, o português assistia sem repugnância a essa mistura, essa confusão de santos católicos com reis e danças pagãs. Era ingênuo, curioso, divertido. Apenas os Jesuítas, menos amigos dos negros, pareciam lastimar não se dar aos índios a mesma liberdade de culto. O Padre Plácido Nunes, S. J., respondendo a uma proposta de Diogo da Conceição, escreveria em 1738: “Se nas cidades e Povoações como se não impedem nem castigão êstes mesmos delítos [religiosos] nos negros que são hoje no Brasil muito

---

(87) E. Carneiro, *Negros Bântus*, pag. 61.

(88) Antonil, *obr. cit.*, pag. 96.

mais em número que os índios e por esta razão muito mais os delitos de feitiçarias, malefícios, calundus, danças a seu modo e com instrumentos que uzão nas suas terras, nas ruas e praças mais públicas das Cidades". (89) Provavelmente o pernicioso "Reynado dos Negros" de que nos fala a carta do Conde de Sabugosa de 14 de Abril de 1729.

Eram os "Reinados" que se desenvolviam à sombra protetora de S. Benedito e de Nossa Senhora do Rosário, congregando negros bântus nas Irmandades. Talvez a elas não fôsem estranhos alguns negros sudaneses já assimilados, integrados no mesmo sincretismo religioso. Tais Irmandades fizeram época. Espalharam-se pelo interior. Em Camamú havia a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Em Valença a de S. Benedito dos Homens Pretos. Mas, sobretudo na Capital é que se multiplicavam. A mais importante era a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, às Portas do Carmo. E, ainda sob a mesma invocação, as da Conceição da Praia, Sant'Ana, Santo Antônio Além do Carmo e S. Pedro Velho. De S. Benedito havia a da igreja de S. Francisco. Nina Rodrigues identificou ainda a de Nossa Senhora do Rosário, na Baixa dos Sapateiros, cujo "templo edificado em longínqua data colonial, pertenceu igualmente aos Angolas".

Ao se comemorarem, na Bahia, as bôdas do Infante D. Pedro, em 1760, aos festejos estavam presentes os negros. Na narração das festas, diz o Padre Manuel de Cerqueira Tórres: "No domingo doze [Outubro] occorreo a festa de Nossa Senhora do Rosário da confraria dos pretos, na sua igreja cita ás portas do Carmo, com magestosa pompa festejavão o sempre vitorioso Rosário de Maria Sanctissima, estava a capella ricamente ornada. Houve missa solene, com musica, sacramento exposto e sermão. De tarde sahirão com sua procissão com igual aceio e primor, e sendo esta hũa das procissões mais plausiveis, que faz esta cidade pelo muito em que se empenha esta devota confraria"... (90) Nas festas ainda houve "discretos e divertidos mascarar, que

---

(89) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Vol. 35.

(90) Anais Bib. Nacional, vol. 31, pag. 413.

com vários gêneros de figuras fizeram tão jocundas representações que geralmente alegravam a todos". As comemorações religiosas com "mascarados" parece ter sido um hábito dos Angolas. Hábito vindo naturalmente do período em que tiveram o predomínio sobre a população negra da Bahia e que se prolongou, pelo menos, até os fins do século XVIII. Ainda em 1786 requeriam os pretos devotos de Nossa Senhora do Rosário que lhes fôsse dada licença para realizarem, durante 3 ou 8 dias, festas mascaradas com "danças e cantos no idioma de Angola". (91) O fato, num período em que a Bahia estava saturada de negros sudaneses, não se explica senão pela sobrevivência de influência bântu no século anterior. Eram os últimos marcos ostensivos duma cultura, que tendia a se dissolver integrada na sociedade nova. Isso, aliás, sem que desaparecesse inteiramente o comércio com Angola no século XVIII. Refugados os seus negros, quando as Minas é que regulavam as cotações do mercado escravo, continuavam a vir de lá escravos de preços mais acessíveis e também por isso muitas vezes preferidos pelos homens do campo. O Conde dos Arcos, informando a Pombal sobre a Companhia Geral da Guiné, (1756) escrevia: "porque como os de Angola não se comprehendem no privilégio privativo e os senhores de engenho e principalmente os lavradores de tabaco se inclinam mais facilmente aos de Angola que aos da Costa da Mina, suposto estes sejam mais fortes e mais robustos, os outros são mais domáveis e em melhor preço e cada um dos que compra ordinariamente vae buscar o mais barato..." (92)

Realmente o "Mapa da Importação da Bahia em 1798", (93) assinala uma importação de 4.903 negros da Costa da Mina com o valor de 490:300\$000 e 2.151 de Angola estimados em 172:080\$000. Aquêles, portanto, a 100\$ cada, e éstes a 80\$.

---

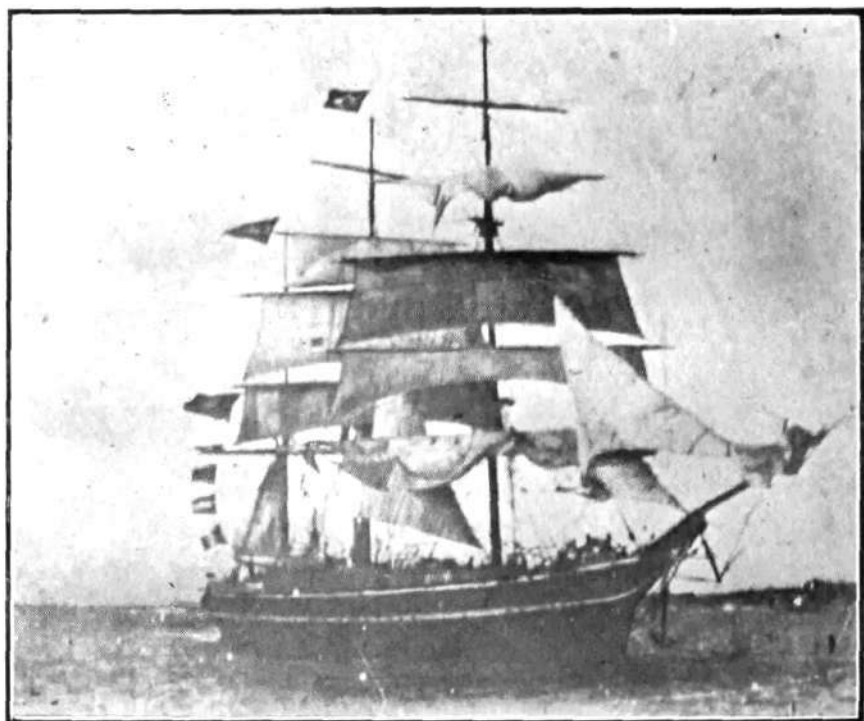
(91) Inventário de Documentos relativos ao Brasil — doc. n.º 12.235.

(92) Anais da Bib. Nacional, vol. 31.

(93) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia, in fine das Ordens Régias, 1799.

Cairu, na sua conhecida carta a Vandelli, das 50 embarcações que declarava expedir a Bahia, (1781) informa que 8 ou 10 corvêtas iam para Angola. Em 1798 seriam apenas quatro.

Os elementos reunidos neste capítulo parecem suficientes para demonstrar a importância do "Ciclo de Angola" no século XVII. Bântus foram os primeiros negros exportados em grande escala para a Bahia, e que aqui deixaram de modo indelével os marcos da sua cultura. Na língua, na religião, no folclore, nos hábitos, influíram poderosamente. O seu temperamento permitiu um processo de aculturação tão perfeito que quase desapareceram confundidos pela facilidade da integração. Dissolveram-se dando à sociedade uma coloração que já nem era a do branco e nem a do bântu, mas um matiz novo surgido do contato íntimo dos dois grupos.



Embarcação usada para o comércio entre a África e a  
Bahia no século XIX.



Embarque de negros africanos da Bahia para a África  
após a libertação dos escravos.



## CAPÍTULO IV

### O CICLO DA COSTA DA MINA

Novos fatos, porém, uns de ordem interna e outros de ordem externa, iriam influir para que os rumos do tráfico, até então feito com predominância da linha Bahia-Angola, se desviasse para a Costa da Mina, indo buscar aí negros sudaneses. Dentre essas causas determinantes da variação da rota dos "tumbeiros" podemos assinalar como principais o progresso da cultura do fumo, a descoberta das Minas, as lutas internas na Costa da Mina e, talvez, a epidemia de bexigas em Angola. A substituição de Angola pela Costa da Mina no suprimento do mercado baiano devia ter os seus motivos de ordem política e econômica, pois só assim se explicaria que os negociantes da Bahia abandonassem a mercadoria mais próxima, e que já conheciam, para se irem abastecer em novos portos.

A epidemia de bexigas em Angola, no último quartel do século, se não teve importância para a fixação dessa preferência pela Costa da Mina, foi, talvez, uma das suas causas iniciais. Além de coincidir com o período em que começou a ter incremento o negócio com a Costa da Mina, a êle se refere expressamente a Provisão dada pelo Marquês das Minas a Antônio de Andrade para ir àquela região, pagando os direitos na Bahia, "pela noticia que veio dos Reinos de Angola de haver concedido [sic] nêle o mal de bexigas de tal maneira que se pode temer que em muitos anos se não refaça a perda de muitos negros que morreram nêle, retardando se poderem vir as embarcações a êste Estado que precisamente são necessários para a conservação dos Engenhos dêle". (94)

De qualquer modo afugentaria os traficantes receosos do contacto com a epidemia dizimadora.

---

(94) Provisão de 22-6-1685, in Doc. Históricas, vol. 28, pag. 317.

Outro fator, êste de relevante importância, foi a descoberta de Minas. Espicaçando a ambição dos lucros fáceis, das fortunas improvisadas à margem de um veio abundante, provocaria no espírito dos portugueses, que havia dois séculos ansiavam por êsse El-Dorado, uma revolução. Quando êle já se resignava à vida dos campos, a notícia das descobertas transformou-o. O aventureiro dêle desabrochou prontamente, emergindo do mais fundo da sua alma. E o português atirou-se às minas com uma avidez imensa. Para elas transportava-se com os seus escravos. Êstes, porém, não bastavam. Era preciso sempre mais negros, mais escravos. Angola seria agora insuficiente para abastecer um mercado insaciável. Os alvarás eram ineficazes para conterem a marcha em direção às regiões auríferas. Despovoavam-se campos, engenhos e cidades. A população do Brasil estava fascinada. O Governo era impotente para obstar êsse deslocamento. D. Vasco da Cunha Menezes lamentaria em 1728: — “não posso eu evitar nem descubro meio algum que sirva de remédio a êste dano porque a opulência delas arrasta os ânimos de sorte que nenhuma deligência que respeita a impedir-lhe aquela jornada será bem executada”. (95) Ineficaz também fôra o conhecido alvará de 1701, que proibia a ida de escravos da Bahia e Pernambuco para as Minas, o que levava D. Rodrigo Costa a pedir que a proibição, sob pena capital, se estendesse a escravos novos e ladinos, pois os navios já nem sequer tocavam na Bahia e Pernambuco, rumando diretos para o Rio. (96) E, explicava o mesmo Governador, numa carta logo posterior, que um Patacho vindo de Loanda, onde fôra carregar escravos, não encontrara aí quem quisesse embarcar um escravo para a Bahia, pois os preços pagos pelo Rio, que além disso mandava ouro, a todos atraía. (97)

---

(95) Col. Ms. do Arq. Público da Bahia. Ordens Régias. Carta de 12-10-1728.

(96) Col. Ms. do Arq. Público da Bahia. Ordens Régias. Carta de 20-6-1703.

(97) Docs. Históricos, vol. 34, pag. 249. Carta de 26-6-1703.

A população das Minas cada vez mais se condensava ante as notícias de novas descobertas. O ouro que se buscara infrutiferamente durante quase dois séculos de pesquisas atentas, parecia ter sido pôsto agora à flor da terra, aos olhos dos portugueses, pelas mãos da Providência. Cada dia encontravam-se novos filões fartos de ouro. Em 1729, referindo-se apenas ao território aurífero da Bahia, Minas-Novas, Arassuaí, Fanado, Deserto de Jacobina, Certão e Rio de Contas, o Conde de Sabugosa diria que “me segurão haver ali mais de 40.000 pessoas brancas e imencidade de negros”. O cálculo parece exagerado. Wenceslau Pereira da Silva, em 1738, apontando a desorganização da economia baiana causada pelas Minas, escreveria em parecer a S. M.: “Últimamente a carestia e falta de escravos prejudica e deteriora muito aos moradores desta Capitania [Bahia] pela grande diversão e saída, que tem para a das Minas, em que se ocupam mais de 150 mil”. (98) Pode avaliar-se os distúrbios provocados na economia, tôda ela esteada no braço escravo, por uma evasão em massa de trabalhadores.

“A principal causa do dano que padece êsse Estado do Brasil, escrevia, em 1706, D. Luiz César de Menezes, procede da falta de escravos por não bastarem os que se introduzem para a fábrica dos Engenhos, cultura dos tabacos e trabalho das minas por se hirem para elas a maior parte dos ditos escravos, em razão do maior interêsse das ditas minas”. (99)

A maior procura aumentava os preços dos escravos a índices até então imprevistos, proporcionando grandes lucros aos traficantes, que procuravam desenvolver o comércio largamente compensador. No próprio mercado africano elevou-se a cotação. E os negros que custavam de 7 a 10 rolos de fumo na Costa da Mina passaram a valer 15 e 20 rolos. Para as Minas “se compravão negros por todo o preço. Não podiam os Senhores de engenhos sustentar a concorrência com especuladores tão ávidos quão aventureiros: só os mais

---

(98) Inventário de documentos... n.º 347.

(99) Col. Ms. Arquivo Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 13-10-1706.

poderosos proprietários se podiam manter com preços tão exorbitantes". (100)

A consequência era irem os escravos de melhor qualidade para as Minas, ficando os demais para a lavoura, fábricas e serviços domésticos. A estas últimas atividades tocava o que refugavam os mineiros, com cujas ofertas ninguém podia concorrer. No caso os negros preferidos seriam os "Minas", que segundo Vahia Monteiro eram "os de maior reputação para aquêle trabalho, dizendo os mineiros que são os mais fortes e vigorosos". (101)

Realmente as Minas é que haviam dado o impulso maior ao comércio da Costa da Mina. Além da preferência dada nas Minas aos negros sudaneses, Angola não bastava ao mercado consumidor. Acima do Equador estava o manancial abundante, quase inesgotável, que se abria novamente à ambição dos traficantes e às necessidades da América Portuguesa. Isso mesmo explicavam os comerciantes da Praça da Bahia na Representação enviada a D. José (1757):

"Principiou este negócio [com a Costa da Mina] por humas limitadas embarcações, cujo interesse principal era buscar ouro, que os gentios naturais da terra colhiam facilmente e com muita vantagem no Pôrto de Anababu; cresceu o número destas embarcações e descobrindo-se as Minas começarão a resgatar escravos..." (102)

As Minas eram o *leit-motiv* da vida da Colônia. Dominavam. Regulavam todo o comércio. Faziam o preço dos gêneros, do gado, dos escravos. O preço e a qualidade. E, se elas pediam negros "Minas", era ir buscá-los.

Para isso, porém, era necessário um veículo, uma mercadoria intermediária, que servisse para o resgate dos escravos. Essa mercadoria foi o fumo. Graças a êle conseguiram a Bahia, e Pernambuco em menor escala, ter quase que o monopólio do comércio com a Costa da Mina. É que para os negros dessa região,

---

(100) Southey, Hist. do Brasil, vol. V, pag. 82.

(101) Cf. Oliveira Vianna, Evolução do Povo Brasileiro, pag. 138.

(102) Inventário de documentos... n.º 2.806.

de tôdas as mercadorias levadas para o resgate nenhuma tinha a estima do tabaco. Enquanto Ingêleses, Franceses, Holandeses, Dinamarqueses, levavam outras mercadorias, dentre as quais sobressaia a aguardente chamada "Roma" fabricada pelos ingêleses, e com a qual também concorria a cachaça nacional, fumo apenas levavam os portugueses. Fumo sobretudo extraído da Bahia e de Pernambuco e que lhes garantia o monopólio do mercado. Para os negros da Costa da Mina nada se equiparava ao fumo. Era "primus inter pares". E dizia a Representação de 1757: "Os Portuguezes são os únicos que levão à Costa da Mina tabaco, sem o qual não podem subsistir aquêles gentios". Transformara-se num gênero de primeira necessidade, imprescindível. Por êle se regulava o mercado entre os cabos Lopo e Monte. A sua maior oferta fazia subir os preços dos negros, e a sua escassez os depreciava. No intercâmbio negreiro valia ouro. Daí, para evitar a alta dos escravos, ter a Provisão de 30 de Março de 1756 limitado a 3 mil rolos de fumo a carga de cada um dos 24 navios, que podiam fazer o comércio da Costa da Mina. Escravos tinha quem fumo levava. Era a lei no comércio da Costa da Mina. No tráfico com essa região africana as equações só conheciam dois fatores: negros e fumo. As relações entre as duas "mercadorias" eram estreitas, inseparáveis mesmo. Rodolfo Garcia, estudando, com a argúcia que lhe é peculiar, o govêrno de D. José César de Menezes em Pernambuco, observou que a cultura do tabaco estava quase desaparecida "por achar-se extinta a navegação da Costa da Mina". (103) Em verdade os dois fatores não se separavam.

Tais as vantagens que do fumo retirava o comércio baiano, mandando o de 1.<sup>a</sup> qualidade para o Reino e para a Asia, e ainda adquirindo, na Costa da Mina, escravos resgatados com o refugo, que o Marquês de Lavradio escrevia ao Governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo Saldanha, aconselhando a cultura do tabaco para que os paulistas "percebessem as grandissimas utilidades, que

---

(103) Rodolfo Garcia, A Capitania de Pernambuco no Govêrno de D. José César de Menezes, in Rev. do Inst. Hist. Brasileiro, vol. 84, pag. 533.

das mesmas fábricas têm tirado os moradores da Bahia". (104)

Era o que Miguel Calmon chamaria a "brutal metamorfose de mangotes em Nagôs". (105)

Já na época de Antonil, no início do século XVIII, a Bahia exportava para a navegação da Costa da Mina treze mil arrobas de tabaco. (106) Foi esse comércio que lhe assegurou por todo o século o monopólio dos "pumbos" super-equatoriais. Em 1710, representando contra a restrição do negócio do tabaco, a Câmara da Bahia declarava: "com que vem a ser inútil a sua proibição em prejuízo do comércio da Costa da Mina, para que venham os escravos com maior número dos que costumam vir ao Reino de Angola". (107) O fumo já era a válvula que regulava o intercâmbio entre a Costa da Mina e a Bahia. Assim foi ainda por cem anos. O Conde de Galveas diria que era "um dos gêneros mais importantes ou para dizer melhor o único que facilita mais que nenhum outro o resgate dos Escravos". (108) Nessas condições era natural a superioridade do tráfico baiano sobre os demais nas regiões ao norte do Equador. Dispondo da "matéria prima" para o comércio de escravos, assim como Pernambuco, alijara facilmente qualquer concorrência, inclusive a dos armadores de Lisboa, que não podiam enfrentar a competição. As instruções dadas por Martinho de Melo e Castro ao Marquês de Valença, Governador da Bahia, lamentavam a liberdade dada aos moradores da Bahia e Pernambuco para o comércio da Costa d'África, sem que tivessem reservado para os negociantes do Reino "alguns privilégios, graças ou isenções, para que na concorrência com os ditos americanos nos referidos portos da África tivessem os portugueses a preferência".

---

(104) Docs. Históricos, v. 17, pag. 117. Carta de 12-7-1776.

(105) Miguel Calmon, Memória sobre a Cultura do Tabaco, Bahia, 1835.

(106) Antonil, obr. cit., pag. 198.

(107) Cf. Pedro Calmon, Espírito da Soc. Colonial, pag. 170.

(108) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia, Ordens Régias. Carta de 2-8-1744.

E acrescentava: "Resultou dêsse fatal esquecimento ou descuido, que havendo na Bahia e Pernambuco o tabaco, a gerebifa ou cachaça, o açúcar e alguns outros gêneros de menor importância, próprios para o comércio da Costa da África, e não os havendo em Portugal, com êles passarão os americanos aquela Costa, nas suas próprias embarcações e lhes foi fácil estabelecer ali o seu negócio, excluindo inteiramente dêle os negociantes do Reino". (109) Referindo-se ao comércio africano as Instruções tratam de outros produtos. Para a Costa da Mina, porém, pode dizer-se, como já vimos, que o tabaco representava quase todo o intercâmbio. Foi êle, como notou o Conde da Ponte, que garantiu para a Bahia o privilégio do comércio da Costa da Mina (110).

Convém, aliás, observar que se o tabaco gozava dessa preferência nos mercados super-equatoriais, o mesmo se não verificava nos portos de população bântu da costa ocidental, que dava maior valia às fazendas, baralhos, aguardente e quinquilharias, o que concorreu para que, no último quartel do século XVIII, o comércio com êsses portos se fizesse por uma linha Lisboa-Angola (ou outra feitoria sub-equatorial) — Rio. A observação foi feita pelo autor do *Discurso Preliminar*, que já ao se referir ao comércio com a Costa da Mina, escrevia que "o gênero, nas permutações para com o gentio, mais preciso é, como sempre foi, o tabaco da Bahia". (111)

Vê-se, portanto, que as estreitas relações havidas entre a Bahia e a Costa da Mina repousavam em sólidas bases econômicas. A Bahia tinha fumo e queria escravos. A Costa da Mina tinha escravos e queria fumo. O entendimento foi fácil e duradouro. De tal modo se entrelaçaram as duas "mercadorias" — escravos sudaneses e tabaco — que a sorte de uma dependia do destino da outra. Por isso, nos fins do século XVIII,

---

(109) Instruções ao Marquês de Valença, em 10-9-1779. Anais da Bib. Nacional, vol. 32, pag. 437.

(110) Ofício do Conde da Ponte de 16-6-1807. In Inventário de documentos... n.º 29.893.

(111) Discurso Preliminar, in Anais da Biblioteca Nacional, vol. 27.

pleiteava o Daomé o monopólio do comércio baiano para os seus portos. E Miguel Calmon atribuía à proibição do tráfico a decadência da cultura do fumo na Bahia, do mesmo modo que D. Fernando Portugal pleiteava, junto a D. Rodrigo de Souza Coutinho, o fornecimento, por navios baianos, de escravos a outras nações da América, pois assim, diria éle, "se fará aumentar e animar mais o comércio da Costa da Mina, dando-se extração ao tabaco refugado cuja cultura cada vez se aumenta mais". (112).

D. José não seria infenso à idéa e escrevia no mesmo ano: "se pode considerar os Escravos como um gênero Estrangeiro que se permuta por um gênero nacional..." (113) Este gênero era o fumo.

O comércio baiano de escravos tivera no tabaco, do século XVIII até à sua extinção, o seu mais precioso auxiliar. O veículo insubstituível e que valia essa "mercadoria" ambicionada — o negro.

Para a abundância do mercado em que se iam abastecer de escravos os armadores baianos não deixaram de contribuir as pequenas guerras com que se hostilizavam as várias nações da Costa da Mina, e, principalmente, o aparecimento de um Rei poderoso e temido, o Daomé, que se faria o mais decidido aliado dos portugueses na exploração do tráfico. Constituída por um desdobramento dos "Gêges", a nação "Fon", cujos componentes, mais tarde, foram conhecidos sob a designação de daomeanos, appareceu na primeira metade do século XVII. (114) Sòmente na terceira década do século seguinte, porém, é que teve fôrças para se expandir, impondo-se aos vizinhos pela sua ferocidade. Reclus fixou em 1725 a conquista de Ajudá pelo Daomé. A data não parece exata. Por essa ocasião deve ter havido as primeiras lutas, que terminaram pela paz oferecida pelo Daomé ao Rei de Ajudá. E'

---

(112) Col. Ms. do Arq. Público. Cartas a Sua Majestade. Carta de 29-3-1799.

(113) Col. Ms. Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 22-8-1799.

(114) Reclus, obr. cit., vol. XII, pag. 422.



o que informa a Carta de Sabugosa de 1731: "Pela cópia da última carta que recebi do Diretor da Feitoria de Ajudá será presente a V. M. que ainda continuação as desordens dos negros porque o Rei daquele país [Ajudá] se não fia da paz de que lhe segura o Daomé..." (115) Realmente a paz era de Varsóvia. E, dois anos depois, já dominando Jaquem e Ajudá, pedia o Daomé que nesses portos fôsem edificadas fortalezas pelos portugueses, o que era desaconselhado por Sabugosa, pois era "impraticável pela desordem e confusão em que de anos a esta parte andão os negros com a guerra que lhes fez este Rei [Daomé], hoje o mais respeitado e temido que há na mesma Costa [da Mina]". (116)

O fato, a principio, embaraçou o negócio de escravos. De tal modo que, em 1732, apenas duas embarcações entraram na Bahia procedentes da Costa da Mina (117). Não tardou, porém, em recompor-se o mercado sob o domínio inflexível do Daomé e com vantagem para os portugueses. Era êle "sumamente amante da nação Portuguesa, de tal modo que nenhuma outra quer nos seus dominios, que são os mais úteis e próprios para o negócio", ainda na expressão de Sabugosa, que, além de governador, foi hábil cronista.

Logo 2 embarcações, que se achavam "sós em a ocasião que descerão bastantes escravos reprezados no assalto que deu o Rei Daomé ao de Jaquem", adquiriram negros a 4 e 5 rolos de tabaco cada um. Os portugueses, dia a dia se faziam mais fortes no tráfico. O seu prestigio corria parelha com o do novo Senhor de Ajudá a que bons ventos favoreciam. E, para completar-lhe o domínio, o Rei de Achanti, em 1744, vira malgrado o seu ataque contra os mouros. Além disso, favorecendo aos portugueses, ingleses e franceses, preocupados com a situação da Europa, haviam quase desaparecido da África.

Crescera, porém, demais o Daomé. Em 1743 fôra atacado o castelo de S. João, em Ajudá. Já agora o te-

---

(115) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 17-7-1731.

(116) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 12-1-1733.

(117) Idem.

miam os portugueses, e procuravam contornar o obstáculo, conciliando as suas necessidades de escravos com o poderio do novo aliado. "Os negros de Ajudá, diria o Conde de Galveas, todos os dias são mais insolentes e maiores ladrões". E contava as proezas do Daomê: "Este Régulo, depois que se fez Senhor dos Portos de Jaquem e de Apê somente se governa pelo que lhe inspire o seu ânimo bárbaro e feroz de sorte que as fortalezas dos Franceses e Inglêses vivem em uma grande consternação." Uma das causas dessa consternação era não poderem os destas nacionalidades "levar tabaco que é o negócio mais estimável daqueles negros". Propunha, então, o Conde remédios para o mal, e ajuntava: "a dificuldade consiste no modo e no caminho que se há de tomar para que sem prejuízo da extração dos escravos que nos são tão preciosos para Lavouras do Brasil se possa castigar o Bárbaro Daomê e fazer-lhe concluir que sem o nosso comércio não pode subsistir, e se o projeto em que se vai cuidando se reduzir a efeito, bem se poderá alcançar o que desejamos". (118)

Tudo, porém, chegou a bom termo. Portugal construiu uma nova Fortaleza e continuou a comprar os prisioneiros das guerras da Costa da Mina. Firmavam-se as relações entre Portugal e o Daomê, sem que este, porém, abandonasse a atitude superior, que tanto irritava os seus aliados da Europa.

Acastelado no interior africano, a 40 léguas da Costa, obrigava que ali fôsem render-lhe homenagens os enviados da Coroa. Em 1752, a jornada custaria a vida ao Doutor Luiz Coelho de Brito, que, conforme informou o Conde de Atouguia, não resistira à caminhada. (119) E, à primeira visita, ninguém lhe falasse em negócio. Só depois. Mas, como prova das suas boas intenções, o Daomê mandava ao Rei de Portugal 4 negros, 3 negras, 6 panos de algodão e 1 carneiro. (120)

---

(118) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 8-10-1747.

(119) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 10-7-1752.

(120) Idem. Carta de 4-8-1752.

No meado do século, informa Pedro Calmon, os gêges dominaram os nagôs de Pôrto Novo e os venderam em massa. (121)

Os acontecimentos tendiam a favorecer a prosperidade da nova direção tomada pelos "túmbeiros" baianos. As hexigas em Angola, as descobertas das minas e a preferência dada pelos mineiros aos negros "Minas", o valor do tabaco para o resgate, a abundância ocasionada nos "pumbos" pelas guerras, tudo concorria para o maior incremento do negócio com a Costa da Mina.

Somente a abolição do tráfico iria interromper essas relações, que se faziam cada vez mais estreitas entre a Bahia e a Costa da Mina. Homens da Bahia intervinham diretamente no mercado, assegurando para os seus o privilégio e a tranqüilidade do negócio. Desde 1733 que na Costa da Mina se estabelecera o preto João de Oliveira, que "fez à sua custa abrir 2 portos de negócio para melhor o poderem fazer os navios que ali hiam desta Cidade [Bahia] e de Pernambuco, sustentando à sua custa em algumas ocasiões várias guerras, afim de que os navios, que se achavam para aquêles portos, não sentissem algum prejuizo..." (122)

Mais célebres do que êle, já na segunda metade do século, foram Félix de Souza e Domingos Martins, aquê-le agraciado pelo Rei de Daomé com o titulo de "Cháchá" em recompensa aos seus serviços à politica do Reino africano, e ambos partidários do tráfico português.

Com a Bahia eram tão íntimas as relações que até embaixadas enviava à antiga Capital brasileira o Daomé. Em 1795 e 1805 estiveram, na Bahia, os embaixadores do poderoso Rei Africano. Pleiteavam para Ajudá o monopólio do comércio escravo e que lhes asseguraria, na Costa da Mina, o monopólio do tabaco. Foram hospedados no Convento de S. Francisco. Não queria, porém, apenas fumo o Príncipe que chefiou a primeira embaixada. Já batizado, e não podendo ter mais de uma espôsa, pretendia casar-se na Bahia. Uma aventura amorosa talvez tivesse atenuado o insucesso da missão. E, do Reino, escreviam ao Governador da Bahia: "Ihe porporcioneis aí todos os meios de seu casa-

(121) Pedro Calmon. *Espirito Soc. Colonial*, pag. 170.

(122) *Inventário de documentos*, n.º 8.245.

mento à sua satisfação ou seja com alguma Preta ou com alguma Parda que queira contrair com êle o mesmo consórcio". (123) Eram dessa intimidade as relações da Bahia com a Costa da Mina: — os príncipes africanos eram pretendentes às pretas e mulatas baianas.

O obstáculo, talvez único, pois eram insignificantes os tropeços ocasionados pela França e pela Inglaterra, eram os holandeses, Senhores do Castelo de S. Jorge da Mina, tomado em 1637 aos portugueses, e que prejudicavam o tráfico português, impondo-lhe restrições à sua atividade. A história está cheia dos insultos feitos às embarcações portuguesas pelas da Holanda. Além de exigirem um imposto de 10% a título de licença, determinavam os fortes em que podiam comerciar os lusos: Popó, Ajudá, Jaquem, Apé, Balanço, Badagre. (124).

Em 1755 já D. Diogo da Corte Real acusava, em nome de S. M., a carta em que lhe participavam, da Bahia, que sob pretêxto de "só a Holanda poder commerciar entre o Cabo Palmas e o rio Camorim," erão os navios obrigados a pagar 10%. O fato é confirmado pelos Comerciantes da Bahia, que, em 1781, escreviam a S. M. dizendo que os Holandeses apenas permitiam o comércio com Ajudá, Pôrto Novo, Epé e Badagre, e "isso mesmo com imposto de 10%". (125). Mas apesar dessas desvantagens, que encareciam o resgate feito pelos portugueses, o seu tráfico, e sobretudo o baiano, sólidamente apoiado na Costa da Mina, expandiu-se extraordinariamente. As embarcações da Bahia levavam escravos aos portos estrangeiros. Percorriam os portos americanos, carregando escravos para abastecê-los. O alvará de 1751, entretanto, proibiu passarem escravos dos domínios de Portugal para os portos estrangeiros. O comércio, porém, continuou sob a forma de contrabando. Atraídos por melhores preços, os traficantes baianos continuaram a mandar escravos para o estran-

---

(123) Col. Ms. do Arquivo Público da Bahia. Ordens Régias. Carta de 3-4-1796.

(124) Discurso Preliminar. Anais Bib. Nacional, vol. 27.

(125) Col. do Arq. Pub. da Bahia. Carta a S. M. Vol. de 1780-1783.

geiro, transgredindo as ordens da Coroa. Em 1800, aliás, D. Fernando Portugal defendia a venda de escravos pela Bahia e Rio de Janeiro aos espanhóis, para Montevideó, donde viriam carnes, sebo e trigo, que iriam para o Reino. (126) O estadista queria vizinhos ricos — era um meio de também sermos ricos.

A Coroa, porém, estava vigilante, para impedir o contrabando. Em 1785 fez-se, em Lisboa, uma devassa para apurar as atividades ilícitas dos comerciantes baianos, e da sua conclusão dava conta D. Martinho de Melo e Castro a D. José César de Menezes: “algumas festemunhas da Devaça depozerão uniformemente que na dita Martinica tinham achado vários Barcos da Bahia que ali tinham levado e vendido carregações de escravos”. (127). Era o expansionismo dos negreiros da Bahia. Já lhes não bastava o ávido mercado brasileiro. Iam sempre mais longe, em busca de bons preços.

De 1784 é uma interessante carta de Bernardo da Rocha e Souza, da Bahia, ao seu sócio, o Capitão Antônio José da Cunha. Agora o rumo do contrabando era o golfo do México. Vale a pena transcrever um trecho dêsse curioso documento. Diz assim: “Da ilha de S. Domingos, no Golfo do México do Domínio de França se pedem escravos com todo o excesso, dando o Rei Cristianissimo Liberdade às Nassoens que lá os quizerem levar sem mais Direitos que os ordinários, de sorte que já daqui suponho terem hido alguns sem que seja contrabando nosso, os preços ahi sempre forão os de 1850 £ de 16 que correspondem a 300\$ nossos, e lembrando-me que tudo sucede pela falta de escravos pelos que deixarão de tirar da Costa Leste durante a guerra passada e que prezentemente darão mais”. (128). Em seguida o traficante aconselha ao seu sócio a ir para S. Domingos, o que deveria dizer ao Pilóto em meio à viagem, arribando sob qualquer pretêxto, assim como para não levar a bordo Capelão. E concluía com usura: “fará venda pelo maior preço que puder conse-

---

(126) Inventário de documentos, n.º 20.766.

(127) Col. Ms. Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 29-11-1785.

(128) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. v. 71 pag. 276.

guir". A carta contém um precioso punhado de informes: preços, causa da falta de escravos nos domínios da França, vantagens oferecidas pelo Rei Cristianíssimo, e cautelas necessárias ao contrabando.

Com Moçambique é que sempre foi escasso o intercâmbio baiano. Poucos foram os escravos que de lá se trouxeram para a Bahia. Para isso as causas eram óbvias: a distância e a má qualidade da "mercadoria". Esses dois fatores foram bastante para que quase não recebesse a Bahia os "Angicos" e "Macuos", as duas nações bântus de Contra-Costa que maior contribuição forneceram para outros portos brasileiros. Ao explicar os percalços do comércio de escravos, dizia André de Melo e Castro, Conde de Galveas, em 1738, referindo-se aos negociantes da Bahia: "ao hirem resgatar [escravos] além do Cabo de Boa Esperança não é praticável por que se os homens de negócio desta Praça [Bahia] apenas tem com que armarem dez ou doze Patachos que tantos são os que hoje navegam para a Costa da Mina, como é possível que possam fazer a considerável despeza de que se necessita para mandarem Navios de maior fôrça a negociar em Moçambique, Scena e S. Lourenço, expondo-os aos grandes perigos e dilações que se costumam experimentar nesta navegação devendo-se também ponderar que os escravos que se extraem daquelas paragens não acham aqui saída algũa por que a experiência tem mostrado na sua frouxidão o pouco que valem para o serviço dos Engenhos, lavoura dos tabacos e muito menos para o trabalho das Minas." (129)

O quadro fixado nessas tintas do Conde de Galveas, pode dizer-se que se não alterou com o correr do tempo. O comércio baiano sempre se manteve avesso ao tráfico da Costa Oriental. Apenas um ou outro se aventurava a dobrar o Cabo da Boa Esperança. Devem ter sido, porém, pouquíssimos. De 1750 a 1760, apenas se concedera licença para essa rota a 1 galera e 2 sumacas. Destas embarcações, porém, apenas a galera tornou com

---

(129) Col. Ms. do Arq. da Bahia. Ordens Régias. Vol. 35, pag. 54.

(130) Discurso Preliminar. Anais Bib. Nacional, vol. n.º 27.

300 escravos. (130) O tráfico com Moçambique chegou a ser cousa de que nem se sabia na Bahia. Até as autoridades ignoravam como agir com as embarcações negreiras que se lançassem a essa empreitada. Foi o que aconteceu com João Dias da Cunha, dono da Galera "Nossa Senhora Arrabida e Santa Rita" e que obtivera licença para ir a Moçambique, donde tornou com escravos, pau de Evano, Manná e Caurril. Embaraçaram-se as autoridades alfandegárias visto ignorarem como deveriam cobrar sobre os negros, os direitos que já haviam pago no pôrto de embarque. Fizeram-lhe prestar fiança, até que se resolvesse em Lisboa. Escravos de Moçambique eram uma extravagância. E, a requerimento da viúva de João Dias, uma Carta Régia explicou, mandando que lhe restituíssem a fiança: "antes sempre fôra uso, costume, deverem-se os direitos na sobredita casa da Índia, sem que jamais em tempo algum pagassem na Alfândega dessa Cidade [Bahia] contribuição alguma". (131) O fato exprime bem como a linha da Contra-Costa estava ausente da Bahia. Foi insignificante. E apenas se celebrizaria pela tragédia da Galera Belisário, cuja carga, já quase na Baía de Todos os Santos, se revoltara para trucidar a tripulação. (132) Isso não impediu, porém, que embarcações baianas navegassem para Moçambique. Iam, porém, em busca de fazendas ou de escravos para as linhas francesas, não para a Bahia. Em 1779, informava D. Francisco Inocência de Souza Coutinho que freqüentavam a "navegação de Moçambique os Moradores da Bahia e Rio de Janeiro, estabelecendo casas ali e delas expedindo Navios para as Ilhas francesas com carga de escravatura..." (133) Para os seus portos levariam roupas.

A Costa da Mina é que seria o mercado farto dos traficantes baianos no século XVIII, quando aproxima-

---

(131) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 10-9-1767.

(132) Jorge Calmon, A Galera Belisário.

(133) D. Francisco I. de S. Coutinho, "Breve Idéa do Comércio Navegação e Companhias d'Ázia e da África" in Arquivos de Angola, n.º 3.

damente 70% dos negros importados pela Bahia foram sudaneses. Os outros 30% seriam bântus, pois, apesar de tudo, Angola ainda continuava a atrair o comércio pela maior rapidez da travessia.

Em 1781, das 50 embarcações que expedia a Bahia, apenas 8 ou 10 rumavam a Angola. As demais corriam a buscar escravos na Costa da Mina.

A concentração de elementos bântus no século anterior substituiria a predominância dos negros sudaneses, que dariam à cidade um novo aspecto. Era outra gente. Jorubas, mais conhecidos pelo apelido de nagôs, Tapas, Bambarras, Haussás, Achantis, Gêges, Bornus, Fulahs e Mandingas, encheriam a antiga capital brasileira, impondo-se como o grupo negro mais numeroso. Representavam todos êles culturas já aproximadas na África e que aqui ainda mais se integrariam, confundindo-se em tôrno a cultos religiosos, onde buscariam as energias necessárias para resistirem e reagirem contra a dispersão e a assimilação. Formariam um grande núcleo negro de reação. Por muito tempo permaneceriam isolados, preparando-se para a luta religiosa e animados por um grande espírito de fé. Num século já teriam chegado à Bahia aproximadamente 350.000. Uma grande parte fôra para as Minas. Mas a fração que ficara era bastante para modificar o ambiente social do negro na Bahia. A cidade e o recôncavo haviam perdido a tranqüilidade que lhe dera o bântu, pobre de místicas, e cuja religião não o impedia de dançar e cantar pelas ruas da cidade, nos alpendres das fazendas e na frente das capelas de Engenhos. Uma nova religião negra, mais forte, e que se praticava, não mais a céu aberto, mas em interiores fechados, seria o ponto de partida das revoluções negras da Bahia, como veremos em outro capítulo. A Costa da Mina não nos mandara apenas negros escravos. Com estes exportara uma fé.

As regiões super-equatoriais absorviam quase que por completo o tráfico baiano. Até os fins do século as comunicações com Angola, mau grado as dependências existentes entre o seu governo e o da Bahia, reduziram-se a índices tão baixos que se tornou impossível, por falta de embarcações, o transporte entre um e outro



pôrto. Em 1751 os condenados a penas de degrêdo eram mandados a Lisboa para daí tomarem o seu triste destino, pois não havia como os remeter. (134) Meio século depois a situação ainda era a mesma. E D. Portugal escrevia para D. Rodrigo de Souza Coutinho: "He esta ocasião oportuna a expor a V. Ex. como há mais tempo desejava a dificuldade que encontro em fazer transportar para o Reino de Angola aquêles degradados que de Lisboa e Pôrto vem remetidos anualmente em diferentes Navios mercantes" "pois sendo poucas as Embarcações que dêste pôrto [Bahia] se destinam àquele [Angola] resulta demorarem-se os Presos meses e às vêzes mais de ano". (135)

Enquanto as populações bântus cada vez mais diminuam o contacto com a Pátria distante, dada a pequena importação de negro dessa procedência, e se integravam na sociedade, os sudaneses, graças a um tráfico intenso, que trazia sempre novas levas de escravos da mesma origem, mantinham viva ligação com os seus territórios, continuando a se fecharem em verdadeiras sociedades secretas. O século XVIII, na Bahia, seria o século dos sudaneses. Daí, talvez, as generalizações posteriores, que lhes atribuíram uma permanente predominância na Bahia.

---

(134) Col. Ms. Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. V. 48 pag. 200. Deve-se notar, porém, que no documento, como outros citados adiante, não se trata do Reino de Angola e toda região compreendida sob o mesmo nome, mas à sua capital mais conhecida por essa designação.

(135) Col. Ms. Arq. Pub. da Bahia. Cartas a S. M. Carta de 29-3-1799.

## CAPÍTULO V

### ÚLTIMA FASE. A ILEGALIDADE

O século XIX, dada a atitude que em face do tráfico assumiria a Inglaterra, iria assistir a um novo deslocamento do comércio escravo da Bahia, que orientado, do século XVIII até 1815, principalmente na direção dos mercados da Costa da Mina, seria compelido, pelo Tratado de 22 de Janeiro dêsse ano, e pela vigilância dos cruzeiros britânicos, a procurar os portos africanos sub-equatoriais para o abastecimento dos tumbeiros. Até essa data, porém, a Costa da Mina continuou a deter as preferências dos negociantes baianos, sempre portadores de apreciado fumo para o resgate dos negros.

Do periodo de 1803-1810 tivemos ocasião de consultar o livro de "Visitas em Embarcações vindas da África" e existente no Arquivo da Prefeitura da Bahia. É valioso documento, principalmente pelos elementos de informação que fornece sôbre as percentagens de mortos, molestias, número de embarcações e portos de procedência.

Das notas extraídas organizamos o seguinte resumo:

ANO	COSTA DA MINA			ANGOLA		
	N. de embarcações	N. de escravos embarcados	N. de mortos	N. de embarcações	N. de escravos embarcados	N. de mortos
1803	21	5.086	439	8	3.250	109
1804	15	4.214	231	2	652	22
1805	18	4.616	323	5	1.747	117
1806	26	6.322	455	8	2.717	453
1807	26	6.361	357	5	2.140	362
1808	19	5.443	191	0	—	—
1809	20	7.348	137	1	95	32
1810	25	7.725	442	2	893	50
<b>TOTAL</b>	<b>170</b>	<b>47.114</b>	<b>2.575</b>	<b>31</b>	<b>11.494</b>	<b>1.145</b>

O quadro faz destacar-se a posição vantajosa que, em relação ao comércio de Angola, ocupava a Costa da Mina. A esses números podemos adicionar os coligidos por Nina Rodrigues para os anos de 1812-1815. Tere-mos então 61.215 sudaneses e 13.994 bântus.

A Inglaterra, no entanto, iria fazer que a posição do tráfico mudasse por completo. Extinto o seu tráfico desde 1807 não mais convinha ao Reino-Unido permitir que qualquer nação continuasse a ter sobre êle o "handicap" da importação de braços escravos para as suas lavouras e indústrias. Seria dar aos concorrentes um poderoso elemento para o baixo custo da sua produção, principalmente de acôrdo com os conceitos da época, que ainda consideravam o trabalho escravo mais barato do que o livre. Se razões sentimentais podiam ter influído para que a Inglaterra abolisse o seu tráfico, já agora fortes motivos de ordem econômica aconselhavam-na a iniciar uma campanha para a terminação do comércio negro feito pelos demais países. Coube à diplomacia inglesa, apoiada no poderio naval da Ilha, desenvolver a ação, que só terminaria com o desaparecimento do último tumbeiro. Nesse objetivo Portugal era um alvo útil e fácil. Útil pela importância do seu comércio negro. Fácil pelas circunstâncias do momento, quando tinha o seu território ocupado pelas tropas de Napoleão. Nesse "xadrez" jogado com a Inglaterra, a primeira "pedra", apesar da resistência de D. João, perdeu-a Portugal com o tratado de 19 de Fevereiro de 1810. A responsabilidade do tratado foi lançada sobre D. Rodrigo de Souza Coutinho, cujos sentimentos anglófilos amoldavam-no aos desejos de Lord Strangford. Portugal se comprometia a que os seus súditos não commerciassem fora dos domínios portugueses, ao mesmo tempo que se abolia o tráfico com Bissão e Molembo, portos sobre os quais a França tinha pretensões, e com Ajudá na Costa da Mina. Praticamente, para o tráfico brasileiro, o tratado não tinha grande importância. Para a Inglaterra, no entanto, representava o reconhecimento oficial, por Portugal, da existência do assunto e sobre o qual prosseguiriam as conversações.

Aberto o caminho, não foi difícil, diante das próprias questões suscitadas pelo apresamento de navios

portuguêses pela Inglaterra, que se cogitasse de um novo tratado, em que se dirimissem as dúvidas existentes. Foi a origem dos Tratados de 1815. A Inglaterra avançava sempre. Pagava 300.000 £ de indenização pelos danos injustamente causados a embarcações portuguesas e era imediatamente abolido o tráfico em todos os lugares da Costa da África sitos ao Norte do Equador, qualquer que fôsse o pretexto. A data marca a extinção oficial da entrada, no Brasil, de negros super-equatoriais, "sem que, todavia, tivesse cessado a sua importação", observa Nina Rodrigues. A afirmativa parece verdadeira. Convém, porém, observar que se ainda vieram negros sudaneses para a Bahia, trazidos pelo contrabando, êstes foram em muito menor número do que os bântus, pois não é provável que tendo abertos os mercados de Angola, fronteiros à Bahia, continuassem os traficantes baianos a se arriscar aos perigos da tenaz vigilância inglêsa ao Norte do Equador. Oficialmente, dessa época até 1830, tôda a imigração africana é dada como procedente de Angola, e se não exprime tôda a verdade, é justo se acreditar que, realmente, o tráfico, na sua grande maioria, tivesse procurado os portos sub-equatoriais, tão abundantes como os demais, e onde não existiam os incômodos dos cruzeiros britânicos. Nina Rodrigues, que foi um apaixonado defensor da origem sudanesa da importação baiana, deixa entrever o contrário. E cita o exemplo de "161 negros nagôs", apreendidos em 1834. (136) O processo referente a essa diligência ainda se encontra no Arquivo Público da Bahia sob a rubrica "Insurreições de Escravos 1822-1835". Nêle não encontramos qualquer referência à procedência sudanesa ou bântu dos negros apreendidos, limitando-se as peças do processo a os mencionarem sempre como "africanos novos", "africanos" ou "negros da Costa d'África".. Foram, aliás, 164.

Duas convenções, uma em 1817 e outra em 1823, completaram o Tratado de 1815. A primeira determinou o limite do comércio escravo a 8° e 18' de lat. meridional —, a segunda modificou a norma, que permitia a apreensão dos navios apenas quando houvesse escravos a bordo, determinando ser suficiente o indício

---

(136) Nina Rodrigues, obr. cit., pag. 47.

de que os houvesse havido. A expressão, realmente, não só dera motivo a sofismas, como contribuíra para tornar mais cruel o tráfico. Perseguidos pelos cruzeiros ingleses, os fumbeiros, afim de fazerem desaparecer os vestígios do crime, lançavam a carga ao mar. Bastava o aparecimento dum navio britânico e logo a escravatura era, em massa, atirada aos tubarões. Cada vez, porém, se apertava mais o cerco e a vigilância da Inglaterra. Navio do tráfico que passasse o Equador era navio apreendido. Raros, apesar de todas as cautelas, conseguiram vencer a linha e tornarem aos seus portos com os escravos resgatados. Da Bahia, entre 1821-1829, 22 embarcações foram detidas pela Inglaterra. (137) Poucas eram as que tinham negros a bordo, talvez já atirados ao mar. Não importava. A simples presença na zona interdita bastava para incorrer nas sanções impostas pela esquadra da fiscalização.

A Inglaterra, porém, continuava inflexível, em busca do seu objetivo: a abolição do tráfico. Agora uma nova oportunidade se lhe ia oferecer propícia aos seus desígnios — a Independência.

A separação do Brasil e de Portugal, a disputa diplomática travada em torno ao fato novo abria horizontes à ambição inglesa, que, tendo de falar no caso, encontrava o momento azado para exigir. Sempre orientada por um severo pragmatismo, a sua diplomacia não deixaria passar a ocasião. E a 23 de Novembro de 1826 assinávamos a Convenção ratificada em 13 de Maio de 1827 e que estabelecia o prazo de três anos para a completa abolição do tráfico com a Costa d'Africa. 1830 seria o último ano da legalidade de imigração negra. Até essa data, nesse século, teriam entrado, na Bahia, 75.480 sudaneses e 111.450 bantus. 187.930 negros havia importado a Bahia. (138) A maioria, porém,

---

(137) No Arquivo do Inst. Hist. da Bahia está a relação das embarcações apreendidas: "Esperança Feliz", "10 de Fev", "Nova Sorte", "Brigue Cerqueira", "Diana", "S. Benedito", "Heroína", "Carlota", "Eclipse", "Venturoso", "Tentadora", "Providência", "Independência", "Trajano", "Bahia", "Capioba", "S. João Voador", "Vencedora", "Rosália", "Esperança", "Andorinha" e "Sociedade".

(138) Para maiores minúcias vide Capítulo VI sobre "As Cifras do Tráfico na Bahia".

fôra de negros sub-equatoriais, que, desde 1815, eram os únicos a poderem entrar legalmente no país.

A Inglaterra, porém, não assinava Convenções para que se não cumprissem. Firmada a Convenção sobre a extinção do tráfico ela saberia exigir a sua efetividade. O choque era fatal. De um lado a Inglaterra com todos os seus interesses a reclamarem a real cessação do comércio de escravos. Do outro o governo do Brasil premido pela opinião pública nacional, quase toda ela favorável à importação de negros. (139) O ambiente brasileiro era a maior resistência a vencer para a extinção da importação de escravos. Todos se podiam dizer convencidos da necessidade em que estava o país de importar, para os seus campos e as suas fábricas, novos braços negros, os únicos que lhe poderiam assegurar um ritmo de trabalho e de prosperidade. A ação inglesa, porém, apoiada no Tratado, estava disposta a vencer todos os obstáculos. Faria-o com arrogância, com insolência mesmo. Não só no alto mar, mas também na costa brasileira, por toda parte se estendia a vigilância britânica para a repressão do tráfico. Na perseguição dos tumbeiros invadiria os próprios portos nacionais. Onde houvesse um traficante também havia um cruzeiro inglês no seu encaço, e disposto a varejá-lo em qualquer parte, fôsse numa enseada arranhando a costa, fôsse num rio por terra a dentro, fôsse num porto comercial. Nada respeitava a repressão. E, à medida que se sucediam os fatos dessa natureza, mais se irritava a opinião pública, já inclinada a tolerar e a proteger o comércio negro.

Não era, porém, apenas pelos seus navios que se fazia sentir a intransigência do Reino-Unido. Os seus representantes diplomáticos e consulares não eram menos atentos do que os seus cruzeiros. Nem menos atentos e nem menos insolentes. Do tráfico, desde a África até ao Brasil, nada ignoravam. Manejando uma "verdadeira rede de observadores" (140), tudo informavam ao Foreign Office. Não se limitavam, no entanto, a informar. No Brasil protestavam, falavam alto, diri-

---

(139) Calógeras. Formação Hist. do Brasil, 3.<sup>a</sup> ed., p. 187.

(140) Vid. Calógeras, obr. cit., pag. 197.

giam-se desabusadamente às autoridades, encampavam denúncias, encaminhavam-nas aos poderes públicos, exigiam providências, informações, atitudes. Era a continuação da posição que haviam tomado desde 1815. Até essa época, porém, permitido o tráfico ao Sul do Equador, havia sempre uma desculpa às suas reclamações: — escravos vinham dos portos de Angola, sobretudo de Molembo, que parece ter sido o ponto que mais escravos forneceu à Bahia entre 1815-1830. De 1822 a 1824, de 49 navios entrados na Bahia, 43 eram dados como procedentes de Molembo, 2 de Angola, 2 de Bengüela, 1 de Cabinda e 1 de Ambriz. (141) Não era, porém, apenas da origem dos escravos que indagavam os cônsules. Investigavam também sobre o número de negros vindos em cada navio, para reclamarem sobre a arqueação, (142) sabiam do número de mortos e atribuíam à procedência super-equatorial a maior mortandade, como a do Brigue “Tibério” que, em 23 dias de viagem, perdera 134 escravos, dos 654 embarcados. (143) Tudo bisbilhotavam os agentes ingleses. Se a escuna “Baiana” gastava 93 dias na travessia de Kaongo à Bahia, logo oficiava o cônsul dizendo ser demais, e que a demora só se explicava pela procedência super-equatorial. Morreram, porém, o piloto, responderia o Presidente da Bahia, e daí o atraso.

Em 3 de Março de 1830 o Encarregado Britânico no Rio de Janeiro, Arthur Aston, entregava uma Nota, denunciando os navios que obtendo, na Bahia, licença para ir à África ainda não o haviam feito. Preparavam-se para o contrabando. “He notório, dizia a Nota, e prática antiga dos Negociantes Brasileiros — empregados na Bahia no Tráfico da Escravatura procurarem dois passaportes para cada navio enviado à

---

(141) Col. Ms. do Arq. da Prefeitura da Bahia. “Livros de entradas de Navios” (1822-1824 até Set.)

(142) Doc. do Consulado Inglês da Bahia. Reclamação sobre as Escunas Aguia da Bahia e Nova Virgem e Brigue Tibério trazerem mais escravos do que os limitados pela arqueação. (1827).

(143) Pela estatística anterior vê-se que a mortandade era justamente maior entre os negros procedentes de Angola. Vide in Docs. Cons. Inglês o officio de Manoel Inácio da Cunha Menezes de 30-5-1827.

Costa d'África, um autorizando-o para o Tráfico de Escravatura, mencionando o verdadeiro nome do Navio e outro relativo ao comércio de gêneros unicamente, porém debaixo de outro nome". Nessas condições apontava 28 navios entre 18 de Junho e 12 de Dezembro de 1829. (144).

Mas, se já era vexatória a atitude assumida pelos representantes britânicos, de 1830 em diante ainda seria pior. A extinção completa do tráfico fizera desaparecer qualquer subterfúgio para a presença e o desembarque de africanos novos nas costas brasileiras. Por isso mesmo poderiam agir com mais segurança e maior eficiência. Não havia desculpas. Era sim ou não. Ou vinham ou não vinham negros, pouco importando a procedência.

Na Bahia, tida como um dos pontos cardeais do tráfico, a fiscalização inglêsa foi rigorosa e pertinaz. De 1830 até ao desaparecimento completo dos tumbeiros não descansou. A correspondência trocada entre o Consulado Inglês e o Governo da Província, principalmente, dão uma idéia exata do modo por que se desenvolveu na antiga capital do Brasil a atividade represora da Inglaterra.

Em Agosto de 1830 já está em cena. Pode dizer-se que não perdera tempo, pois pouco antes havia vencido o prazo de três anos estipulados pelo Tratado de 1826. Na fase nova que se iniciava parece ter sido a primeira rusga entre o governo e os representantes da Grã-Bretanha. A primeira de uma série interminável de incidentes motivados pelo tráfico. Originou-a o fato de pretender o Cônsul Inglês na Bahia que o Bergantim espanhol "Almirante", suspeito de se destinar ao comércio de escravos, não tivesse as vantagens concedidas ao comércio legal. Abriu-se uma devassa, procedeu-se a

---

(144) Segundo a Nota já teriam saído da Bahia nessas condições os seguintes navios de 28 apontados:

<i>Nome original</i>	<i>Nome com que saíram da Bahia</i>
Brigue Fortuna, n.º 422	Esperança
Escuna S. Antônio n.º 431	Rosália
Escuna Providência n.º 585	Deligência
Escuna Leal Portuense n.º 450	Furão
Escuna Maria Rosa n.º 451	Baiana



juízo e o bergantim foi considerado isento do crime de pirataria. Não se conformou, porém, o Cônsul, e insistiu por que fôsse punido o navio espanhol. Retrucou, porém, o Presidente Luiz Paulo de Araujo Bastos, dizendo não estar o Brasil "obrigado a fiscalizar a conduta das outras Nações a tal respeito [tráfico] e nunca por suspeitas se procede a atos de tanta seriedade e responsabilidade contra os súditos de uma Nação amiga e aliada". (145) A resposta não admitia réplica.

Nesse afã de tudo saber, tudo indagar, a vigilância inglesa era incomparável. Quais os navios que trafegavam para a Costa d'África em comércio lícito era o que indagava agora o cônsul inglês. É um pequeno ofício que convém ser transcrito: "Senhor. Tenho a honra de requisitar que V. Ex. queira ter a bondade de determinar ao Oficial respectivo que me forneça uma lista dos navios que têm entrado da Costa d'África nos seis meses findos em Dezembro último contendo os nomes dos Mestres e a descrição da carga; e outra dos que sairão dêste pôrto [Bahia] para aquela Costa. Tenho a honra de ser de V. Ex., etc. — *John Parkinson*" (22-2-1832). A forma era polida, a intenção insolente. Por que essa lista senão para o confronto entre as saídas e entradas e que diriam melhor do que qualquer outro documento da continuação do contrabando? Era assim a Inglaterra — maneirosa, se possível, arrogante até à fôrça, se necessário. Nada, porém, a detinha na consecução do alvo visado. Lutava contra a opinião pública do país, irritava-a, mas prosseguia. Havia de vencer.

Mais adiante seria uma denúncia contra o Brigue Tereza, acusado de ir, sob bandeira portuguesa, empreender o tráfico. Denúncia anônima, que se não sabia de onde vinha, mas que o cônsul logo levava ao Governo, informando estar num caixão, a bordo, o caldeirão para se cozinhar para os escravos... (146) O caldeirão do diabo, onde se amassava o pão dos escravos. Bastava, porém, um boato, um "consta", uma informação

---

(145) Vide Docs. Cons. Inglês. Ofício de 5 e 18 de Agôsto 1830.

(146) Docs. Cons. Inglês. Of. de 17-7-1832.

qualquer, e logo o representante britânico oficiava ao Governo. Poderia ser exagerado, impertinente, abundante, mas, por culpa sua é que não desembarcariam negros na Bahia. Estava sempre alerta. Tendo noticia dum desembarque de escravos, êle logo se dirige ao Presidente para saber se êste também sabia e se tomara providências. Escrevia o cônsul: "Senhor — Constando-me que 2 navios recentemente chegados da Costa d'África forão bem sucedidos em desembarcar um considerável número de escravos nas vizinhanças desta cidade, eu respeitosa mente requisi to que V. Ex. se digne comunicar-me se semelhante fato tem chegado à presença de V. Ex.". (147) Êsses desembarques clandestinos às vistas das autoridades complacentes, pôde dizer-se que foi a norma geral entre 1830-1850. Em Itaparica, na ilha dos Frades, em Santo Amaro do Ipitanga, eram freqüentes as chegadas de africanos. Em Itapoan havia a praia de "Chega-Nêgo". Era do tempo. No Brasil podia divergir-se em política ou em religião, mas num ponto estavam todos acordes: o país precisava de negros. E todos facilitavam o tráfico ilegal, certos de que com isso favoreciam a prosperidade nacional. Essa atitude marca as freqüentes humilhações impostas pela insolência inglêsa.

Dos incidentes surgidos nesse periodo, nenhum mais grave do que o havido entre o cônsul inglêso e o Presidente da Bahia, em 1833.

Dessa gravidade, da arrogância do agente consular, do modo por que o cônsul se dirigia ao Presidente da Provincia, o melhor depoimento está no officio de 23 de Dezembro de 1833, de autoria daquele, e assim redigido: "Senhor. Vejo-me na desagradável necessidade de expressar a V. Ex. minha respeitosa mas firme queixa contra a violação da solene promessa que V. Ex. me fez quando lhe confiei o resultado de minhas indagações a respeito do desembarque de escravos do Brigue Escuna "Atrevido", informação que V. Ex. pedira em seu Officio de 11 do último. Descansado inteiramente na palavra de V. Ex. de não comprometer a quem me informou com a . . . . divulgação de informação forneci a V. Ex. uma cópia da narração detalhada solenemente

---

(147) Idem de 23-10-1832.

afirmada perante mim como Cônsul Britânico; e V. Ex. a recebeu em confiança prometendo positivamente conservá-la em segredo. Minha surpresa portanto pode ser imaginada quando depois do lapso de 8 dias vi esta minha comunicação confidencial publicamente anunciada em um Offício de V. Ex. ao Chefe de Polícia, e nêle me acho caracterizado como órgão ou instrumento de um denunciante. Assim appareceu na Gazeta Mercantil de 20 do corrente. O comprometimento de V. Ex. para comigo foi portanto assim violado de maneira a mais excessiva e depois de um tal abuso de confiança eu me acho perplexo sem saber que precaução ou garantia eu procure no caso de ter de comunicar com um cavalheiro que exerce o alto Emprêgo de Presidente desta Provincia em matérias confidenciais relativamente ao desempenho dos meus deveres públicos. Eu me sentirei indigno de exercer comissão Real se não repellesse a indignidade e má fama lançada sobre mim num Offício público de V. Ex.” (148) Não se poderia dizer mais.

No dia seguinte, Pinheiro de Vasconcelos apresentava satisfações ao cônsul.

Mas, os incidentes passavam e o tráfico continuava. Os negreiros, à proporção que crescia a repressão, aumentavam a capacidade de iludi-la. “Dentre todos José de Cerqueira Lima continuava a sobressair, em audácias, como traficante de escravos”. (149) Era todo um mecanismo perfeitamente ajustado, preparado, articulado para o bom êxito do contrabando de negros. Ainda em 1848 o Presidente da Provincia falava do “escândalo com que o illicito comércio de escravatura é feito nesta Cidade [Bahia] com ofensa da moral pública e desprezo às leis”. (150) Mas, se havia tráfico havia também os irritantes cruzeiros inglêses. E o Presidente receava os “indícios veementes da nova opressão na

---

(148) Docs. do Consulado Inglês. Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia.

(149) G. Calmon. Vida Económico-Financeira da Bahia, pag. 46.

(150) Col. Ms. Arq. Pub. da Bahia. Correspondência do Presidente. Livro Ministério do Exterior I. Carta de 15-5-1848.

posição excepcional desta cidade" (Bahia). A Inglaterra ameaçava. Foi assim até 1850. As duas décadas, de 30 a 50, assinalam a divergência de atitudes entre o Brasil e a Inglaterra em face do tráfico ilícito. Enquanto a Inglaterra se empregava a fundo para reprimir o comércio de negros, o Brasil, obrigado a assinar um Tratado que não estava de acôrdo com o sentimento geral, adotava a política de não ver e não ouvir. Cego aos desembarques de africanos, e surdo às queixas e protestos da Inglaterra.

A lei Euzébio de Queiroz mudaria a situação. Até então os portos brasileiros tinham sido portas apenas encostadas, e por onde continuava a penetrar a imigração africana. Euzébio de Queiroz foi quem as fechou, e a sete chaves. Para essa nova atitude concorrera não só a posição em que estava o país, já cansado das humilhações impostas pela repressão inglesa, mas também as revoltas de africanos na Bahia. Os dois fatos haviam preparado a opinião nacional para a extinção do tráfico. Agora era o Brasil que tomava a iniciativa de exterminar o comércio negro. A princípio não acreditou a Inglaterra na sinceridade dos nossos propósitos. Depois de promulgada a lei de 1850, o Ministro Inglês no Rio, por ordens de Lord Palmerston, ainda apontava a Bahia como um dos focos da importação clandestina, e ameaçava agir. Retrucava, porém, o futuro Visconde de S. Lourenço, Presidente da Província: "Lord Palmerston e seu Ministro nessa Côrte [Rio] se acham completamente iludidos sôbre o estado atual da repressão nesta Província" (Bahia). E continuava dizendo se coligir "da declaração do referido Ministro Mr. Hudssin que será o primeiro teatro das violências esta Província, onde parece não haver repressão eficaz do tráfico". (151). Chegáramos, infelizmente, a essa situação: ou tomávamos a sério a extinção do tráfico ou a Inglaterra o faria às suas custas, aumentando ainda mais as violências praticadas nos nossos portos. Optáramos pela primeira solução. Era a melhor. A Inglaterra, embora moderando a atitude, continuava atenta. Ainda em 1854, Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, era obrigado a contestar a informação dada ao Minis-

---

(151) Idem, Of. de 22-1-1851.

tério do Exterior pelo Ministro Inglês sobre a saída da Bahia de navios destinados ao tráfico. Era falso, dizia Wanderley, "que neste Pôrto [Bahia] se despacharão navios Portuguezes de outras Nações com objetos próprios para o tráfico de escravos". (152)

O outro fato que contribuíra para modificar o ambiente nacional em relação à importação de negros fôra o das revoltas verificadas na Bahia, e que tanto assustaram a burguesia e a nobreza nacional. Tremia-se diante do perigo africano. Sugeria-se até reexportar os negros, localizando-os novamente na África. A campanha visava, principalmente, os Africanos, muito mais rebeldes do que os "creoulos", já nascidos no Brasil, e criados com hábitos diferentes, amolecidos pelo meio.

Aquêles é que fomentavam as rebeliões. O "Diário da Bahia" (3 de Agosto de 1836) escrevia, defendendo a cessação do tráfico: "Nós sabemos certamente, sem que para isso seja necessário apresentar mais exemplos, que os escravos Africanos são constantemente dispostos à revolta e à fuga". Nesse sentido a campanha se generalizou. E a imaginação brasileira começou a se acomodar à idéia de se estancar de uma vez a importação negra. Talvez nos custasse algum sacrificio, mas era o meio de se fer assegurada a tranquillidade pública. O africano era indesejável. Intranquillizava. Em vez de importarmos, deveríamos criar escravos. Escravos criados nas cozinhas dos sobrados, afilhados dos próprios senhores, mais mansos, quase gente de casa.

Nem por isso desapareceria de logo o contrabando. Em 1851, na Bahia, dois desembarques clandestinos foram reprimidos. Um em Ilhéus, outro em Itaparica. (153) A ação enérgica do Govérno, no entanto, extinguiria os tumbeiros. Já agora, cooperando o Brasil efetivamente com a vigilância Inglesa, o tráfico tornava-se quase impossível. Batido no mar, rigorosamente reprimido na costa nacional, teria de desaparecer. Em 1855, Wanderley poderia anunciar à Assembléia da Bahia: "Nenhum desembarque de africanos

---

(152) Idem Of. de 5-1-1854.

(153) W. Pinho, Cotegipe e o seu tempo, pag. 205.

ou tentativa desse crime tem havido ou sido ao menos suspeitado. Pode-se portanto afirmar que a extinção do tráfico é uma realidade". (154) Basílio de Magalhães assinala nesse ano, em Pernambuco, o último desembarque de negros. Em 1856, porém, ainda houve, na Bahia, uma tentativa, que parece ter sido a última. Conta-a Sinimbú, na sua Fala do ano seguinte: "Depois do brigue escuna americano Mary E. Smith, que em Janeiro do ano passado foi capturado pelo brigue escuna nacional Olinda, nas águas de S. Mateus, nenhuma tentativa mais houve desse crime". Dos seus responsáveis, 8 foram condenados. O exemplo intimidava. E a Bahia, em lugar de importar escravos, passara a exportá-los. Os novos cafézais do sul reclamavam negros para a sua lavoura. Negros a todo preço seriam deslocados do norte para o sul. Em 1853, da Bahia, saíram 1622. E Wanderley informava ao Governo, em 1854, que "os agentes das Companhias compradoras de escravos percorrem o interior oferecendo altos preços, exercendo uma verdadeira sedução sobre o ânimo dos possuidores". (155) Moncorvo Lima também se queixaria da "venda deles [escravos] para outras Províncias, que os pagão por extraordinários preços". Instalava-se, no país, uma nova modalidade do tráfico. Apesar de várias medidas adotadas para o obstar tudo seria infrutífero. A riqueza cafeeira era suficiente para vencer todos os obstáculos impostos à aquisição dos negros de que necessitava. O imposto inter-provincial, visando impedir a imigração no sentido norte-sul seria ineficaz, apesar das elevadas cifras a que atingiria. De 80\$000, em 1853, passaria a 200\$000, em 1862. A Bahia despovoava-se de escravos. Em 1815 teria 500.000. Em 1874 não seriam mais de 173.639. (156)

Era o eixo econômico do país que se deslocava para o sul. E com êle ia também o negro, que havia feito

---

(154) João Maurício Wanderley, Fala do Presidente da Província da Bahia, 1855.

(155) Correspondência do Presidente da Província com o Ministério do Exterior — 8-5-1854.

(156) W. Pinho, obr. cit.

a riqueza do norte e agora seguia para enriquecer o sul. Com êle iniciava-se também a mudança do centro politico do pais. Perdendo-o, o norte também perderia o primado politico. O negro prepararia a sociedade rica do sul para dominar. A República já seria um fenómeno da nova sociedade, cujos bens económicos se levantariam do trabalho negro, imigrado do norte, para plantar os cafeeiros à cuja sombra cresceria o ideal republicano.

## CAPÍTULO VI

### AS CIFRAS DO TRÁFICO NA BAHIA

Quantos negros entraram no Brasil? Apesar de muito repetida, a interrogação ainda continua irrespondida. A míngua de documentos sôbre o assunto teve como conseqüência recorrerem escritores e historiadores a cálculos aproximados. A pobreza dos nossos arquivos em relação à matéria obrigou cada um a preferir um critério para, do confronto do pouco que se conhece, chegar a uma conclusão, que, se algumas vêzes parece aproximar-se de números viáveis, outras se distanciou inteiramente das cifras por que é lógico concluir. Tudo, porém, ainda não passou dêsse terreno de estimativas.

O problema é dos mais complexos e joga com múltiplos fatores. O primeiro dêles é a diversidade dos pontos de importação e exportação. Da África vinham escravos da Costa da Mina, de Angola e de Moçambique. Poucos de Cabo Verde. No Brasil entravam no Pará, no Maranhão, em Pernambuco, na Bahia, no Rio e em Santos. A multiplicidade dêsses focos de emigração e imigração ainda mais dificultou o problema, pois se poderia dizer que de nenhum período de nossa história se conhece a cifra de saída da África ou de entrada no Brasil, em todos êsses centros do comércio negro. Chegaram-nos apenas dados esparsos, ora referentes a determinado lugar de exportação, ora de alguns dos pontos de desembarque. Se possuímos os algarismos relativos a Pernambuco nos anos do domínio holandês, desconhecemos inteiramente as estatísticas da mesma época no resto do país. Quando temos a importação feita pela Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1760-1777) ignoramos as entradas verificadas no Rio e no Maranhão em idêntico período. Êsses exemplos podem ser generalizados. Expressam a realidade sôbre as estatísticas da imigração africana. Não é, porém, o motivo único para o embaraço das nossas



estatísticas. Devemos também considerar que o tráfico não se fez sempre na mesma proporção para cada uma das regiões brasileiras mencionadas como pontos capitais do desembarque de escravos. Motivos de ordem econômica influíram para que o tráfico ora fôsse mais intenso numa direção, ora noutra. Se a principio são os canaviais do norte que absorvem quase tôda a importação negra, depois as Minas deslocariam o rumo dos tumbeiros, atraindo-os para o sul. Se Pernambuco teve fases de grande atividade do comércio negro, também teve outras em que foi evidente a sua decadência. Assim na Bahia, no Maranhão, em Pernambuco. Daí a dificuldade de se fazerem estimativas com os esparsos elementos já conhecidos. As próprias médias são precárias, como também nem sempre se ajustam com as certidões das alfândegas os depoimentos de escritores contemporâneos. Parece que mesmo aos que a assistiram já era difícil estimar o vulto da imigração negra. Para êsse último fato não é possível precisar a sua causa. Tanto poderia ser uma errônea visão da realidade, exagerando os escritores as cifras verdadeiras, como a disparidade — consequência do contrabando — entre a exata importação e aquela que pagava direitos.

O autor do *Discurso Preliminar*, por exemplo, avalia em 10.000 escravos, por ano, a importação média da Bahia, entre 1754 e 1775. Os documentos existentes para êsse período fazem crer, porém, num número muito inferior. O próprio Cairú, em 1781, afirmava ter a Bahia nesse ano importado 15.000 escravos, cifra a que parece jamais ter atingido o tráfico, na Bahia, mesmo nas suas fases de maior prosperidade. Aliás são frequentes êsses erros numéricos sôbre as multidões. Imagine-se, além disso, como não deveria avultar, numa cidade relativamente pequena, o desembarque de milhares de negros, que, ainda nus, se espalhavam pela zona urbana depositados nas casas dos importadores. O horror do espetáculo bastava para induzir ao aumento das cifras reais. Por isso, tanto quanto possível, na estatística que organizamos para a Bahia, procuramos fugir a essas informações pessoais, quase tôdas elas tocadas pelo mesmo fenômeno de exageração.

Limitados ao campo baiano não foi impossível chegarmos a resultados que acreditamos muito aproxima-

dos, principalmente para o tráfico com a Costa da Mina, de 1728 até 1830, ano em que foi considerado ilegal o comércio de escravos. É um trabalho parcial que se for feito em relação às outras regiões brasileiras poderá oferecer as parcelas donde há de sair, com um erro menor, o total da emigração africana para o Brasil.

Nas pesquisas que se têm realizado para avaliar a importação de escravos pelo Brasil não existem, para a Bahia, dados referentes aos dois primeiros séculos, além de estimativos sobre a população, como as de Anchieta, Cardim e Gandavo. Do século XVII, como vimos, temos o testemunho de Vieira, avaliando em 25.000 o número de negros que se doutrinavam em língua de Angola.

Para suprir essa falha somos obrigados a ir para o campo das conjeturas. Em 20.000 tivemos oportunidade, em capítulo anterior, de avaliar a imigração negra para o século XVI. (157) Quanto ao século XVII tomamos por base o século seguinte, considerando que o comércio de escravos não excedesse naquele século de 33% da importação desta época em que o tráfico alcançou o seu apogeu. Seriam assim 205.000 negros, estimada a importação do século XVIII em 655 mil escravos.

Contrastando, porém, com as deficiências das épocas anteriores, os séculos XVIII e XIX nos fornecem elementos capazes de se chegar a uma conclusão que não deverá estar distanciada dos números exatos. Reunindo às cifras já conhecidas outras que tivemos ocasião de consultar nos arquivos baianos, pudemos organizar um mapa para a imigração negra durante o período 1700-1830 e que já permite se ter uma idéia mais ou menos precisa para cômputo da imigração negra na Bahia.

Para a estimativa do tráfico da Costa da Mina no século XVIII foi-nos possível obter as cifras relativas a 49 anos, num total de 197.338 escravos e com a média anual de 4.028, que poderemos estender a todo o século, pois, dos 51 anos sobre os quais nos faltam números

---

(157) Afonso Taunay avalia a importação brasileira de negros no século XVI entre 60 e 80 mil escravos. (Números do Tráfico, in *Jornal do Comércio* de 16-8-1936). Não é muito, portanto, atribuir à Bahia 20.000 "peças".

seguros, 28 são os primeiros desse período, e quando o comércio com essa região da África, muitas vezes perturbado pelas lutas internas das populações sudanesas, não havia alcançado a regularidade e a segurança posterior.

Para a obtenção desses números valemo-nos, em grande parte, de certidões e documentos autênticos, sobre cuja exatidão é impossível duvidar. Assim, para o período de 1728-1748 usamos da carta do Conde de Atouguia (6-9-1753) inserta em nota de Braz do Amaral às Memórias Históricas de Accioly, (158) e que informa ter sido de 99.809 o número de escravos importados da Costa da Mina nesse período. A certidão passada por José Inácio Alvarenga Abreu de Souza, em 20 de Fevereiro de 1756 (159) forneceu as cifras relativas ao quinquênio 1751-1756, assim como os algarismos de 1759 a 1765 foram tirados da certidão passada em 26 de Novembro de 1765 pelo Escrivão da Descarga da Alfândega, Diogo Pereira Marinho, aquela com 20.842 escravos e esta com 24.552.

Os documentos que figuram no Catálogo de Exposição da História do Brasil sob números 15.155 e 15.157, e divulgados por Calógeras, contribuíram para o decênio de 1785-1795. Para os anos de 1797, 1799 e 1800 recorreremos ainda ao mapa organizado por Calógeras e calçado no Inventário de documentos brasileiros de Eugénio de Almeida. (160) O "Mapa de Importação da Bahia em 1798" (161) deu a cifra desse ano.

Mais escassas são as informações obtidas para o comércio com Angola em idêntico período.

Apenas conhecemos os algarismos pertencentes ao último decênio do século, 1791-1800, faltando os relativos a 1796. O total é de 22.698 negros. A média anual de 2.522. Se o aceitarmos como base para a avaliação da importação de africanos dessa região não seremos exagerados, pois justamente no fim do século é que foi

---

(158) Memórias Históricas, ed. Braz do Amaral, v. 2 pag. 397.

(159) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. V. 53, pag. 400.

(160) P. Calógeras. Política do Império, vol. I.

(161) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Vol. 1799.

maior a decadência em que estava durante o século XVIII o intercâmbio entre a Bahia e Angola. Somadas as importações médias da Costa da Mina e de Angola temos um total de 6.550 escravos por ano, entrados no mercado baiano e que elevariam a importação do século XVIII a 655.000 negros, dos quais 402.800 sudaneses e 252.200 bântus. É o que se resume no quadro abaixo e que explica melhor as cifras acima mencionadas:

Observações:	Ano	Entradas da Costa da Mina	Entradas de Angola	Média anual para Costa da Mina	Média anual para Angola
Carta do Conde de Atouguia em 6-9-1753	1728 a 1748	99.809			
Certidão do Escrivão José Inácio Alvarenga Abreu de Souza em 20-2-1756	1751	7.496			
	1752	3.655			
	1753	4.295			
	1754	1.443			
	1755	3.953			
Certidão do Escrivão Diogo Pereira Marinho em 26-11-1765	1759	4.209			
	1760	3.319			
	1761	4.071			
	1762	4.012			
	1763	3.427			
	1764	2.651			
	1765	2.863			
Docs. 15.155 e 15.157, Cf. Calógeras in Política Exterior do Império, v. I	1785	12.233			
	1786				
	1787				
	1788				
	1789	2.222	4.039		
	1790				
	1791				
	1792				
	1793				
	1794				
1795	4.170	2.910			
Calógeras. Idem. Mapa Imp. da Bahia, 1798, Calógeras, idem.	1797	4.600	2.850		
	1798	4.903	2.151		
	1799	8.200	300		
	1800	6.250	8		
				4028	2522

Mais completos são os informes relativos ao século XIX, até 1830, época em que, declarado ilegal o tráfico, deixam de existir números oficiais. Para esse período faltam-nos apenas os algarismos referentes aos anos de 1802 e 1811.

Duas são, porém, as fases que o assinalam. Uma anterior ao Tratado de 1815, que equiparou à pirataria o resgate de escravos ao Norte do Equador, e outra posterior, até a ilegalidade completa, em 1830. Para a primeira encontramos um total de 16.589 escravos bântus ocidentais e 70.071 sudaneses, com as médias anuais respectivas de 1.276 a 5.390 "peças". O período 1803-1810 foi calculado de acôrdo com os elementos extraídos do "Livro de Visitas em embarcações da África" do Arquivo da Prefeitura da Bahia, e para o de 1812-1815 copiamos a conhecida estatística de Nina Rodrigues.

Para a fase subsequente foi ainda a estatística de Nina Rodrigues que serviu de base para o quinquênio 1816-1820, e quanto aos demais anos, exceto os de 1822 e 1823, que foram extraídos dos dois "Livros de entrada de navios" (1822-1824) do Arquivo da Prefeitura da Bahia, extraímos os números constantes da estatística publicada por Miguel Calmon, em 1834. Nesse período já é impossível discriminar qual a proporção entre o elemento bântu e o sudanês, pois, oficialmente, não entravam mais, no Brasil, negros resgatados nas regiões super-equatoriais. Nina Rodrigues, pelos dados que coligiu na *Idade d'Ouro do Brazil*, ainda conseguiu, aliás, identificar, entre 1816-1820, a entrada de 384 sudaneses na Bahia.

As parcelas obtidas dão um total de 87.443 escravos, com a média de 5.829.

São os números que se resumem no seguinte quadro:

Observações	Ano	Entradas de Casta de Mina	Entradas de Angola	Total
Calógeras. Política Exterior do Império	1801	5.250	1.450	6.700
Livro de Visitas em embarcações da África. Col. Ms. do Arq. Pub. da Prefeitura da Bahia.	1803	5.486	3.250	8.736
	1804	4.214	652	4.866
	1805	4.615	1.747	6.362
	1806	6.322	2.717	9.039
	1807	6.361	2.140	8.501
	1808	5.443	0	5.443
	1809	7.343	95	7.438
	1810	7.725	893	8.618
Cf. Estatística de Nina Rodrigues.	1812	17.307	3.645	20.952
	1813			
	1814			
	1815			
	1816	384	17.196	17.580
	1817			
	1818			
	1819			
1820				
Cf. Estatística de Miguel Calmon.	1821		6.689	6.689
	1822		8.418	8.418
Livros de entrada de embarcações da África. Arq. Pref. Bahia.	1823		1.600	1.600
	1824		1.877	1.877
Estatística de Miguel Calmon, in Góes Calmon, Vida Económico-Financceira da Bahia.	1825		4.259	4.259
	1826		7.858	7.858
	1827		10.183	10.186
	1828		8.127	8.127
	1829		12.808	12.808
	1830		8.425	8.425
	Total	70.455	104.032	174.487

Essas cifras, adicionadas às que já estimamos para os séculos anteriores, nos permitem avaliar a importação geral da Bahia, até 1830, em 1.067.080. Em um milhão e cem mil, portanto, podemos considerar a emigração negra para a Bahia, até a declaração da ilegalidade do tráfico, e que se condensa no quadro seguinte:

	Sudaneses	Bântus	Médio Anual	Total	Observações
Século XVI .				20.000	O total do séc. XVI foi calculado na base de 33% do século XVIII, cabendo 30% à imigração sudanesa.
Século XVII.	61.545	143.605	2.051	205.150	
Século XVIII	402.800	252.200	6.550	655.000	
Século XIX (até 1830) ..	75.480	111.450	6.231	186.930	
Total durante o tráfico ....	539.825	607.255		1.067.080	

As parcelas componentes desse total são suficientes para que se possa aferir de quanto deve estar próximo dos números exatos sobre o tráfico da Bahia. Retiradas de documentos e informações selecionadas, representam índices valiosos sobre o comércio negro da Bahia, grande empório da imigração africana, e cujas estatísticas sobre a matéria são imprescindíveis a um estudo de conjunto. Delas ressalta a importância do contingente bântu na população negra da Bahia e que recentes observações fizeram que fôsse deixado num plano secundário, negando-se-lhe o real coeficiente, não só numérico senão também cultural, na formação da sociedade. Avaliando em meio milhão de negros a sua contribuição para o mercado baiano, e equiparando-a, numericamente, ao elemento sudanês, baseamo-nos em cifras e informes que autorizam a se acreditar não seja exagerado o cálculo feito. Quanto ao seu maior vulto nos séculos XVII e XIX somente por hipóteses pouco verossímeis se poderá concluir em contrário.

Não será descabido se colocar o total encontrado para a importação negra da Bahia em função das cifras brasileiras do tráfico. O conhecimento das entradas na antiga Capital brasileira talvez nos possa fornecer elementos para avaliar o total da importação do Brasil. Não há exagêro em dizer-se que, dos negros entrados no país, 25% se destinassem à Bahia. A percentagem parece aproximada, e de nenhum modo poderá ser diminuída, dada a importância do comércio de escravos da Bahia. Disputando com Pernambuco, nos primeiros tempos, a primazia do tráfico, a Bahia não tardou em suplantá-lo, detendo até os meados do século XVIII o primado que só cederia nessa

época ao Rio de Janeiro, já capital do país e centro de abastecimento dos mercados do Sul, de Minas Gerais e de Goiás.

Para base de estudo podemos distribuir do seguinte modo a percentagem das entradas de escravos nos mercados brasileiros:

Rio de Janeiro .....	38%
Bahia .....	25%
Pernambuco .....	13%
S. Paulo .....	12%
Maranhão .....	7%
Pará .....	5%

Conhecida, pois, a importação da Bahia — 1.067.080 — teríamos para todo o Brasil um total de 4.268.320 escravos, até 1830. 4.300.000 para arredondar.

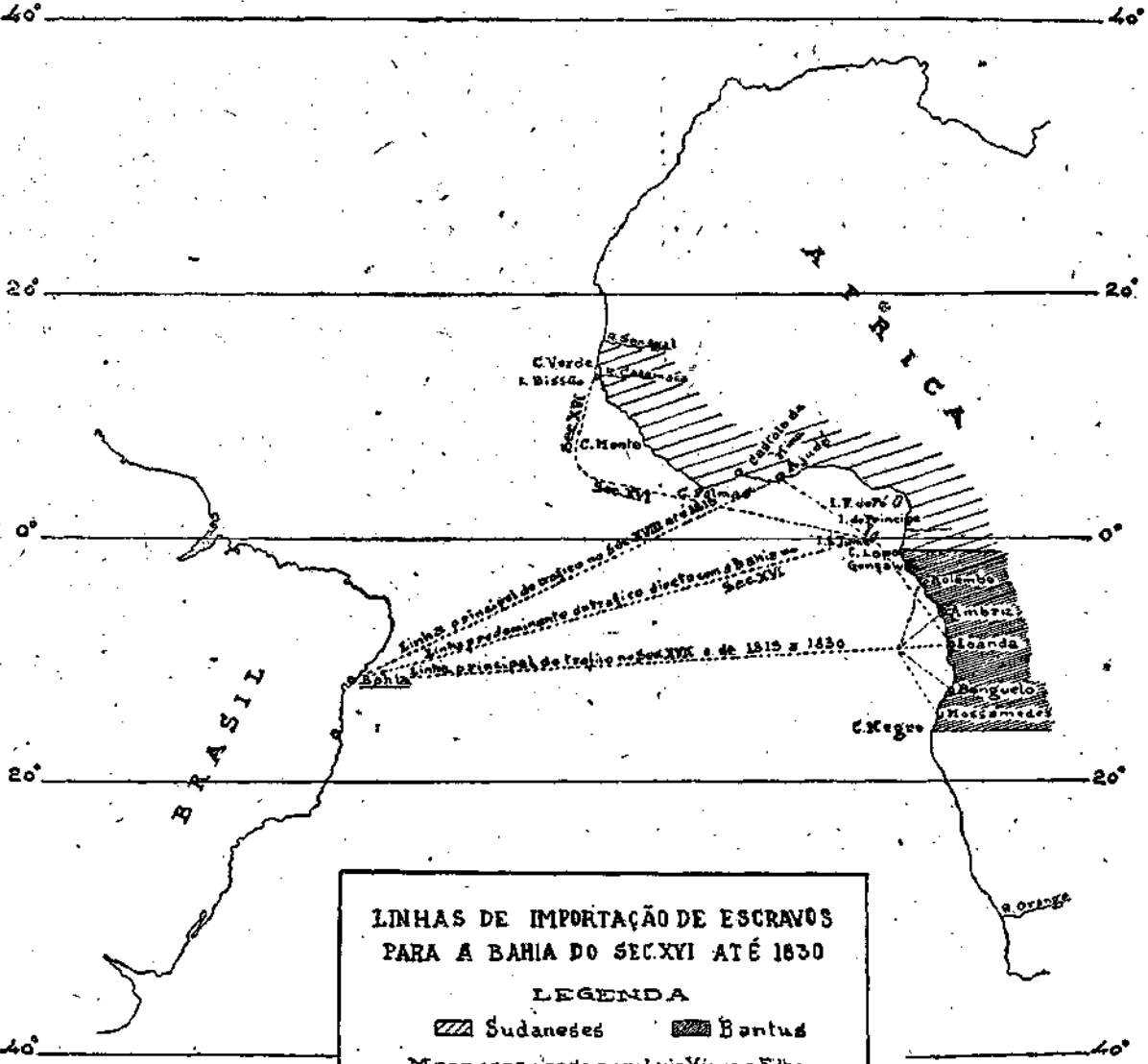
É em quanto avaliamos a emigração africana para o Brasil. Dela pouco se afastam os cálculos de Renato Mendonça e Pedro Calmon, aquêlé estimando-a em 4.800.000, e êste em 6 milhões, incluindo o período da ilegalidade, de 1831 até 1850, quando a lei Euzébio de Queiroz reduziu o tráfico a proporções insignificantes até o extinguir por completo.

Afonso Bandeira de Melo, para o período de 1759-1852 avalia em 2.716.155 negros a importação brasileira de escravos.

Parecem-nos por demais elevadas as estimativas de Calógeras e Rocha Pombo que chegaram a pensar em 15 milhões para o contingente Africano no povoamento do país.

Estudos parciais para cada qual dos grandes centros brasileiros de importação de escravos serão de grande utilidade para que se consiga chegar a resultados mais precisos. No momento, com os elementos conhecidos, a estimativa feita para a Bahia de 1 milhão e cem mil escravos importados é a que julgamos mais se aproximar das cifras exatas. E, colocando-a em relação com o tráfico brasileiro, concluimos por uma importação total de 4.300.000 negros de diversas procedências para o intenso "melting-pot" nacional, cada qual trazendo para a nova terra os característicos peculiares à sua cultura e que no Brasil se haveriam de transformar ao contacto de outro "habitat" e de outras culturas.





**LINHAS DE IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS  
PARA A BAHIA DO SEC.XVI ATÉ 1630**

**LEGENDA**

▨ Sudaneses      ▩ Bantus

Mapa organizado por: Luiz Vianna Filho  
Desenhado por: Felício Ribeiro



**SEGUNDA PARTE**

**INTEGRAÇÃO.**



## CAPÍTULO I

### A EVOLUÇÃO DO NEGRO NA BAHIA

Das famílias orgulhosas do seu sangue, alardeado como livre de pinta negra, Lellis Piedade, que era mulato e foi deputado e jornalista na Bahia, deixou uma frase de espírito: seriam tôdas como o capulho do algodão, muito alvo por fora, mas deixando ver lá no fundo, quando aberto, o caroço preto. A expressão é verdadeira, sobretudo se não a tomarmos apenas para o sangue. Todos nós, mesmo os que não tenham nenhuma ascendência negra, trazemos na alma um pouco de negro. Quatro séculos de contacto contínuo, íntimo, sem grandes linhas divisórias, já foram bastantes para inocular por tôda a sociedade brasileira, no seu inconsciente, característicos de cultura importados da África com o escravo.

Trazido para o Brasil como simples máquina de trabalho, que cumpria explorar do melhor modo possível, o negro nada mais seria do que mercadoria sujeita às leis da procura e da oferta. Tinha vários nomes: "peça da Índia", "peça da África" e "fôlego vivo", expressão esta também usada para os bichos. Que era realmente o negro senão um bicho? Dêle ninguém queria saber senão o suficiente para a segurança de ter adquirido uma boa máquina. Indícios externos de saúde e um *pedigree* que atestasse origem laboriosa. Era quanto bastava. O resto faria a escravidão. Para o Brasil mandava-o Sua Majestade para "o bem da terra e dos moradores dela". (1) O bem da terra nada mais seria do que realizarem, pelo seu esforço, o que o branco sentia impossível, depois de passado o Equador.

Por muito tempo não se admitiria para o negro outra finalidade senão trabalhar. Distanciado dos "sobrados", entregue à existência miserável das senza-

---

(1) Docs. Históricos. V. 38, p. 220. Provisão de 1552.

ias, não deveria ter outra função social além de trabalhar, trabalhar sempre, até morrer. Cada negro desapareceria com os últimos sulcos de cana que houvesse aberto. E outro lhe tomaria o lugar para seguir 'o mesmo destino melancólico, cumprir a mesma sina. Dêle a sociedade só se aperceberia para repousar na sua labuta. O branco da Colônia espreguiçava-se, jogava, rezava, enquanto o negro pescava, caçava, enchia os potes d'água, "curava" as roças de mandioca, "capava" os taboleiros de fumo ou enfrentava o "pico" dos canaviais.

A própria Igreja, tão ciosa da liberdade dos índios, tranqüilizava as consciências, justificando a escravidão do negro. Escravo, e somente escravo, deveria ser o negro. Seria, porém, alguma coisa mais. Vencendo tôdas as resistências que se lhe opunham, iria além do destino que lhe haviam reservado. Uma escalada tenaz, paciente, extraordinária, seria a sua história na Bahia, como no Brasil. O contacto com uma sociedade aberta como a portuguesa, contemporizadora, e onde não havia ideais absolutos nem preconceitos inflexíveis (2) facilitaria ao negro a ascensão. Sobretudo na terra larga e nova da Colônia, ainda mais permeável a tôdas as influências. Na sua sociedade, pelo sangue e pela cultura, foi se infiltrando para deixar as suas marcas além dos sulcos dos canaviais.

Transportado para o novo "habitat", convivendo com uma civilização superior — dentro do nosso conceito de civilização — o negro, apesar da escravidão, não se degradou. Como notaria o ministro inglês, em nota a Cotegipe, "depois de alguns anos de residência no Brasil o negro boçal fica comparativamente civilizado". (3) Na Bahia, melhoraria sempre. Subiria da condição aviltante de escravo até às culminâncias da notoriedade. Seria negociante, médico, bacharel, engenheiro, padre, deputado, e até sábio.

Contrastando com o índio, que foi assimilado, morreu ou desertou para as matas, embora deixando vestígios da sua cultura, o negro sobreviveu. A sua escalada foi lenta, mas segura. Teve energias para invadir

---

(2) Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, p. 197.

(3) W. Pinho, *Cotegipe e o seu tempo*, p. 372.

o "sobrado", penetrar na igreja, derramar-se por tôda a vida social. Transformar-se, adaptar-se, não era, aliás, para êie, nenhuma novidade. Não era a primeira vez que a sua cultura entrava em choque com outras culturas sem perecer.

Sobretudo a sua energia física era admirável. Nada se fazia sem o negro. Dentro e fora das casas, nas cidades e nos campos, o preto era "um tudo". Era os pés e as mãos dos Senhores. E já Anchieta se alegrava com a promessa de mais escravos da Guiné. Escrevendo sôbre os escravos necessários a cada Oficial que servia no Tribunal da Intendência, diria Pedro Leolino Mariz, em 1737: "hum para lhe cozinhar e guardar a casa; outro para dar água e lenha e o necessário para ela; e outro para pensar e sustentar o seu cavalo". E concluía: "he o menos que se lhe pode arbitrar". (4)

Um contacto cada vez mais estreito impregnava a sociedade de fundos traços africanos. Frezier chamaria a Bahia de "Nova Guiné". Da África viera a galinha de Angola, a banana de Angola, o pano da Costa. Aos poucos a Bahia africanizava-se. Em todos os lugares estava o negro com a sua cultura, os seus costumes, o seu inconsciente. E, mesmo sem o querer, os ia transmitindo à nova sociedade, que, sem o perceber, ia assimilando muita coisa que lhe ensinava o negro escravo, julgado suficientemente distante para não influir senão pelo seu trabalho. A sociedade não parecia sentir que os molecotes, servindo de cavalo aos futuros capitães-mores, pegando passarinho com futuros barões, vivendo na quase intimidade das famílias, seriam eficiente agente do fenômeno de aculturação. Atrás dêles vinham ainda as negras que sabiam fazer "despacho" para que casassem as meninas do sobrado.

Acreditava-se que lavado pelas águas lustrais do batismo o negro deixava na África todo o seu passado milenário. Mudava como por encanto. A verdade, no entanto, era outra. O escravo continuava o mesmo. Apesar da faina incessante a que era obrigado e dos rigores religiosos da Colônia, não abandonava os seus

---

(4) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 20-8-1737.

cultos e as suas superstições. Naturalmente, modificava-os, adaptando-os ao novo meio. Nas Denúncias de 1618, Sebastião Barreto acusava os negros de Guiné que “fazem ao tempo que tirão o doo por alguma morte huma superstição matando alguns animais e untando-se com o sangue dêles e dizendo que então sobe a alma ao céu, o que dá escândalo”. (5) Também o Prior de S. Bento, Frei Calixto de S. Caetano, em 1738, reclamava contra “o absurdo que uzão e praticão os gentios que de Angola, S. Tomé e toda mais costa de África vem para a América os quais não obstante serem logo catequizados reduzidos a fé e batismo e viverem entre inumerável multidão de brancos quais são os moradores desta Bahia e mais Vilas anexas com a sujeição de escravos” “não deixão contudo as superstições com que foram criados nas suas terras, juntando-se em congressos (se bem que occultamente) para fazerem os seus calundus danças profanas e outras funções”. (5A) Isso, porém, não impedia que fundassem Irmandades de S. Benedito e de Nossa Senhora do Rosário. Em 1552, em Pernambuco, já havia uma confraria de Nossa Senhora do Rosário. Formavam-na negros e índios, mas observava o Jesuíta: “muita vantagem fazem os da terra aos de Guiné”. (6) O índio, de convicções religiosas menos profundas, era mais plástico para a conversão. O negro, porém, reagia intensamente.

Em 6 de Fevereiro de 1637, em carta escrita à Câmara da Bahia, Robério (no original lê-se Rubellio) Dias, dando conta das suas atividades na redução dum mocambo de negros fugidos, informava haver apresado alguns negros e “também o seu Governador, e Ouvidor Geral, e Provedor e dois Desembargadores, e o seu Bispo”. Assim, não satisfeitos de darem à organização dos mocambos autoridades copiadas da vida administrativa da Colônia, os escravos fugidos ainda ostentavam um “bispo”, prova de quanto já se tornara sensi-

---

(5) Livro das Denúncias que se fizerão na Visitação do Santo Officio à cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Brasil, no anno de 1618. Ed. da Bib. Nacional 1936.

(5A) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de 29-9-1738.

(6) Cartas Jesuítas. Cartas Avulsas, 1550-1568, pag. 123. Ed. da Academia Brasileira.



vel, na vida religiosa dos negros, a influência da Igreja. (Vide notas "A" e "B", in fine). Não surpreende, portanto, que fundassem, nas cidades e povoações, irmandades de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário, devoções por que tiveram acentuada preferência no agiologio católico. Em Pernambuco, em 1552, já havia uma confraria do Rosário. E, na Bahia, várias existiram, entregues aos cuidados de negros com tais designações.

Nesse choque de culturas diversas, por um longo processo de influências recíprocas entre brancos e negros, estes se iam aperfeiçoando, adaptando-se à nova ordem de cousas que os dominava. A sua ambição maior era a liberdade. Para isso organizaram mais tarde as juntas de liberdade, onde acumulavam pacientemente o seu preço. Outros, trabalhando aos domingos, cultivando pequenas roças, pouparam vintém por vintém a importância com que iriam afrontar o Senhor, exigindo a "carta de liberdade". (7) Aos poucos, lutando sempre com energia notável, o negro elevava-se. Alforriado organizou os "Terços dos Homens Pretos", formou as suas Milícias, combateu ombro a ombro com os brancos na defesa da terra, que também já era dele.

Nos primeiros tempos da era colonial foi, como o índio, um precioso colaborador como guerreiro. No litoral, lutava contra o indígena, que ameaçava destruir a

---

(7) Reproduzimos aqui o requerimento com que uma escrava pedia a S.M. que obrigasse o seu Senhor a aceitar o preço por que queria se libertar. "Senhor. Diz Ângela, parda, e seu filho Salvador de idade de 15 anos, Escravos de Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão, morador na Cidade da Bahia, que não podendo obter do Suplicado que acumulando o preço da sua avaliação e do dito seu filho lhes passe Carta de Liberdade e receiando valer-se das providências da Lei para não ser vítima da vingança do dito Senhor, busca portanto a Suplicante o Real Trono aonde rezide a indefectível Justiça que V.A.R. paternalmente distribui com igualdade a todos os seus fiéis vassallos para que se digne mandar por seu Real Aviso que o governador e capitão general daquela capitania mandando por a Suplicada e seu inocente filho em depósito de pessoa idônea e proceder na avaliação de ambos pelos peritos do Conselho ordene que pondo a Suplicante em Juizo o preço da mesma avaliação se lhes passe Carta de Liberdade de que não resulta prejuizo algum ao Suplicado. (ass) Procurador Manoel Ribeiro de Miranda.

incipiente civilização do Recôncavo, e na guerra contra os invasores estrangeiros, o português teve no negro um auxiliar magnífico. Alguns auxiliaram as "bandeiras" organizadas em S. Paulo, no século XVII, para virem livrar o Recôncavo das incursões de índios, cada vez mais audazes, e que intranquilizavam a população impotente dos engenhos. Na guerra holandesa também tiveram papel saliente. Mas foi, principalmente após o aparecimento, na sociedade, de um grupo ponderável de negros livres, que se fez sentir a sua atuação política. A escravidão parece ter dado ao negro o complexo de liberdade, que se não satisfez com a liberdade civil. Fê-lo lutar ainda pela libertação do país, e pela liberdade política, então representada pelas idéias da Revolução Francesa.

A rebelião baiana de 1798 já tem como elementos principais homens de côr. Lucas Dantas, João de Deus e Luiz Gonzaga das Virgens eram homens pardos. Manoel Faustino dos Santos Lira, um dos mais jovens heróis da nossa história, era filho de escravos. Lutavam todos pela igualdade entre brancos e negros. (8) Na guerra da Independência foi notável a colaboração que emprestaram à causa nacional. Apesar dos portugueses promoverem revoltas de escravos nos engenhos, afim de enfraquecerem as hostes brasileiras, o expediente não surtiu o efeito desejado. E Labatut propunha a formação de corpos de Primeira Linha com escravos libertos, "visto que estes indivíduos se tornão bons soldados conseguindo a liberdade, como me convenço experimentalmente, dizia o general, com a conduta dos libertos do Imperador que disciplinei e instruí". (9) Joaquim Sant'Ana Gomes, prêto, era ajudante de ordens de Labatut. (10) Enquanto os Senhores de Engenho "só mais tarde começaram a entrar para as fileiras", a gente de côr, a gente humilde, logo ocorreu para formar

---

(8) Vide Anais da Bib. Nacional, vols. 43 e 44; e Luiz Vianna Filho, a Sabinada.

(9) In Braz do Amaral, História da Independência na Bahia, Officio de Labatut ao Conselho Interino do Governo Civil, em 3-4-1823.

(10) Manoel Querino, Os homens de côr preta na História, Rev. Ins. Hist. da Bahia, vol. 43, pag. 361.

os efetivos do exército Libertador. Foi a primeira a se alistar. A se alistar e lutar para a liberdade nacional, desempenhando papel de relêvo nas operações militares. (11) Diz Accioly que "o recrutamento era em geral composto de gente vulgarmente chamada de côr, a qual sempre se portou em tôdas as ocasiões com um valor remarcável". (12) Sentimento recalcado pelo regime servil, a liberdade fascinava o negro e seus descendentes. Queriam-na sempre maior e mais ampla. Feita a Independência lutariam pelas idéias liberais que agitavam a nação. Conservariam o espírito libertário da "Legião dos Henriques" e dos "Zuaivos baianos".

O chefe da República Baiana de 1837, Sabino Vieira, era mulato. De sangue negro, dentre os seus companheiros, além de outros, eram Francisco Xavier Bigode, Nicolau Tolentino, Luiz Gonzaga Pau Brasil, e o major Santa Eufrásia. O negro, depois de alforriado, continuava a se bater pelas idéias em que aparecesse o sentimento de liberdade. Para isso contribuíra a instrução. Aprendera a ler e instruíra-se. Já em 1778 requeriam os Mesários e Juizes da Irmandade de S. Benedito, na Bahia, que fôssem prefos os Tesoureiros e Escrivães. Até então isso se não lhes permitia "pela razão de que naquele tempo erão raros os homens pretos que sabião ler, escrever e contar". O motivo, porém, já era insubsistente, pois, segundo alegavam, era "certo que hoje os mais dêles [pretos] de qualquer qualidade são versados assim na Escrita, que na Aritmética, como he notório na mesma Cidade" (Bahia). (13)

A Bahia enchera-se de pretos forros, que, de mistura com os escravos, assustavam a cidade com os seus cânticos e as suas festas. Fizeram mesmo os seus "Reinados", que preocupavam Lisboa e sôbre os quais já fôra chamada a atenção do Conde de Sabugosa. A proporção que a cidade crescia, também crescia a proporção de escravos. Já não eram apenas empregados

---

(11) Wanderley Pinho.

(12) Idem, pag. 16.

(13) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. V. 72, pag. 278.

para os serviços domésticos, para o cuidado das roças, para o transporte das cadeirinhas. Inventara-se para o negro uma nova modalidade de exploração econômica, mais imediata, mais direta. Punham-n'o, na rua, "de ganho". Distribuído por varias atividades, carregador, doceiro, cozinheiro, alfaiate, sapateiro, ia ganhar para o dono a remuneração paga pelos seus serviços. Havia também os que se obrigavam a uma contribuição diária ou semanal fixa para o Senhor. O que excedesse seria déles. Eram as sobras com que iriam comprar, mais tarde, a alforria. Nos jornais da época apareciam anúncios como este: "Vende-se, não por vindicta, um vistoso molecote de Nação, official sapateiro, o qual paga pontualmente a sua semana, e tem excellentes qualidades". (14) Para os serviços domésticos também se alugavam escravos. Negros que sabiam cozinhar, lavar, engomar, fazer serviços de casa. Quem déles precisava apregoava pela imprensa. Eram anúncios freqüentes, e dentre os muitos de que estão cheios os jornais do tempo, extraímos este: "J. J. de Melo Cachoeira precisa alugar um escravo cozinheiro e outro para empregar-se no serviço doméstico". (15) Nesta publicação procurava-se. Na que se segue oferecia-se: "Aluga-se um prêto bom cozinheiro, e também entende de padeiro, bom para todo o serviço doméstico de uma casa; quem o pretender procure no armazém de cabos de Bento José de Almeida & Irmão, no cais, ou no seu escritório por cima do mesmo armazém, que ali se lhe dirá quem o aluga". (16) Da vida dos escravos enchiam-se as seções próprias das gazetas. Procuravam-se negros fujões, uns "bem falantes", outros com marcas de fogo "próprias da sua nação", alguns tidos como "muito esperto", e mesmo os que não tinham "sinal algum que denote ser africano". Pelos anúncios vendiam-se, compravam-se, e alugavam-se negros. Era a atividade urbana da escravidão.

Na vida da cidade o negro mais fácilmente se integrava no ambiente novo em que teria de viver. Bastava a maior aglomeração de negros para facilitar-lhe a inte-

---

(14) Diário da Bahia, de 8-7-1836.

(15) Idem, de 17-8-1836.

(16) Idem, de 27-5-1836.

gração social, ensinando-lhe costumes a que teria de se adaptar. Pelas ruas da antiga capital brasileira expandiam o gênio alegre e conversador, promovendo diversões em que reviviam saudades da terra distante. Sambas, batucadas, cacumbis, reis congos, festas totêmicas, de tudo se encontrava nas vielas da Bahia. A maior condensação do elemento negro permitia que vivessem relativamente isolados da população branca, de número reduzido, e que, a princípio, assistia de longe, com menor aproximação do que nas fazendas, a êsses festejos, que não podia compreender.

Na existência urbana também eram maiores as oportunidades que se lhe ofereciam para progredir, não só pela instrução, mas também pela liberdade. A alforria tornava-se o seu sonho. Para isso acumulava lentamente, trabalhando aqui e ali, fazendo "ganchos", procurando serviços rápidos, feitos nas horas de folga, e que lhe permitiriam realizar o grande ideal da libertação. Livre, a sua prosperidade era inevitável. Desmentia tôdas as lendas da inferioridade racial. Agassiz, na sua "Viagem ao Brasil", recolheu o depoimento valioso de Sinimbu. O estadista não tinha dúvida em afirmar que "do ponto de vista da inteligência e da atividade, os pretos livres suportam muito bem o confronto com os brasileiros e portugueses". (17) Muita cousa que se levou à conta da inferioridade do negro era apenas a consequência da escravidão. Na Bahia, organizaram os Africanos Livres uma Companhia de trabalhadores, que serviu nas obras de Jequitinhonha. Dêles diria o Superintendente do serviço, major Inocêncio Pederneiras: "Tenho na Companhia de Africanos Livres trabalhadores, sem necessidade do menor rigor de disciplina, o mais poderoso meio de que disponho para quase todo o serviço". (18) A liberdade dava-lhes novas energias, novas ambições, uma capacidade maior de trabalho.

Em tôdas as atividades aparecia o negro, lutando desesperadamente para vencer os preconceitos de côr. No jornalismo, nas profissões liberais, nas artes, no

---

(17) Luiz Agassiz, Viagem ao Brasil, p. 174, trad. Sussekind de Mendonça.

(18) Relatório de 20-1-1854.

magistério, no parlamento, tinha os seus representantes. Notáveis foram Caetano Lopes de Moura, Montezuma, Manoel Florêncio, Francisco Querino do Espírito Santo, Rebouças, Pau Brasil, Veiga Muricy, Manoel Gonçalves da Silva e Chagas, o *Cabra*. Depois, para citar apenas dois dos maiores, vieram Teodoro Sampaio e Juliano Moreira.

Livre do cativo, como notara Sinimbu, o negro não temia confrontos. Ia subindo, vencendo, invadindo, galgando, pelo valor, a postos até então tidos como inacessíveis à sua capacidade e à sua côr. Deslocavam-se os preconceitos raciais ao mesmo tempo em que a sociedade cada vez mais sofria a influência da cultura negra, que se adaptava sem desaparecer.

Tudo, porém, se processou tão lentamente, tão insensivelmente, que foram precisos três séculos para que nos apercebêssemos do fenômeno negro.

Rindo do negro, achando-lhe graça nos costumes, nas superstições, considerando-o um elemento passivo, distante, inferior, incapaz de transmitir qualquer cousa, o branco não sentiu que ia sendo contaminado, assimilando hábitos de que se havia rido, mas que de um momento para outro se estampavam indeléveis no seu "eu".

Não bastaram as lutas seculares dos quilombolas, que culminaram em Palmares, para mostrar que muito negro não era êsse elemento conformado, talvez indiferente à sua sorte. Ninguém parecia se aperceber de que muitos reagiram violentamente, sobretudo os de origem sudanesa. Se uma parte — aliás a maior — se adaptava dócilmente, outra, que não era de desprezar, apesar do cativo, continuava a lutar. Lutava nos quilombos, no assassinio dos Senhores, e, paradoxalmente, até pelo suicidio. (19) As revoluções negras da Bahia é que provocaram um brado de alarma no país.

O negro já não era apenas a máquina a explorar. Era alguma cousa a estudar. Só muito mais tarde, porém, viriam alguns trabalhos, sem repercussão no

---

(19) Vide no capítulo seguinte a relação de alguns Senhores mortos por escravos.

momento, e dentre os quais são de destacar os de Nina Rodrigues. Depois se seguiriam os contemporâneos, ainda inspirados em Nina Rodrigues, cuja escola é representada por Artur Ramos.

Dentro dêsse objetivo, fazendo sobretudo estudos de observação direta, em contacto imediato com as populações negras ainda sobreviventes na época, os seus trabalhos, apesar do muito que representam, se ressentem da falta de informações históricas, embora o próprio Artur Ramos reconheça que a questão da raça negra do Brasil "é, antes de tudo, um problema "histórico". (20) A consequência foi a enunciação de conceitos, que sendo perfeitamente exatos para o momento em que foram fixados pela observação dos pesquisadores, sofreram um processo de generalização para épocas anteriores, estabelecendo certa confusão nos estudos subsequentes e provocando dúvidas e vacilações. Daí afirmativas aparentemente contraditórias como as que se notam no confronto de Spix e Martius — mais ou menos seguidos por João Ribeiro e Silvio Romero — com Nina Rodrigues, aquéles a darem para a população negra do Brasil a predominância bântu, e éste a se inclinar pela origem sudanesa da maioria da população negra da Bahia. Em ambas as informações se haviam esquecido as questões tempo e lugar. Entretanto, para a Bahia, nem seria verdadeiro o unilateralismo bântu, nem o sudanês. Mas, apesar disso, o quase exclusivismo sudanês para as populações negras da Bahia ganhou foros de cidade. O mapa de Renato Mendonça, hoje tão divulgado graças ao seu valioso trabalho sobre "A Influência Africana no Português do Brasil", assinala o exclusivismo sudanês para as raças negras exportadas para a Bahia. Também Artur Ramos, num mapa com que ilustra "As Culturas Negras do Novo Mundo", atribui a mesma procedência para os africanos importados pela Bahia. (21)

Já mostramos, porém, quanto seria errôneo optar pelo exclusivismo de qualquer uma das duas origens

---

(20) Artur Ramos, *O Negro Brasileiro*, p. 19.

(21) Artur Ramos, que é um grande conhecedor do negro no Brasil, não desconhece, aliás, a importação de negros bântus na Bahia, mesmo em grande número, embora não os

mencionadas. Bântus e sudaneses, em épocas diversas, foram trazidos para o mercado baiano de escravos com igual intensidade. Circunstâncias políticas e econômicas fizeram que na importação baiana se revezassem. Se estes, pela repercussão histórica que tiveram suas revoluções, conseguiram produzir uma impressão mais ruidosa, de mais eco no momento, do que a atitude calma daqueles, nem por isso seria prudente concluir por que tenham sido as suas marcas de cultura as que mais fundo se fixaram na sociedade. Os fatos, talvez, venham mesmo demonstrar quanto foi fértil a ação silenciosa da cultura das populações bântus, mais dóceis, mais afetivas, mais abertas ao contacto de outras culturas, menos distantes, mais fáceis ao sincretismo religioso, e por isso mesmo mais permeáveis para os fenômenos de integração. No próprio estudo dos números referentes às importações escravas para a Bahia não deveremos esquecer que da massa de negros sudaneses entrados para o seu mercado, onde se abastecia parte do interior brasileiro, uma porção apreciável se trans-

---

assinale no seu mapa, o que pode dar motivo a confusões sobre a matéria, e tanto mais graves quando é o próprio a escrever que tem "elementos para acreditar que mesmo na Bahia, onde foi influente a cultura sudanesa, entraram negros bântus em grande número". (As Culturas Negras no Novo Mundo, pag. 353). Imprecisões se notam ainda na afirmativa de que "Os negros nagôs foram desde logo preferidos nos mercados de escravos da Bahia" (idem, pag. 296), o que está em desacordo com as informações do Conde de Galvêas, e que mostram somente se ter verificado a preferência de negros da Costa da Mina depois da descoberta das Minas, o que está em acordo com Caldas Brito (Levantes de Pretos na Bahia) que diz ter sido bem reduzido o tráfico entre a Bahia e a Costa da Mina até os primeiros anos do séc. XVIII. Na mesma obra escreve ainda Artur Ramos (pag. 317): "Mas se em fins do século XIX, e começos do XX os negros geges já rareavam na Bahia, o número de escravos dessa procedência foi enorme no século XVII". "E isso aconteceu justamente na época da supremacia dos povos do Dahomey central sobre os outros povos litorâneos da Costa dos Escravos". Os elementos históricos não depõem em favor dessa importação enorme de escravos geges no século XVII, quando ainda se não verificara a supremacia do Dahomey sobre os demais povos litorâneos da Costa dos Escravos, que somente no século seguinte vieram a ser tributários do Dahomey. São falhas de pouca importância, mas que podem originar confusões, sobretudo pela autoridade do autor.



portou para as minas, onde gozavam de maior reputação do que os bântus.

Nagôs, haussás, bambarras, bornus, fulas, minas e tapas, de um lado, e angolas, bengüelas, cabindas, mondongos e congos, do outro, introduzidos na Bahia, comportaram-se diversamente no choque das duas culturas — branca e negra — que aqui tanto se entrelaçaram e se aproximaram. Se muitos se mantiveram sempre insubmissos, revoltados, e animados do desejo de tornarem à terra de que haviam sido arrancados pelo cativoiro, outros tanto se identificaram ao ambiente baiano, que, deportados para a África, de lá pediram ao Governo que os deixasse voltar. Só na Bahia se sentiam bem. (22) Na Bahia que fôra o foco “mais incandescente da escravidão africana”, e onde muitos negros também se orgulharam de ter escravos.

Na Bahia, tanto se fundiram africanos e portugueses, que uns e outros associaram o seu nome à história dêsse encontro das duas raças. Ainda hoje usam os negros, na África, o nome de Bahia para exprimir as terras de além-mar. E o folclore lusitano está cheio de lembranças em que se evoca a Bahia para recordar o contacto das duas culturas e dos dois sangues. Quadras como estas ainda se cantam em Portugal:

Quando eu vim da Bahia  
lá me ficaram dez réis  
comprei duas mulatinhas  
cada uma por cinco réis. (23)

O inconsciente português ainda se não esqueceu da terra onde foi tão longo e tão vivo o processo de integração entre lusos e negros, e que deu a êstes, sobretudo aos seus descendentes, possibilidades maiores do que as que teriam na terra de origem.

---

(22) Col. Ms. do Arq. da Câmara Estadual da Bahia. Atas da Assembléia Provincial, 1836-1840.

(23) Alberto Vieira Braga, O culto de S. Gonçalo na Bahia, Barcelos, 1935.

## CAPÍTULO II

### O NEGRO NO RECÔNCAVO

Foi, porém, no Recôncavo onde se concentrou a grande massa de escravos. Dominado o tráfico por navios da Bahia e de Pernambuco, que, graças ao fumo, principalmente, concorriam vantajosamente com os negreiros portugueses, para as terras próximas à Capital brasileira conduziram os traficantes baianos as maiores cifras da imigração africana. Pelas plantações de fumo e de cana, alegrando-as com as suas cantigas e fecundando-as com o seu suor, espalharam-se os negros. Enquanto o sertão, pela própria natureza da sua economia dispersa, não era campo propício ao trabalho escravo, que requeria serviços concentrados sob as vistas do feitor, o Recôncavo foi insaciável no reclamar sempre mais negros. Depois das minas foi o maior sorvedouro de escravos. Enquanto o sertão se enchia de fazendas de gado, ocupando largas áreas de terra, e onde bastava uma população escassa e móvel para realizar o pastoreio, tão do gosto do índio e do mameluco, pelo movimento constante, a cultura da cana e do fumo, apertando-se nas fachas de massapê e nas terras mais fracas que lhes ficavam próximas, exigia um número elevado de braços para o trabalho sedentário, monótono, o homem a repisar sempre o próprio rastro, e que repugnava ao índio. Para substituí-lo foi necessário recorrer ao negro mais calmo, mais afeito à vida sedentária, e que, sempre preso à mesma paisagem do "seu" engenho, vivia e morria sem conhecer os horizontes imensos da caatinga, cujo infinito atraía o índio. O Recôncavo, economicamente, não poderia existir sem o negro. Ai, numa população onde a percentagem negra era incomparavelmente maior do que qualquer outra, o caldeamento de brancos e pretos se realizou rapidamente.

A sociedade branca reservara para si a função de mandar. Cruzava os braços, assistindo à labuça áspe-

ra do negro. O trabalho era o negro. Sem êle nada se poderia fazer nem pretender. "Sem tais escravos, escrevia o autor do "Breve Discurso sôbre o estado das Quatro Capitâneas Conquistadas", não é possível fazer alguma cousa no Brasil; sem êles os engenhos não podem moer, nem as terras serem cultivadas, pelo que necessariamente devem de haver escravos no Brasil, e por nenhum modo podem ser dispensados: se alguém sentir-se nisto agravado será um escrúpulo inútil". (24) As menores cousas, os trabalhos mais insignificantes, tudo era realizado pelo negro. Nos sobrados, nos engenhos, nos campos, tôda atividade seria absorvida pela massa escrava, importada da Africa, e cuja intelligência facilmente apreendia os conhecimentos necessários ao serviço para que era designada. Mal chegados, os negros logo assimilavam o que se lhes ensinava. Transformavam-se em ferreiros, carpinas, marceneiros, caldeireiros, oleiros, alambiqueiros e até em mestres de açúcar, sabendo o cozimento do mel, o "ponto" do caldo, a purga do açúcar. Nos campos seriam serradores, plantadores, limpadores, cortadores de cana. Sabiam como se plantava o fumo, a época própria para "capá-lo", as fôlhas que se colhiam de cada vez. Tendo como intermediário o feitor, o Senhor do Engenho mandava, gritando e repreendendo das largas varandas dos sobrados, onde uma multidão de negras e molecotas se atulhava, cozinhando, fazendo doces, cosendo, varrendo, criando meninos, catando "cafuné" na cabeça dos amos. Os Senhores de Engenho amoleciam preguiçosamente, enquanto o negro trabalhava. Eram homens, dizia-se na época, "que não sabem pôr o pé no chão e que não podem deixar de empoleirar-se numa cadeirinha e que até para conduzirem uma fôlha de papel lhes he mister um escravo!" (25)

Nesse regime o negro aproximava-se. Invadia. Vieram então as negras que, nos pescocinhos dos seus *ioiôs*, penduraram os seus amuletos, os seus fetiches, misturando buzios e dentes de jacaré com medalhas de Nossa Senhora e bentinhos de Santo Antônio. Negras

---

(24) Cf. J. A. Gonsalves de Melo, neto. In Novos Estudos Afro-Brasileiros.

(25) Diário da Bahia de 7-8-1836.

que ensinaram a rezar o mau olhar, a “espinhela caída”, o “quebranto”. Negras que saíam pelas casas afugentando os maus espíritos com raminhos de “arruda” ou de “vassourinha de relógio”. Nos engenhos havia negros conhecendo rezas fortes, capazes de fazerem cair o bicho das bicheiras ou livrar os canaviais das lagartas. A princípio talvez se risse a escassa população branca. Depois, com o tempo, inconscientemente, acabaram quase todos como aquêlé servente da Faculdade de Medicina da Bahia que declarava a Nina Rodrigues ser católico convicto, descrente dos santos africanos, mas respeitador das feitiçarias.

Nas cozinhas dos “sobrados” entrara o azeite de dendê, o inhame, e com êles tôda uma série de manjares que vieram até nós apreciados e louvados. O paladar, aos poucos, africanizava-se. As danças lascivas dos negros, diz Capistrano, “tornaram-se instituições nacionais”.

A exploração do escravo fazia-se racionalmente. Visava-se tirar dêle o máximo de aproveitamento. Por isso não conheceu rigores extremos senão os do próprio trabalho. Mesmo a sua alimentação obedecia a um movel econômico. Variava conforme o dispêndio de energia a que era obrigado. Gilberto Freyre, tratando do escravo no Brasil, opinou por que tivesse sido êle, apesar de tôdas as deficiências do seu regime alimentar, o elemento melhor nutrido em nossa sociedade. (26) O conceito parece mais verdadeiro do que o de Manoel Querino ao dizer “que o escravo do Recôncavo da Bahia, principalmente, era, no geral, mal alimentado”. (27) Isso sem se pensar que vivesse de “tripa fôrra”. Não. Mas comia de acôrdo com as suas necessidades. Disso

---

(26) Gilberto Freyre, obr. cit., pag. 69.

(27) Manoel Querino, *Costumes Africanos no Brasil*, pag. 151. Marcos Antônio de Souza, na “Memória sôbre a Capitania de Sergipe” (1808), fazendo um comparativo entre a alimentação dos escravos em Sergipe e Bahia, mostra terem sido aquêles melhor alimentados: “São muito ativos os moradores de Sergipe, que empreendem êste ramo de lavoura, por que com vinte cativos fazem maior quantidade de açúcar do que muitos ricos lavradores do recôncavo da Bahia com os enfraquecidos braços de cem escravos. Mas eu descubro e apresento a razão de proveito tão vantajoso. Ali são mais bem tratados êstes homens desgraçados, sujeitos à lei do cativo; são nutridos com os saudáveis alimentos de vegetais com fei-

um testemunho palpitante é a descrição do Engenho do Conde feita, em 1635, pelo padre Estevão Pereira. (28) Vendo tudo com o olhar agudo de jesuíta, não se esqueceu o cronista de informar o método por que se alimentavam os escravos do Engenho. Variava com a época e a natureza do serviço. Haviam de comer melhor ao tempo de moagem, assim como aquêles aos quais incumbiam as tarefas mais arduas. "Para o seu comer, informa o padre, se lhes dá de quando em quando (ao menos quando lança o engenho a moer) a sua parte de carne; e pelas festas e pelo discurso do ano, a negros serradores e que trabalham em obras de pêso, e aos fracos bem são necessárias". Também a carne de baleia, o bacalbau, a sardinha, não se davam sem a sua medida. Era "mais particularmente no tempo que peja o Engenho" que se forneciam tais gêneros aos escravos. Aos negros doentes se davam carne de porco, ovos e peixe fresco. Também vinho para os negros. Mas isso tão somente para os que "trabalhavam n'água". Era luxo reservado aos que labutavam nos mangues, enfrentando a umidade. Tudo obedecendo a uma razão de origem econômica calculada, justa, precisa, e que visava tirar do negro o máximo de rendimento com o mínimo de dispêndio. Azeitava-se a máquina na proporção do seu trabalho.

A moagem coincidia com a época de fartura. No verão amadureciam as frutas, carregavam mangueiras e araçazeiros. O mar tornava-se propício para as pescarias abundantes. A caça era fácil. Fazia-se a co-

---

ções e com milho que por toda parte colhem com abundância. Os escravos do recôncavo da Bahia se nutrem com o escasso e nocivo alimento de carne salgada do Rio Grande; suas pequenas casas são cobertas de palhas e mal os agasalham do rigor da estação, quando as senzalas em Sergipe são cobertas de telhas. Os escravos são vestidos com algodão manufaturado pelas escravas, quando os do recôncavo pela maior parte parecem mudos orangutangos. Ali se lhes (permitem) permite a mais doce sociedade; podem casar-se com as escravas da mesma família e ainda de outra, quando os proprietários da vizinha Bahia embarçam a liberdade do matrimônio, obstem a êste contrato santo, êsse grande sacramento, como escreve o Apóstolo".

(28) Padre Estêvão Pereira, Descreção da Fazenda que o Collegio de Santo Antônio tem no Brasil, Anais do Museu Paulista, v. IV, pag. 773.

lheita das roças. E a ninguém, pejando o engenho, faltava a cuia de mel e de caldo de cana. A barriga cheia alegrava os negros. O folclore ainda lembra essa satisfação pela estação do sol:

Viva o nosso Patrão!  
Homem de barriga cheia  
Na entrada do verão  
Nunca nos faz cara feia. (29)

Dentro desse sistema de exploração racional do negro não interessava maltratá-lo com rudes castigos, que diminuiriam a sua capacidade produtora. Cuidava-se dele como se cuida de um animal. Castigava-se para ensinar. Isso, porém, sem molestá-lo a ponto de transformar-se a pena num prejuízo para o proprietário. Daí ter sido relativamente ameno o tratamento dispensado aos escravos, salvo exceções cruéis de Senhores, que até nas fornalhas mandavam lançar negros vivos, e cujas barbaridades, ainda hoje, se recordam nas ruínas dos "sobrados", onde, em mortas horas da noite, para penarem os seus crimes, a superstição popular vê aparecerem as suas almas. Ameno em relação aos suplícios adotados nas colônias inglesas, holandesas e francesas: Na Martinica cortava-se a perna do negro que fugisse duas vezes. E os Senhores que se excediam na severidade, diz Manoel Querino, eram apontados com repulsa social. (30) O castigo mais freqüente era o tronco, onde se prendiam os escravos. O "vira-mundo", o açoite, a gargalheira, o anginho, o ferro em brasa, a palmatória, não foram empregados senão por alguns Senhores, cuja fama logo corria mundo, aterrando escravos e revoltando o sentimento geral. Contra estes se articulavam os negros para as eliminações violentas. Não foram poucos os que tomaram assassinados pelos próprios escravos. (31) Ficou célebre a morte de Alexan-

(29) Jovino da Raiz, O trabalhador negro no tempo do banguê comparado com o trabalhador negro no tempo das uzinas de açúcar. In Estudos Afro-Brasileiros, pag. 191.

(30) Manoel Querino, O colono preto como fator da civilização brasileira, pag. 19.

(31) Na relação de presos na Bahia cujas penas haviam sido comutadas, em 1789, figuram os seguintes negros acusados da morte dos seus Senhores: Antônio, que matou Salva-

dre Argolo, filho do Barão de Cajaíba, estrangulado pelos seus escravos, assim como o de um frade franciscano, eliminado num dos engenhos da sua Ordem. Isso sem falar nos que foram vitimados pelo "amansa-sinhô", veneno que os negros, sobretudo os mandingas, propiciavam aos seus amos, intoxicando-os lentamente, e cujos sintomas iniciais eram o amolecimento cerebral, que tornava a vítima abúlica.

Outros meios de reação dos negros contra os Senhores cruéis foram a fuga e o suicídio. A deserção para os quilombos ou para a morte. O suicídio foi frequente. Crentes na imortalidade, esperando renascer para uma outra vida, os negros buscavam na morte o alívio para o sofrimento. De um Senhor, cujos escravos começaram a se suicidar em massa, conta a tradição, que usou de um ardil para evitar a continuação dos prejuízos: — fez amputar pernas e braços dos que se matavam. Assim, privados de braços e pernas, haveriam de renascer. E os infelizes, aterrados ante essa visão, não mais se suicidaram.

Em regra, porém, eram tratados com brandura, "mais gente de casa do que bestas de trabalho", admitidos dentro dos "sobrados", vivendo na intimidade dos Senhores, muitos como lacaios de confiança, pajens, guarda-costas, criados de estima e até como confidentes. (32) A aproximação integrava-os facilmente na sociedade que se formava, emprestando-lhe as suas côres. Sobretudo pela miscigenação, as duas camadas maiores da população — a branca e a negra — fundiram-se de tal modo que era quase impossível descobrir uma linha

---

dor Pinto. João Pinto, que matou a facada Henrique Melo. João que matou José Manoel. Luiz que matou Alexandre Santos. Martinho, que matou Gabriel Antônio. Paulo, que matou Custódio Faria. Plácido, que matou o Tenente Francisco José. Adrião, que matou Antônio Alvarez. Na relação acima as vítimas, eram Senhores dos assassinos. (Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia, Livro de Ordens Régias, Carta de 3-6-1789). Em 20 suicídios ocorridos na cidade da Bahia, em 1852, 14 eram de escravos, e Cotegipe, dando conta do fato na Fala de 1853, assim se exprime: "Escuso fazer reflexões sobre a causa que leva êsses desgraçados escravos a atentarem contra seus próprios dias".

(32) Manoel Querino, O colono preto como fater da civilização brasileira, pag. 34.

nítida de separação. O cruzamento fazia surgir o elemento intermediário, o mulato, que era a linha com que se costurava a justaposição dos dois tipos dispareos. Meio branco, meio negro, mas diferente de ambos, o mulato era uma espécie de agente de ligação, que diminuía as distâncias raciais. Aos poucos apagavam-se os limites entre brancos e negros. No seu lugar estava um traço esmaçado, de largas margens, e onde se processava o contacto das duas culturas. Se os negros haviam subido até aos "sobrados", impregnando-os com as marcas da sua cultura, enriquecendo-lhes a língua, dando-lhes novas superstições, modificando-lhes até o paladar, também houve Senhores que desceram às senzalas, preferindo-as às casas de pedra e cal. De um, no Engenho Santo Estêvão, conservou-se a lembrança de que retirado da senzala pelo Barão de Paraguaçu, seu parente, a ela logo voltou: não podia mais viver no "sobrado".

A fusão se iniciava desde o berço com a mãe-preta. E continuava pela vida afora. Depois dessa primeira aproximação inocente não mais desapareceria. Fôsse nos brinquedos da infância, fôsse nas estroinices da puberdade, o negro estava sempre presente, lado a lado do branco. Na pequena sociedade dos engenhos era onipresente. No próprio trato doméstico, os "sinhôzinhos" a chamarem as velhas negras de "minha tia", exteriorizava-se êsse entendimento dos dois grupos. As Senhoras moviam-se cercadas por um pequeno exército de mucamas de confiança, cujo hábitos, mesmo por mimetismo, iam assimilando. Quanta Senhora deixou o garfo e a faca para, na intimidade, saborear a moqueca comida a mão? Quanta Senhora mascarou fumo, cuspendo nas escarradeiras espalhadas pela sala, e tomou o rapé cuidadosamente feito pela negra de estimação? Foram sem conta.

Ainda hoje, em muita casa de branco, se festeja o "dois-dois", pantagruélica homenagem aos gêmeos Cosme e Damião, versão católica do Ibeji dos nagôs, e cujo culto se afoga em lutas comidas de azeite de dendê.

E assim, um mandando e o outro trabalhando, brancos e negros foram se aproximando e compreendendo, cada um contribuindo com o seu quinhão para a formação da nova sociedade, que surgia algumas vêzes abala-



da pelo choque das duas culturas, pelas injustiças do regime servil, mas que acabou por ser uma obra de entendimento.

Na economia autárquica dos engenhos, todos vivendo e morrendo dentro do círculo estreito da indústria do açúcar, foi impossível manter as linhas de separação entre Senhores e escravos, cujas relações foram se estreitando ao mesmo tempo que se entrelaçavam as duas culturas, amalgamando-se e influenciando-se reciprocamente.

## CAPÍTULO III

### O SERTÃO E O NEGRO

O Sertão não foi hostil ao Negro. A sua organização econômica, no entanto, repeliu o escravo negro. Primeiro associado ao açúcar, depois às minas, e mais tarde às plantações de café, o escravo africano, dentro da economia rudimentar das caatingas e dos campos de criação, foi um elemento deslocado. Para isso concorriam múltiplos fatores. Primeiro o seu alto preço, em desacôrdo com a pobreza das explorações da região. Depois a própria natureza dos serviços locais, reclamando apenas limitado número de trabalhadores afeitos ao conhecimento geográfico dos taboleiros sem fim, e destinados a uma constante mobilidade no rastro dos animais tresmalhados. Por último a impossibilidade duma severa fiscalização, como a que exerciam, nos canaviais e nas minas, os feitores atentos. Tudo conspirava contra o regime da escravidão negra. Caro, ignorando a região, sempre disposto à fuga, o negro não oferecia, no sertão, as mesmas vantagens que dêle fizeram o trabalhador indispensável do litoral. Excetuadas as zonas auríferas e diamantíferas, a cuja exploração se adaptava perfeitamente, não houve para êle um lugar na vida sertaneja. Um ou outro existia, desempenhando funções de criado, ou de laçoi. E quando muito foi um elemento de passagem, transitando pelas estradas do interior como tropeiro ou carregador, ou como parte mínima de alguma *bandeira*. Nas demais atividades, o precioso colaborador do branco foi o índio, e depois, ao se alastrar a miscigenação, o mameluco ou curiboca. Estes foram os que fizeram o sertão, integrando-se na sua vida, amando-a, e dela tirando os seus hábitos de sobriedade e de energia, distantes do luxo do litoral e ambicionando apenas o domínio de largas áreas de terras, sujeitas ao seu poder de mando incontrastável. A pobreza e o isolamento enrijaram a fibra do sertanejo. Segregado, desconheceu o que fôsse a sujeição a outra

vontade além da sua. Esparsou pela fazendas e sítios de população escassa, e entre os quais se interpunham léguas e léguas de caatinga, ignorou as vaidades da emulação, os desperdícios da ostentação, que exigiam largos lucros, empréstimos, sacrificios financeiros. Adaptou a sua vida às pequenas margens de ganho. Trocou o fausto pelo prazer do mando.

Dêsse sertão de economia modesta, de hábitos simples, a região mais característica da Bahia, nos primeiros séculos, foi o S. Francisco. Divorciado do litoral, desconheceu as suas misérias e as suas grandezas. E aí, onde a riqueza não existia, a lei também foi uma simples ficção, que os homens preferiam relegar totalmente. A pobreza era compensada pela liberdade. Mas, nem por isso a vida deixava de ter o seu encanto: terra de ninguém, sem lei e sem Rei, nela, ao mesmo tempo, refugiavam-se bandidos perseguidos pela justiça, e homens de bem, austeros, graves, honestos, evadidos dos desregramentos das cidades. Dela diria, em 1704, o padre Antônio de Sam Joseph: “não quero ficar com escrupulo de admittir que são as famílias do Rio de São Francisco e certões por onde andei muito poucas, e os moradores que nelle se achão solteiros, e não dos mais rudes que do Reino passam para esta America, por que hoje se acha o Brasil em tal estado que a melhor sahida que podem ter os homens que mais seprezão de entendidos e hem criados é o retiro do Certão do Rio de São Francisco donde trabalham mais a cavalheiro e com mais lucro do que nos Engenhos, curraes de tabacos e negociação de mercancias”. (33) E, lado a lado dessas virtudes, que narra o religioso, era também o “receptaculo de facinorozos de toda a America”. Em 1715, escrevia o vice-rei Pedro Antônio de Noronha: “He certo também que as povoações deste rio [S. Francisco] que todas constão de currais a que chamam citios, ou algũas moradas separadas com grandes distancias umas das outras, he covil e azilo de todos os delinquentes deste Estado”. (34) Imperava a lei dos contrastes.

---

(33) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Ordens Régias. Carta de Padre Antônio de Sam Joseph, anexa à carta de D. Rodrigo da Costa de 13-5-1704.

(34) Idem. Carta de D. Pedro Antônio de Noronha em 1.º de Julho de 1715.

A todos, porém, fossem bandidos ou homens de bem, marcava um traço comum — a pobreza. A pobreza da economia incipiente dos currais. Nesse ambiente não poderia medrar o escravo-negro.

Duas forças atraíram o homem, fazendo-o desprender-se da praia para alcançar o interior da Bahia, ainda desconhecido — a bandeira e a criação de gado. Em ambas o negro, pode-se dizer, esteve ausente.

Da bandeira, que foi o primeiro condutor de homens brancos para as regiões centrais do país, o negro não participou. Não faz muito que Cassiano Ricardo, contestando Afonso Taunay e Alfredo Elis, afirmou a presença do negro nas bandeiras paulistas. O poeta paulista poderá ter razão se quiser dar a essa presença um sentido matemático, absolutamente rigoroso. Fora daí, estará em equívoco. Na bandeira, o negro é um elemento imponderável. Se um ou outro participou de alguma das expedições, pouco importa. Jamais, porém, terá tido a sua contribuição um vulto capaz de a fazer notada no panorama da história. O conquistador português era bastante inteligente para compreender que o negro não tinha as qualidades necessárias para ser, no interior do Brasil, um varador de terras, vencendo obstáculos, transpondo rios, enfrentando perigos e provações, em que o índio já estava perfeitamente amestrado, e com o qual o negro, nesse trabalho, não podia concorrer. Naquele a educação formara um sexto sentido, o sentido da defesa diante de todos os perigos dessas travessias ousadas pelo coração do país. O índio, melhor e mais barato, era o colaborador imprescindível das bandeiras. Nelas o negro, se existiu, foi como parcela mínima, insignificante. A sua presença, ignorada pelos cronistas, não terá sido de modo a marcá-las com a sua cor e os seus hábitos. Terá sido a presença de um elemento falhado, fadado a desaparecer.

Matias Cardoso, ao chegar à Bahia, em 1690, traz “mais de cem homens brancos com os seus oficiais de que se formou um regimento e grande número de índios armados para aquêle efeito”. Nenhuma referência ao elemento negro. A bandeira Adorno tem 150 portugueses e 400 índios auxiliares. Também Cristóvão de Barros Cardoso leva 150 brancos e mamalucos e... 3.000

frecheiros tapulas. (35) Assim são as bandeiras. Brancos, mamalucos e índios são os elementos que as compõem. Nos índios repousa a sua força numérica, a sua eficiência militar maior, não só como estrategistas, pelo conhecimento profundo do terreno em que vão lutar, mas também pelas virtudes guerreiras, pela bravura com que se batem. Sem eles a conquista seria impossível no momento em que se realizou. Ao índio, o único elemento a opor eficientemente, é o próprio índio. Por isso Bartolomeu Gonçalves ao chegar à Bahia, contando o ataque realizado pelos selvícolas no São Francisco, dá conta de ter Francisco Dias D'Ávila marchado "com 40 homens brancos e mamalucos e poucos índios por se não fiar do gentio que tinha temendo a sua traição e que por não levar índios sem os quaes se não pode fazer guerra ao Gentio Barbaro não sabia se teria bom successo". (36) Sem o índio era impraticável desbravar o sertão. O negro, porém, sem oferecer, para a empreitada, as vantagens deste, ficaria adstrito às plantações do litoral, onde era incomparavelmente maior o seu rendimento econômico.

Também na criação de gado não prosperou o trabalho do negro escravo. O fato é fácil de explicar. Assentava, principalmente, em razões de ordem econômica. A criação, além de não suportar as despesas exigidas pelo regime escravo, fazia-se fora das vistas dos donos das extensas sesmarias, quase todos eles residentes nas cidades. Adotara-se por isso o sistema fácil da parceria. O vaqueiro não era um assalariado. Era um sócio. Da bezerrama "ferrada" em cada ano, 25% lhe pertencia como remuneração dos seus serviços. Dê-le, no entanto, se exigiam duas qualidades imprescindíveis: fidelidade absoluta e domínio completo da região. Eram virtudes que só o tempo poderia criar. Aquele vinha duma moral fortemente arraigada na tradição. Esta se adquiria num existência toda ela vivida no rastro do gado perdido no *despotismo* da caatinga. O negro, emigrado da África ou nascido no litoral, não se integraria nesse regime. Era antes um sistema de co-

---

(35) Pedro Calmon, A Conquista, pag. 43.

(36) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Provisões, Cartas e Portarias. Portaria de 12-6-1676.

laboração econômica do que de subordinação. E o escravo negro somente em organizações de total subordinação poderia compensar o seu alto custo. No sertão, porém, a própria natureza do serviço, impedindo qualquer fiscalização, reclamando o trabalhador livre, a percorrer por sua conta, de dia ou de noite, mas sempre quando lhe apraz, o rebanho sob a sua responsabilidade, era incompatível com a escravidão negra. Por isso o negro aí como que não existe. E se aparece, excepcionalmente, não tem significação social. Somente as fazendas mais ricas, as casas mais afortunadas, se podem dar a êsse luxo de possuírem escravos negros, dedicados aos serviços mais ou menos ligados à vida doméstica. Estes mesmos são em número reduzido. O próprio Garcia D'Ávila, ao alforriar, por testamento, alguns cativos negros, não se esquece de determinar que "assistirão na Fazenda em que estão do dia do meu falecimento a um ano para mais comodamente quem suceder na dita fazenda se provar de outros que nela ponha". (37) E eram apenas quatro escravos e duas escravas, cuja falta temia o testador que desorganizasse a economia da sua fazenda. Pelo mesmo ato foi libertada a família de Francisco de Guiné, residente no Curral de São Tomé. Também o mesmo prazo de um ano lhe foi imposto.

Escravos negros como que só existiam, pelo menos em número ponderável, nas áreas próximas do mar, nos engenhos, nos currais de tabacos, nas fazendas de farinha. Por isso, quando Francisco Dias D'Ávila, em 1741, pede a dispensa dum imposto, alegando as grandes despesas a que é obrigado com a sustentação de escravos, apesar de grande criador de gado, refere-se apenas aos escravos que "precisamente conserva em um engenho e duas fazendas de farinha". (38) Nas fazendas de criação, mesmo pleiteando um favor régio, ninguém se atreveria a declarar a existência de escravos-negros.

Assim, ressaltadas as manchas das minas, o sertão se formou quase sem a contribuição do negro. Ain-

---

(37) Borges de Barros, *Bandeirantes e Sertanistas Baianos*, pag. 69.

(38) *Idem*, pag. 110.

da hoje, quem o percorrer, há de notar como apenas dentro do raio de expansão de alguma antiga mina se assinalam os tipos étnicos de caracteres africanos. Fora daí o que domina é uma população clara, a pele tostada pelo sol, muitos de olhos azuis, o cabelo liso, os traços finos e livres do exagerado prognatismo dos mestiços descendentes de negro. Euclides da Cunha, que foi o nosso melhor observador do sertão, notou que do forte cruzamento de brancos e índios despontara "uma raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano". (39) Fixara-se no homem como que "feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres phisicos, quase a mesma tez, variando brevemente do mamaluco bronzeado ao cafuz trigueiro, cabelo corredio e duro ou levemente ondedo; a mesma envergadura athletica, e os mesmos caracteres moraes espelhados na mesmas superstições, nos mesmos vícios, e nas mesmas virtudes". (40)

A ausência do negro no sertão deu a essa região baiana a sua fisionomia peculiar, diversa da região litorânea. Separa-as a distância racial. Entre as populações de uma e outra região existe o desajustamento de duas culturas diversas, formadas por fatores étnicos e econômicos diferentes. Se no sertão, afastadas as zonas das minas, o índio foi o elemento quase que exclusivo no cruzamento com o branco, no litoral, ao lado do índio, tipo predominante foi o negro. Mas, se não bastassem essas divergências étnicas, não nos deveríamos esquecer que uma e outra se desenvolveram dentro de regimes econômicos completamente antagônicos. Com a riqueza da zona açucareira, perfeitamente organizada dentro duma hierarquia rígida, orgulhosa da sua autarquia, ávida de lucros, fascinada pelo luxo, contrasta o pauperismo dos campos de criação, onde cada um é senhor de si mesmo, e a necessidade, transformando num hábito a poupança, deu aos homens uma sobriedade de costumes, que até no falar parece estar presente.

A sua pobreza reflete-se nesse fato: a inexistência do mercado de dinheiro. Desconhece-se o que seja o empréstimo a juro, a hipoteca, as operações comerciais

---

(39) Euclides da Cunha, *Os Sertões*, pag. 99, 2.<sup>a</sup> ed.

(40) *Idem*, pag. 107.

baseadas no crédito. Até o século XIX não foi outra a situação financeira do sertão. As finanças resumem-se no produzir, vender e comprar. O banco é o fundo de algum velho baú. E a produção fora do criatório, feita de parceria, reduz-se aos índices da capacidade de trabalho da família. O empréstimo é cousa a que apenas se recorre em horas extremas, solicitando-o de um amigo abastado, sem qualquer retribuição de juros e sem outro documento que não seja a própria palavra. Fora disso apenas um pequeno comércio de gêneros e uma ou outra indústria modesta de rapadura.

Tudo isso explica a inexistência do negro no sertão. Do negro, que custava caro, que se comprava a crédito para pagar com safras futuras, e que exigia uma larga margem de lucros. Nada disso, porém, havia no sertão para fixar o negro. Poderia ter se adaptado ao seu clima. Jamais poderia caber dentro da sua economia. À sua população foi por isso um elemento estranho. Um elemento transitório, insignificante, e que não a impregnou com traços da sua cultura. Na própria alimentação, onde, no litoral, foi tão farta a contribuição africana, quase nada ficou do negro.

Muitas das profundas divergências que distanciam o sertanejo do praieiro devem ter a sua origem no fenômeno étnico, agravado pelo antagonismo econômico. São as diferenças existentes entre o curiboca e o mulato. À perseverança e à sobriedade daquele se opõem a volubilidade e a imprevidência deste. Aquêlé é o filho do índio criado numa sociedade pobre. Este é o descendente do negro, nascido numa sociedade rica. Diferenciam-se pelo sangue e pelas tradições. Só o tempo poderá fazer que se entendam algum dia.



## CAPÍTULO IV

### BÂNTUS E SUDANESES NA BAHIA

Embora geralmente confundidos sob a designação genérica de negros, bântus e sudaneses, ao serem transportados para a Bahia, eram representantes de culturas peculiares a cada um dos dois grupos. Se é possível equipará-los pela condição comum a ambos de serem povos "backward" — para usar duma expressão americana — em relação à população branca da antiga metrópole brasileira, nem por isso se deverá desconhecer as profundas divergências que os separavam, bem mais fortes do que as que distanciavam uma nação da outra, dentro de cada um dos grupos. E, como povos de cultura ou índole diferente, era natural que também não reagissem do mesmo modo ao contacto duma nova cultura. O fato talvez explique mesmo o equívoco de algumas conclusões baseadas na observação de sobrevivências culturais.

Nina Rodrigues, por exemplo, levado pelas pesquisas procedidas sobre as religiões negras da Bahia, concluiu pela predominância quase absoluta dos povos sudaneses na importação baiana de escravos. Nos valiosos estudos a que procedera, o eminente mestre, freqüentando "terreiros", procurando entrar na intimidade dos "candomblés", assevera ter sempre se deparado com cultos de origem super-equatorial. Das formas religiosas importadas com o tráfico foram estas as únicas que impressionaram o iniciador dos estudos sobre o Negro no Brasil. Ou melhor, foram as únicas que diz ter surpreendido em estado de vitalidade. "Debalde, escreveu Nina Rodrigues, procurei entre os afro-baianos idéias religiosas pertencentes aos negros bântus. Até hoje não conheço um só negro que faça idéia sequer do que seja o *morimó* ou o Unkulukulu dos Amazulus". (41) E, levando à conta da supremacia do tráfico su-

---

(41) Nina Rodrigues, *O animismo fetichista dos Negros baianos*, pag. 164.

danês essa observação da sobrevivência de cultos super-equatoriais ao lado da inexistência de idéias religiosas bântus, Nina Rodrigues surpreendia-se de chegar a conclusões opostas às sustentadas "por autores pátrios de nomeada", que afirmavam pertencerem aos grupos bântu ou cafre os africanos vindos para o Brasil. Também Artur Ramos, reconhecendo a "pobreza da mítica bântu", se inclinou a ser a Bahia "ponto onde o tráfico de escravos foi principalmente de negros sudaneses". Baseado nessas informações, Merville J. Herskovits igualmente atribui aos povos sudaneses uma maior contribuição na formação da população brasileira. (42)

Tais conclusões, no entanto, são nem só repelidas pela análise histórica do problema, mas também pelas observações atuais das sobrevivências religiosas entre a parte da população baiana, que pratica um culto negro. O equívoco deve ter a sua explicação nas dificuldades que oferece ao observador o estudo de sobrevivências religiosas em populações influenciadas pelos grupos bântu e sudanês, para se estimar a contribuição de cada um deles. E isso justamente pelo modo diverso por que reagiu cada qual ao contacto do grupo branco dominante.

O bântu, de religião pobre de deuses, e cujo sincretismo religioso com o catolicismo já se processava desde a África com certa intensidade, não tardou em assimilar, integrando-os no seu culto, deuses sudaneses e santos católicos. Fê-lo, porém, sem prejuízo dos seus preconceitos religiosos e das práticas íntimas do seu culto. Foi, no entanto, o bastante para dar a impressão do seu desaparecimento, da sua assimilação por outra religião. Deu-se ao fato exterior uma extensão, que não tinha absolutamente. Buscando novas representações materiais para o seu culto, o bântu apenas procurava remediar uma lacuna, sem que com isso renunciasse às suas convicções. Teve, porém, esse fenômeno de sincretismo religioso uma larga repercussão no seu comportamento social dentro do grupo branco, do qual sentiu-se de logo bastante aproximado pela existência de santos comuns a ambos. Disso, até hoje, conservam a lem-

---

(42) Melville J. Herskovits. Estudos Afro-Brasileiros.

brança tanto nagôs como angolas, as duas nações mais representativas dos dois grupos negros. Nas pesquisas que realizou nos "candomblés" da Bahia, frei Tomaz Cockmeyer pôde recolher de um "pai de santo", praticante de culto bântu, o depoimento de que "angola é nação de branco, segundo o dizem os nagôs". Também as estreitas ligações entre o catolicismo e as religiões de origem bântu permanecem na memória dos negros destas religiões. Pelo mesmo informante foi dito ao modesto e culto franciscano que "a gente de Angola é muito apegada à Igreja. Desde muito tempo tratavam com os Portuguezes. Assim em Loanda, que é antiga colônia do Reino. Também foram quase sempre Angolezes os que serviam aos padres e nos Conventos aqui no Brasil". Na sua simplicidade o depoimento evoca um passado distante, mas que ainda vive na memória dos negros bântus.

Ainda hoje, na Bahia, são vários os candomblés onde se praticam cultos de origem sub-equatorial. Assim o de Bernardino, no Bate-Fólha, o de Ciriaco, na Bôca do Rio, o de Maria Nenem, também na Bôca do Rio o de Maçú, em Cachoeirinha, e o de Maria Sant'Ana, no Lobato, para falar apenas dos principais. Alguns outros desapareceram. Mas, dentre os existentes, alguns, para os quais por muito tempo vieram "pais de santo" diretamente de Angola e Congo, são anteriores ao tempo das pesquisas de Nina Rodrigues, sendo de admirar que tivessem passado despercebidos a um estudioso da inteligência do ilustre mestre.

Enquanto, porém, os bântus, mais acessíveis ao contacto do branco, aceitavam modificações na parte exterior do culto, que consideravam de pouca importância, os nagôs ou iorubas, desdenhados pelos angolas e também pelos gêges (que apesar de sudaneses mais se aproximavam de congos e angolas), devido à pobreza das suas "cerimônias", aferravam-se às exterioridades do culto, tão cheio de deuses e de aparatos, e que, justamente pela falta de preceitos religiosos, eram tidas na maior conta, não se podendo modificá-las sem violar profundamente a religião praticada. Dêsse modo, estudadas na sua exterioridade, as religiões de origem super-equatorial davam a impressão de uma vitalidade maior. O fato é mesmo constatado por Nina Rodrigues nêstes termos: "O culto gêge-nagô, que resistiu à con-

versão católica a chicote nas fazendas e plantações; que sobreviveu a tôdas as violências dos Senhores de escravos; que não se absorveu até hoje nas práticas do catolicismo dos brancos” “está destinado a resistir, por longo prazo ainda, à propaganda da imprensa, como às violências da polícia”. (43) O escritor ilustre, observando, por certo, quanto tinha ao alcance dos olhos, verificara o estado de pureza em que se conservavam os cultos super-equatoriais, também denominados, talvez com alguma impropriedade, de gêge-nagô, em contraste com a aparência dos cultos congo-angolezes, com altares cheios de santos católicos, e cujos praticantes não fogem mesmo a se declararem católicos.

Nessa disparidade entre o espírito religioso de bântus e sudaneses está, certamente, a origem do modo diverso por que uns e outros reagiram ao contacto da cultura européia. Forçado por um forte sentimento de fé, refugiando-se na prática de cultos menos accessíveis aos processos de sincretismo religioso, e onde se agremiavam negros dominados pela mesma crença, pôde o sudanês se manter numa atitude permanente de rebelião e de insubmissão. Seriam todos como os “malês, de atitudes distantes, reveladoras da sua indomabilidade”. (44) Na consciência religiosa fortalecida pela liturgia encontraram energias para retardarem o processo de integração social, mantendo-se afastados, reservados, convictos duma superioridade esbulhada, e que pretendiam reivindicar em qualquer tempo. Tanto os islamizados como os não-islamizados procuravam manter-se isolados, aquêles pela prática de um culto interior, êstes para que não fôsem profanadas as cerimônias exteriores. A ambos, porém, o círculo restrito facilitava a atitude de reação.

Não ficaram, no entanto, aí, as conseqüências dessa diversidade de comportamento religioso entre bântus e sudaneses. Se êstes foram um elemento difícil de assimilar, avesso ao sincretismo religioso, aquêles, ao contrário, com o caminho aberto pela adoção de santos católicos, mostraram-se de logo predispostos a uma maior aproximação. Enquanto os sudaneses se aglu-

---

(43) Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, p. 363.

(44) W. Pinho, *obr. cit.*, pag. 185.

tinaram em pequenas sociedades fechadas e de caráter reivindicador — às quais se filiaram alguns bântus logo assimilados — e que seriam o foco onde fermentariam as futuras rebeliões negras da Bahia, os negros bântus, sem essa barreira dum núcleo espiritual, dispersaram-se e fundiram-se com a sociedade branca, invadindo-a e modificando-a. O próprio fato da sua mais fácil desintegração e conseqüente corrupção concorreu para que penetrasse mais fundamente na sociedade dominante. De Kiewiet, citado por W. O. Brown, mesmo na África observou êsse fenômeno da desintegração bântu se refletindo na sociedade branca: "When Bântu tribal organization began to crumble under white pressure the white community itself underwent change". (W. O. Brown, *Culture Contact and Race Conflict*.)

O maior contacto, além da precedência da importação em massa de escravos sub-equatoriais, explica a maior influência do quimbundo na linguagem do Brasil, em comparação com a pequena contribuição das línguas sudanesas. É que, em todos os fatos para os quais fôsse necessária a aproximação entre brancos e negros, seria sempre mais sensível a presença do elemento bântu. Não só na linguagem mas também no folclore, que é antes uma expressão do sentimento coletivo do que manifestação de grupo, foi mais rica a colaboração bântu. Edson Carneiro, que a principio notara estar o folclore regional "fortemente impregnado de elementos bântus — os cacumbis, o samba, a capoeira, o batuque, os ranchos do boi..." (45), escreveria mais tarde que de um modo geral se podia afirmar deterem os bântus "o monopólio do folclore negro da Bahia". (46)

Ao mesmo tempo em que os sudaneses cada vez mais se isolavam em tôrno ao culto religioso, os bântus, mais acessíveis, mais dóceis, disseminavam-se pela sociedade branca, atuando fortemente na sua formação. Sem receio de se degradarem por um contacto mais íntimo, participavam das diversões públicas, a plena luz, exibindo pelas ruas da Bahia os seus folguedos sem consequência política. Em vez de procurarem man-

---

(45) Edson Carneiro, *Religiões Negras*, pag. 87.

(46) Edson Carneiro, *Negros Bântus*, pag. 21.

ter-se impermeáveis à catequese católica, agremiaram-se nas confrarias de S. Benedito e de Nossa Senhora do Rosário, em tórno de cuja devoção se apressavam os fenômenos de sincretismo religioso.

A Irmandade não era apenas um motivo de ordem religiosa. A sua função ia mais longe. Congregando os negros, principalmente bântus, para as solenidades católicas, reunia-os também para as festas populares tanto do seu gôsto. E depois das missas, dos sermões longos, das procissões faustosas, seguiam-se as diversões públicas, cânticos e danças, onde se expandia a alma negra. Ai se desconheciam separações raciais, distâncias sociais, preconceitos religiosos. Brancos e negros se nivelavam no ambiente da rua, da rua democrática, que tanto aproxima, ignorando castas e privilégios. Como vimos, ainda em 1786, pediam os negros das confrarias licença para, nas ruas da Bahia, dançarem e cantarem em língua de Angola. Na rua quem estava presente era o bântu. Às suas festas, feitas a céu aberto, incorporava-se, participando dêsse ou daquele modo, toda a população, inclusive negros sudaneses. Nos folguedos do "Rei congo", nos ranchos do boi, nos sambas, na capoeira, de que tanto se orgulhavam, nas pantominas das "cheganças" ou do "Imperador do Divino", angolas, congos e cabindas dominavam. Nina Rodrigues, acentuando esta procedência para os "cacumbis", disse ser "uma das poucas [tradições] porque êste ramo da Raça Negra escapou à assimilação anônima que sofreu no Brasil". (47) A observação, porém, sòmente será verdadeira se exprimir a integração fácil, livre de grandes reações, silenciosa, e por isso mesmo escapando muita vez à argúcia dos estudiosos do bântu na sociedade colonial da Bahia. Integração, no entanto, que deixou marcas profundas, e cujos traços ainda hoje sobrevivem na população grandemente mesclada de sangue africano.

No Recôncavo, principalmente, será possível surprender essas marcas legadas pelos negros sub-equatoriais. Nas festas mais populares, nas diversões simples dos domingos, aí está alguma cousa a denunciar a origem congo-angolesa. Seja na capoeira, no samba

---

(47) Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, pag. 273.

ou no berimbau. O berimbau, de notas uniformes e monótonas, enche tardes inteiras de ócio, agrupando trabalhadores rurais, que espairecem ouvindo o instrumento primitivo. Ao seu som se fazem desafios de capoeira, os contendores envergando uniformes de marinho, de calças descidas apenas até ao meio da perna, enquanto os circunstantes acompanham, com palmas, a melodia que se repete.

E as horas passam rápidas enquanto os contendores disputam a primazia com golpes de agilidade, e as tardes vão morrendo envolvidas num halo de saudade e de recordação inconsciente das terras africanas.

Se a mítica paupérrima dos bântus, fadada a desaparecer quase totalmente, não suportaria, depois de algum tempo, um confronto com os deuses sudaneses, nem por isso seria prudente concluir pela predominância do elemento super-equatorial, pois, excetuado êsse aspecto, seria sempre maior a influência dos sub-equatoriais. Aliás, essa própria disparidade entre a sobrevivência mais ou menos pura de uns ao lado da maior corrupção de outros, é o testemunho do retraimento dos sudaneses, contrastando com a aproximação dos bântus. E muito mais valiosa seria, para o processo de aculturação, a contribuição de um grupo aberto, predisposto à assimilação, do que a de um núcleo fechado e esquivo. Aquêlê poderia desaparecer pela fusão, tornar-se quase irreconhecível, enquanto êste, segregado, continuasse a apresentar sintonias duma maior vitalidade. Mas, apesar disso, bem mais eficiente teria sido a influência do primeiro.

Na Bahia, os dois grupos, numericamente equivalentes, mas de cultura diversa, atuaram de acôrdo com os imperativos da civilização que representavam. Um lutou pelo isolamento, receoso de se degradar pelo contacto, outro, sem temer a aproximação, fàcilmente se integrou na sociedade nova. Duas observações feitas sôbre a linguagem dão a medida dessa diferença de atitudes. Enquanto Nina Rodrigues diz das nações sudanesas que "sabiam manter-se fechadas no círculo inviolável da própria língua", (48) Vilhena, referindo-se a bântus, atesta serem os que melhor falavam e compreendiam "a nossa língua". Compreende-se assim

---

(48) Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*, pag. 68.

como a maior influência do quimbundo foi no português do Brasil a consequência duma integração fácil entre os portadores das duas línguas.

Em regra, porém, etnógrafos e historiadores se deixaram influenciar poderosamente pelas revoluções negras da Bahia, tomando-as como índices da predominância sudanesa. A observação, porém, não nos parece exata. Tais revoluções são antes a expressão do temperamento rebelde, de difícil assimilação, dos negros sudaneses, que as promoveram, do que a manifestação duma maioria transbordante. Traduzem o encontro de culturas antagônicas, e cujo desajustamento se manifesta pela violência duma reação armada. Convém notar, no entanto, que se em tôdas elas o elemento dominante é o sudanês, não tiveram contudo a impulsión-las um motivo religioso idêntico.

Datam de 1807 as rebeliões negras da Bahia, que durante mais de três décadas assustaram a Província, espalhando o pânico pelas populações da Capital e do Recôncavo. Iniciaram-nas os haussás, que ainda em 1809 e 1813, aliados aos nagôs, repetiriam a tentativa. Da primeira, apontando a idéia religiosa existente entre os rebeldes, disse o Conde da Ponte trazerem os insurrectos "certas composições supersticiosas e de seu uso a que chamam mandingas". Bem pouco para se conhecer dos verdadeiros motivos religiosos a que se filiava. Nada que indique o fundo maometano.

Dêsses três movimentos o de maior importância foi o último, quando 600 negros das armações de Manoel Ignácio da Cunha Menezes e de João Vaz Carvalho e de propriedades próximas atacaram a Capital.

Vencidos na Capital, os insurrectos desviaram para os engenhos a sua atividade. Em 1814 irrompe a rebelião de S. Amaro do Ipitanga, logo debelada. Dois anos mais tarde, em 1816, assinala-se um dos mais sérios levantes de negros na Bahia. O seu campo de ação foi nos engenhos do Recôncavo. Em Lagoa, Itatinga, Caruaçú, Guiba, Cassarangongo, Quibaca, Cabaxi, e Poucoponto, engenhos onde se concentrava um número avultado de escravos, o movimento tomou proporções assustadoras. (49) Venceu-o, Em Quibaca, Jerônimo

---

(49) Caldas Brito, Levantes de Pretos na Bahia, in Rev. Inst. Hist. da Bahia, v. 29, pag. 69.



Moniz Fiúza Barreto, apelidado então de "Salvador do Recôncavo". (50) A população enchera-se, porém, de pavor. Sobretudo as famílias dos Senhores de engenho temiam a reprodução de novos levantes. O sobressalto era geral. Qualquer anormalidade aterrava. Um fato narrado por Caldas Brito bem exprime êsse coletivo estado de espírito. Divisando ao longe 17 escravos, que, por ordem de Salvador Moniz, carregavam telhas, a família Bulcão foi logo presa de terror. E, precipitadamente, fugindo aos supostos rebeldes, embarcou numa canoa, desprevenida de comida e mesmo de roupa.

Foram de calma os dez anos seguintes. Mortos ou deportados em grande número os haussás, tidos como os elementos principais das revoltas, durante um decênio a Província esteve tranqüila.

Recomeçariam em 1826 as agitações promovidas pelos escravos. Nesse ano, nas matas do Urubu, em Pirajá, foi assaltado pela polícia um quilombo, onde o "rei" foi preso "em trajes próprios". (51) No ano seguinte, durante dois dias, lutaram os negros revoltados do Engenho Vitória, em Cachoeira. Em 1828, três tentativas de levante se verificaram na Bahia. No ano seguinte amotinaram-se os escravos dos engenhos do Cel. J. M. Pina e Melo. E, em 1830, 20 negros saíram pelas ruas da Bahia promovendo tropelias, e assaltando, por fim, os armazéns de negros novos de Wenceslau Miguel de Almeida. O resultado, porém, como das vêzes anteriores, foi sempre o mesmo: o levante malograva.

Até aqui, porém, não existem elementos precisos para se inferir com segurança sobre os fundamentos religiosos das rebeliões promovidas pelos escravos, sobretudo pelos sudaneses, cuja atitude de insubmissão dava à Bahia esse aspecto de inquietação, contrastando com a calma do Recife, onde eram de número insignificante, segundo a observação de Gardner. Se a idéia religiosa podia dar-lhes uma maior confiança em si próprios, fazendo-os crentes da sua invulnerabilidade,

---

(50) Wanderley, obr. cit., pag. 186.

(51) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Devassa sôbre a revolução de 1826.

nada autoriza a se concluir por um forte núcleo espiritual de rebelião, animando-os em nome de um deus, cuja imposição aos demais grupos seria a consequência última das empreitadas revolucionárias.

Estava próxima a Revolução dos Malês, a última e a maior de todas as insurreições negras da Bahia. Nela é que se caracteriza perfeitamente o móvel religioso dos rebeldes. Consequência talvez da aglutinação de negros islamizados. "Los negros que entraban entonces en el Brasil, escribe Novas Calvo, iban del bajo Calabar, Dahomey, Lagos, Bouny, e el viejo Calabar. Los mandingas e los fulahs habian introducido la religion mahometana en el país". (52) No Brasil e, principalmente, na Bahia. Em 1835, 1.500 negros lutaram bravamente pelo domínio da Capital. (53) Mas, apesar disso, foram vencidos. E, passada a refrega, ainda foi possível encontrar com abundância as marcas do sentimento religioso, que agremiara os negros, escravos e forros, alguns até abastados, em torno à idéia revolucionária. O fundo maometano do movimento surge límpido. Nas buscas procedidas nas casas dos implicados o encontro de "alvas brancas", livros "escritos em caráter arábico ou persa", tábuas para "serventia tipográfica", rosários "sem cruz ou de pagão", embrulhos de feitiçaria, raios de cavalo "feito espanador", "papéis escritos em língua arábica", aparecem com uma constância, que não deixa dúvida sobre o objetivo religioso do levante. (54)

E, talvez para melhor fazer ressaltar o fato religioso, enquanto as revoluções anteriores, excetuadas as primeiras, conhecidas como dos "haussás", viveram e morreram sem um nome que as caracterizasse, esta teve uma designação especial a marcá-la na história: Revolução dos Malês. Por que essa designação singular para o movimento de 1835, em que, como nos imediatamente anteriores, o elemento primacial eram os nagôs, que

---

(52) Cf. Pedro Calmon, Espírito da Sociedade Colonial, pag. 72.

(53) Para maiores esclarecimentos consultar Ignace Etienne, A Revolução dos Malês; Nina Rodrigues, Os Africanos no Brasil; e Pedro Calmon, Malês (Romance histórico).

(54) Col. Ms. do Arq. Pub. da Bahia. Revoluções de Escravos, 1835.

figuravam em 165 dos 234 processos instaurados contra os autores do último levante? (55) A resposta ainda é uma incógnita. Várias explicações têm sido tentadas. Nina Rodrigues pensa ser “evidentemente uma ligeira e insignificante corrupção de Melle, Mallé, Mali ou Malal, donde vem Malinké”. Braz do Amaral julga referir-se aos “homens de má lei”, aquêles que desconheciam a lei de Deus. Artur Ramos emprega-o para exprimir *musulmis*. A sugestão de Nina Rodrigues, embora plausível, não basta para explicar o nome da revolução de 1835, onde, como era natural, não se encontravam negros de Mali, império desaparecido desde o século XVI. Julgamos mais provável que fôsse a expressão usada, entre os próprios negros, para significar, de um modo geral, a revolução que não era dos haussás, como tinham sido as dos dois primeiros decênios do século. Isso por uma extensão maior do hábito que tinham os haussás de “designar com êsse nome [Mali] todo o Sudão ocidental”. (56) Fato tanto mais compreensível quando os Fulahs, que eram dados como vindos de Mali, no século XV, trazendo “obras de teologia muçulmana e de gramática arabe”, (57) tinham atingido no século XIX os próprios Estados Iorubas ou Nagôs. Daí, talvez, pois, tratar-se duma simples hipótese de trabalho, essa denominação de “Malês” — nome que teve na África uma grande flexibilidade (58) — envolvendo numa só palavra a origem religiosa, sobretudo maometana, da rebelião e identificando ao mesmo tempo os seus principais promotores, negros nagôs influenciados pelos fulahs vindo de Mali e então em luta com os haussás. De qualquer modo a expressão Malê lembra, principalmente, a idéa religiosa, assinalando o culto dos rebeldes negros.

Artur Ramos filia às guerras africanas as insurreições baianas, que seriam “nada mais, nada menos, do

---

(55) Ignace Etienne, *A Revolução dos Malês*. Dos demais processados, 3 eram grumas, 6 gêges, 21 haussás, 5 bornus, 6 tapas, 3 cabindas, 4 congos, 2 calabares, 3 minas, 1 berbe, 1 gabão, 1 mundubi, 1 benin e 14 mulheres.

(56) Cap. Y Urvoy, *Histoire des Populations du Soudan Central*, pag. 31.

(57) *Idem*.

(58) E. F. Gautier, *L'Afrique Noire Occidental*.

que a continuação das longas e repetidas lutas religiosas e de conquista levadas a efeito pelos negros islamizados do Sudão". (59) Convem, no entanto, assinalar a disparidade política entre as revoluções processadas na Bahia desde o comêço do século XIX e as que na mesma época ocorreram no Sudão. O fato talvez deixe entrever que as lutas nos dois continentes não tiveram uma relação próxima, influenciando imediatamente as da África sôbre as do Brasil, pois quando os haussás se levantaram na Bahia, em 1807, já era quase completa a dominação do seu reino pelos fulahs, rebelados em 1804 sob a direção do Ousman-dan-Fodio, e que cinco anos mais tarde seriam senhores absolutos das terras do Haussá. Não era, portanto, o conhecimento de triunfos obtidos na África que os animava a se rebelarem na Bahia. Também em 1835 o grande acontecimento da história africana é a derrota dos fulahs em Bornu, embora conservassem a sua influência sôbre os Estados Nagôs. Isso mostra, aliás, que os movimentos baianos, embora remotamente filiados às lutas africanas, não perdem o seu caráter regional, ao mesmo tempo que a conciliação de antagonismos políticos em tórno à revolução dos Malês deve revelar um sentimento religioso sobrepondo-se e dominando essas dissensões das tribus africanas.

Mas, apesar da grande repercussão que tiveram, não só para os contemporâneos, senão também para os historiadores, as revoluções negras da Bahia não devem servir de índice para a estimativa na superioridade numérica dos sudaneses. Pelo contrário, o que se torna evidente é o seu caráter de rebeliões realizadas por minorias religiosas, onde se deram as mãos a energia peculiar ao islamismo e o valor combativo de haussás e nagôs, "nações as mais guerreiras da Costa de Lesie". A maior delas, a de 1835, não reuniu mais de 1.500 negros. Isso numa época em que a população escrava da Bahia não seria inferior a 150.000. Em 1807, segundo informa o Conde da Ponte, pelo "alistamento último", sômente na Capital havia 25.502 pretos, 11.350 pardos e 14.260 brancos. As demais, apesar do pânico provocado, sobretudo pelo receio de que se alastrasse o

---

(59) Artur Ramos, *As Culturas Negras no Novo Mundo*, pag. 336.

espírito de insubmissão, são movimentos de pequena significação dentro da grande massa negra da Província.

O islamismo, que foi o fundamento espiritual do movimento de 1835, não havia, porém, penetrado no subconsciente das populações negras da Bahia. Foram suficientes medidas policiais para que as revoluções inspiradas no maometismo não mais se reproduzissem. Apesar dessa manifestação inicial tão intensa, o Alcorão não ganhara a profundidade necessária para subsistir a uma fase de perseguições. E o seu culto, logo entrado em decadência, acabou por desaparecer.

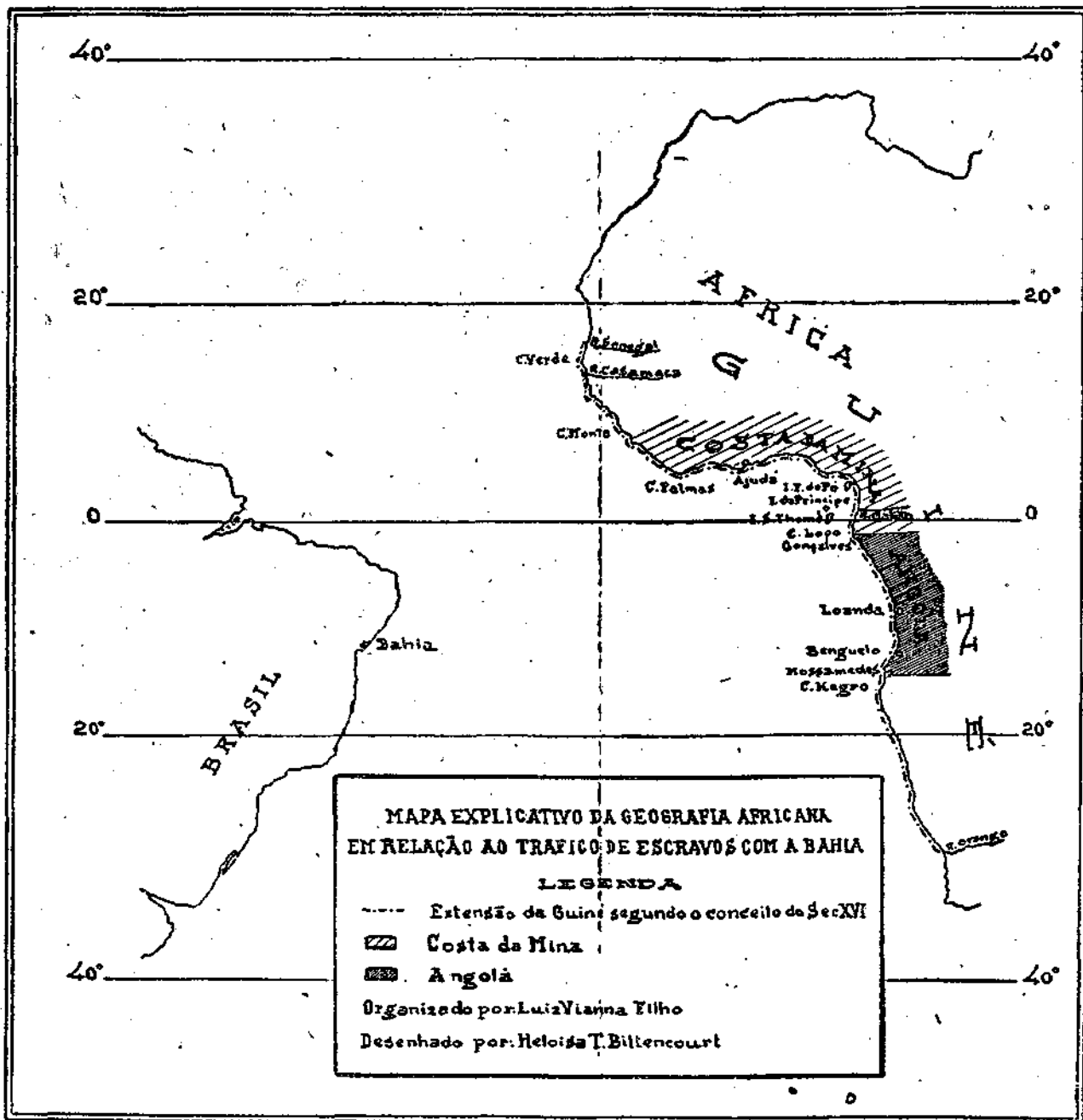
Em 1855, temendo a existência duma conspiração entre os escravos, o futuro Barão de Cotegipe mandou proceder a uma rigorosa busca nas casas dos africanos, nada sendo encontrado que pudesse denotar "o menor plano de insurreição". (60) Era o desaparecimento dos cultos negro-maometanos, que haviam sido o foco mais ativo do espírito de rebelião entre os negros da Bahia. Dêles haviam participado, principalmente, os sudaneses, que, esquecidos depressa da religião recém-adotada, tornaram aos seus "terreiros", para a adoração dos seus velhos deuses, e sempre mantidos em atitude de retraimento diante do grupo dominante.

Mas, enquanto os super-equatoriais convulsionavam a Província, expandindo o seu temperamento belicoso, os bântus, sempre dispostos a uma posição de transigência diante do conflito cultural, alheios às rebeliões, infiltravam-se pela sociedade nova, impregnando-a pacificamente com as marcas da sua cultura. Distanciados das atitudes ruidosas das revoluções, que tanto impressionaram, os bântus integravam-se silenciosa e eficientemente na sociedade. Cada grupo negro, de acôrdo com as tendências e as determinantes da sua cultura, atuaria por um modo particular. Teria o seu raio próprio de ação, através do qual se estamparia no inconsciente coletivo. E com tanto mais abundância, quanto menor fôsse o choque entre a sua civilização e aquela para a qual ingressavam oprimidos pela condição de escravos. De um — do sudanês —

---

(60) Wanderley Pinho, obr. cit., pag. 190.

se fizeram típicos representantes os nagós, que o Marquês de Abrantes, lembrando a índole inassimilável e traiçoeira, comparava à "cobra regelada", e os mandingas, ainda hoje recordados pelos seus feitiços e a sua arte no preparo de venenos lentos e sutis, que administravam aos Senhores, vítimas da sua reação ao novo meio. Do outro — o bântu — o elemento característico foi o angola, estimado pelas suas qualidades comunicativas, expansivo, loquaz, amigo da capoeira, e que se definiria no "capadócio" bem falante, sempre pronto para uma frase de humor, cordeal, e incapaz de se segregar para as reações violentas, e por isso mesmo sempre mais próximo do grupo branco, em cuja cultura se integrou, perdido na fusão anônima e fácil.







## APÉNDICE



## NOTA A

**AOSCINCO DIAS DOMEZ DE** Dezembro demil seis centoz equarenta annos nesta Cidade do Salvador, e Cazas da Camera appareceo Francisco Vieira, epor elle foi ditto que vinhadar quitação dedous mil Reis, que selhemandarão tornar doultimo quartel das crennas porconstar ter pago oito mil Reis que lheforão lançados a Saber dous mil Reis que cobrou o Meirinho Joam deMattoz eSeis milreis que estam neste Livro afolhas cento trinta ehumana navolta, eporque seordenou não secobrase mais que osdittoz trez quarteis selhemandaram tornar osdous mil reis do ultimo que já tinha pago emSertezadoque se assinou a que com migo Sebastiam da Rocha Pitta. Escrivam da Camera q̃ o Escrevy — Francisco Vieira (") Sebastiam da Rocha Pitta.

**TERMO QUE SEFEZ SOBRE** os negros do Mocambo, centradas que selhedão defazer por Ordem do Marquez Visse ReyDom Jorge Mascarenhas, e assento que sobre este negocio se tomou.

Aos vinte ecinco dias domez de Novembro demil seis centoz equarenta annos nesta Cidade do Salvador, e Cazas da Camera estando os Juizes della abaixo assinadoz tratando das Couzas do beni comum sevcyo averigoar convinha tomar assento sobre as Couzas do Mocambo deque no mez de Outubro passado ouve Junta em Palacio sendo chamadoz todoz nóz para se averigoar oque convinha sefizesse sobre estes negros levantadoz propondo o Marquez Visse Rey a Camera severia conviniente enviar ao Mocambo o Governador dos Negros Henriques (") Dias e humPadre da Companhia que sabe a lingoa dos negros elheprega nella para que hum, eoutro trassem com elles de os Reduzir aque vinhão assentar praça no Terço do dito Governador Henriques Dias para servirem a Sua Magestade ficando livres eprometendo-lhes que ficassem no Mocambo denão admitirem mais negros fogidoz porque desta maneira ficaria Sua Magestade servido, cos moradores desta Cidade e seos contornos com Segurança denam perderem dali em diante seoz escravoz aoque foi Respondido peloz dittoz Officiaes da Camera que pornenhum modo convinha tratar deconcertoz nem dar lugar aos Escravos aque consiliassem sobre este negocio eo que convinha somente

hera extinguiroz econquistallos para que os que estavam domesticos não fossem para ellez e os levantadoz não aspirassem mayores danoz como herameter-se (") com inimigos ao tempo que vem aesta Cidade fazer suas entradas como na Vizinhança do Rio Real doque Reciou meteremse com elles efazerem omal que costumão vindo tódos os annoz afazer falla aos negros domesticos, afazerem furtoz levantando negros etomando os aforça com outroz muitoz roubos que fazem matando gente branca como he notorio, oque visto pelo Marquez Visse Rey osdespedio dizendolhes que se examinasse bem onegocio, esetomasse concelho sobre amateria pois hera detanta concideraçam e com isto selhe avizasse o que lhe parecesse epor que setardava com a Rezolução avizou porhuma Portaria de vinte escis de Outubro que lhedissem oq̃ haviam determinado e Rezolução namateria e visto pornos todos quanto dannozo seria porse com estez negros emconcerto Responderam que omais proveitozo para o povo hera conquistar estes negroz epelo (") poco fructo que delles setem ainda que seoz donoz delles os hajam aseupoder como setem bem experimentado na entrada que aelles fez o Coronel Belchior Brandam não servindo este Remedio senão demayor danno pois os q̃ oslevaram para Suas Cazas lhetornaram afogar levando em Companhia muitoz denove, eassim Rezolveam com o parecer das pessoas mais bem entendidas do povo e Cidadoeñs della que lhespacia bem que o Marquez Visse Rey osmandasse conquistar, eque os machoz que setomassem servissem as gallez que Sua Excellencia estava fazendo, e que os negros dessem decadahumana dellas doze mil reis para premio dequem lá fosse buscar estes negros, e que pornenhum modo nem maneira negro que setomar no Mocambo ficasse mais nesta Praça salvo osque fossem condenadoz as Gallés, eas negras que fossem para fora da terra declarando (") q̃ os negros que incorrerão nesta pena serão somente osdos mocambos conhecidos poreses, enãos que setomarem eque para elles forão aforça ou inganados nem se intendera mocambo os negros que andão fogidosaos Redores da Fazendas desses Senhores, eporque o Marquez Visse Rey por fazer merce aesto povo na Conquista desta gente com abrevidade que costuma emtodas assuas couzas he pelo dano que selhesegne não não se executando, selhe consedem as cizas que seacharem digo selheconcedem asscrias q̃ seacharem nascidas, ecriadas nos mocamboz como os Governadores passadoz Diogo Luis de Oliveira, e Pedro da Silva troceram sem lhesserem concedidas, epor assim o ordenarem comparecer dosque melhor vito tinha ederam na elleição deste negocio semandou fazer

este termo que assinaram com as mais pessoas que assim lhe appareceu Cidadãos desta Cidade Sebastião da Rocha (") Pit-ta Escrivão da Camera desta Cidade o Escrevi — Domingos Garcia — Duarte Lopes Sueiro — Francisco Vieira — Belchior Brandão — Alvaro de Souza — Antonio da Silva Pimentel — Domingos de Aragão Per.<sup>a</sup>

(*Livro de Atas do Senado da Câmara da Cidade do Salvador, in Arquivo da Prefeitura, Livro 3, arm. 62*).

## NOTA B

### TITULO DACARTA QUE ESCREVEU Rubellio Diaz.

(") Fiquei aqui neste Mocambo pela Carta de Vossa Senhoria, e por ordem do Coronel Belchior Brandam, e logo fui com a minha gente e Tapuyos correr os matos e demos com trez companhias de Tapanhum de muita gente de que tivemos huma grande briga da qual nos quiz Deos dar Victoria em que tomei quarenta pessas a fora de muitos que foram feridos, e mortos, e assim lhe tomamos o fato que tinham tomado aos Tapuyos do Inhabupe, e nestes negros que tomei tambem o seu Governador e Ouvidor Geral, e Provedor e dos Dezembargadores, e o seu Bispo, e trazendo-os ao seu Sitio do Mocambo vendo me que não tinha priza nem por quem os podese mandar a Vossa Senhoria porque hum homem que levei me me adoeceu e os Tapuyos sam Salvagens (") que me foi forçado fazer confiança dos proprios negros por nam ter outro remedio fazendo-lhe praticas que heram meus e que Vossa Senhoria mos déra por em a situar aquelle Sitio, e assim me deu Sua palavra o seu Governador que ajuntaria os mais que andassem pelo matto que hera seu Sargento mór, e logo me trouxe dez pessas, que me entregou, e tendo-os nesta forma que digo a Vossa Senhoria quietos me foi adoecendo o Genticio, e morendo, e o q̃ estava sam sehia cada dia que fiquei só no Mocambo, e estando avizando a Vossa Senhoria me deu huma grande febre que me foi forçado vir muito apressa para minha Casa donde eston no fim da vida sangrado com oito Sangrias de hum grande pleoris que me deu, e assim atoda a mais gente (") estando como he notorio mais comtudo deixei tudo quieto com meos Escravos de que athe agora esta tudo empaz dizendo-lhe que vinha buscar clerigo para assistir ali com elles: dando-me Deos vida tornarei logo ao Mocambo, escrevendo Vossa Senhoria ao Capitam de Sergipe, em que me de os In-

dios de Tapiragua com os de patigipeba, e que não haja falta: mandandome Vossa Senhoria as prizoens para setenta ou oitenta pçssas as quaes am devir com muito segredo a Caza de Mathcos Martins pela praya que mora no Tariri: Espero em Deos levar a Vossa Senhoria hua grande preza porque menau eidehir sem dar fim aeste mocambo assim de mortos como de vivos. Vossa Senhoria mande a Francisco Dias da Villa nam mande ao Mocambo nem Sebastiana Vasques por que (") será levantarem os negros que lá estam, cassim tomei huma negra pornome Maria e hum negro por nome Francisco aos quaes mandou fazer fala eselheforam para sua Caza, eoque peso a Vossa Senhoria mos mande entregar para os levar a Vossa Senhoria pois ostomei, ao presente não seoferece mais de que possa avizar a Vossa Senhoria hoje seis de Fevereiro demil seis centos trinta e sete annos — Rubellio Dias.

(*Livro de Atas do Senado da Câmara da Cidade do Salvador, in Arquivo da Prefeitura, Livro 3, armário 62*).

## NOTA C

Carta de D. André de Melo e Castro, em 1738, sôbre assuntos referentes à economia da Colônia, e com apreciações sôbre os escravos negros.

Sobre haverem chegado ao Ryo de Janeyro as Fragatas Ondas e Lampadosa. Tendo já entregue as vias aos Mestres das duas Naus de Licença que partem para essa Corte chegarão as duas Fragatas que ha mezes, . . . . . do Ryo de Janeyro comandadas pelos Capitães de mar e guerra Antonio de Mello Callado, e Joseph de Vasconcellos com quem veyo Martinho de Mendonça, como. . . . . a V. Exa, na carta que lhe escreve. Pelo que tive do Me. de Campo Mathias Coelho de Souza, e pelas Copeas que remete a V. Exa. das que ultimamente. . . . . do Governador da Colonia será presente a S. Mag<sup>o</sup> oestado em que se acham as couzas daquela Praça e. . . . . os Castelhanos, sobre o Ryo. . . . . de Sam Pedro, a que não. . . . . couza algũa que, acrescentar, nem ainda posso dizer a V. Exa. quando poderão partir as sobreditas duas Fragatas, porque não sei o de que necessitão, nem tambem o tempo que será precizamente necessario, p<sup>a</sup> estarem promptas as Naus mercantis que devem comboyar, o q̃ procurarcy seja com possivel brevidade, bem conhecendo, que sem chegar

esta tal ou qual frota, não se poderá expedir a que neste anno devemos esperar desse Reyno. Fico livre do cuidado em que me tinha posto a tardança do Hyate, de que fallava a V. Exa., em hũa das cartas que lhe escrevy, pelo avizo que tive de se achar no Rio de Janr<sup>o</sup>. Deus Guarde a V. Exa, m. anos. Bahia e Fevr<sup>o</sup>..... 1738. O Conde André de Mello de Castro.

Sobre pôr na presença de S. Mag<sup>o</sup> os pareceres do Senado da Camera e Homens de negocio a respeito da conservação desta Cap.<sup>nia</sup>.

Em observancia de uma Provizão da Junta do Tabaco, e muito mais da Carta q̃ S. Mag<sup>o</sup> foi servido escrever-me em dous de Março no anno antecedente assignada pela sua real mão, a favor da Nau N. Sr<sup>a</sup> da Luz, parte deste porto, juntamente com a Nau Sam Patricio, que tambem alcançou Provição do Conselho Ultramarino para se ir encorporar com a frota de Pernambuco, o que ordinariamente não fazem, os que conseguem semelhante indulto todas as vezes que lhe não convem aos seus interesses particulares: A primeira leva tres mil seiscentos, e cincoenta e seis rollos de tabaco que fazem quarenta mil, seis centas e treze arrobas de pezo: Leva a segunda tres mil rollos de tabaco, e duzentas, e cincoenta caixas de assucar, que fazem o pezo de quarenta mil arrobas, o que tudo neles constarão dos documentos que se remetem a Junta do tabaco..... a ida destasduas Naus sem hirem encorporadas, com a frota desta repartição he hum dos mais graves prejuizos, e não sey se diga a ultima ruina q̃ se podia fazer ao Comercio; por q̃ computando-se o tempo em que daq̃y partirão as quatro Naus de licença com mais de onze mil rollos que tambem levarão de carga, poderão chegar ao Reyno por todo o mes de Nvembro, e não sendo..... .. que em pouco ..... ter dado..... tão consideravel quantidade de tabaco, o que não socederia si houvesse mais tempo para o seu consumo como he possivel que o tenha depois de chegarem mais sete mil rollos de tabaco fresco, e muito deferente qualidade, do que hera o que levarão as sobreditas quatro Naus por q̃ a estação que correu o anno passado o não produzio melhor; certamente que resultarão desta desordem dous grandes inconvenientes, o primeiro he, que os interessados nos tabacos o não poderão vender por outro preço, que aquelle que lhe quizerem arbitrar os compradores; porque para experimentarem este damno bastaria a antecipada noticia do tabaco que se esperava quanto

mais depois que com effeito chegar a essa Corte aonde naturalmente se ha de extrair primeyro o que he bom que qualquer outro que lhe seja inferior, como socedera ao que levarão as sobreditas quatro Naus, porque senão pode negar que he de muito deferente qualidade, e condição, de que resultará o segundo inconveniente, com grande prejuizo dos direyτος de S. Mag<sup>e</sup>, porque emquanto senão venderem os tabacos, e estiverem detidos nos Armazens não tem seus donos obrigação alguma de os pagar. Nam sou eu o que lanço estas contas, são os hom'es de negocio desta Praça, e se me fosse possível copiar nesta representação os seus clamores, as suas queixas, e miserias, poderá ser que tivesse mais força na real prezença de S. Mag<sup>e</sup>, para que ao menos se servisse impedir, que se não franqueassem com mão tam larga as Naus de Licença; venhão muito embora, e conduzão todos aquelles generos, com que se costuma negociar no Brazil, mas não se lhe permita que voltem para Portugal, sem serem corpó de frota; por q̃ desta inobservancia nascem todos os prejuizos, que hoje se estão experimentando no commercio, já enfraquecido, e debilitado; e para que o dano não se augmente, e se deminua naquella parte que he possível, se faz precisamente necessario regularem-se as frotas de maneira, que partão desse Reyno em hũ tempo certo, e determinado, para que os hom'es de negocio, os Senhores dos Engenhos, e os Lavradores do tabaco, sabendo o em q̃ podem chegar, recolhão os seus effeitos, e os tenham promptos, ou para assatisfação dos pagamentos a que se achão obrigados, ou para as remeças que devem fazer delles a Portugal, sendo de grande utilidade, assim para os devedores, como para os credores, taixarem-se os preços, de todos estes generos, o que se não pode praticar sem que se ponhão as frotas no regulamento que devem ter, para que venhão, e voltem todas juntas, e não aos pedaços, como tem socedido em todos estes annos; e por esta cauza se poderá ver a novidade de que chegando as Fragatas que S. Mag<sup>e</sup> tem mandado vir a este Porto, para conduzirem a frota da repartição da Bahya, exceda o numero dos Comboys não sendo mais de dous ao numero dos Navios que hão de comboyar. Pelo que respeita ao assucar tenho representado o que basta, para se vir no conhecimento da decadencia a que se tem reduzido este genero, ao que somente acrescentarey, que a vida da mayor parte dos engenhos, não pode durar mais que enquanto dura a vida dos escravos que ha em cada hũm que costuma ser breve; porque faltando-lhe



o dr.<sup>o</sup> para comprarem outros, e todos os meyo de que necessitão os Senhores de Engenho para fornecimento de suas fabricas, necessariamente se hão de arruinar, com a morte dos escravos, de que pende a sua total conservação. A safra do anno passado que se estende athe a Pascoa, porque athe este anno haverá cana para moerem os Engenhos, se espera seja menos esteril do que se supunha; porque todos entendem chegará a sete mil caixas, o assucar he excellente, e o pezo corresponde a sua qualidade para o anno que vem será a safra muito mais copiosa; se o tempo lhe continuar tão favoravel, como lhe tem sido athe agora; mas se os assucares não tiverem algũa sahida, de pouco servirá a abundancia della. Para se excogitar algũ meyo que podesse concorrer para este beneficio, chamey ao Senado da Camera, o Prov.<sup>o</sup> e Deputados da Meza do Comercio desta Cid.<sup>e</sup>, lhes propus o que será presente a V. Exa., pela carta que lhe escrevy sobre esta materia, de que mando copia, e resultou desta diligencia fazerem os papeis inclusos a que vay unido outro de pessoa particular, e todos passo ás mãos de V. Exa. para que o ponha na real presença de S. Mag.<sup>e</sup>. Eu confesso que não sei tomar partido em negocio tam escabroso, e cheyo de tantas difficuldades; todos convem no expediente de se procurar que os Estrageiros nos levem a terceyra parte dos assucares, e tabacos que saem do Brazil; ou prohibir-lhe a entrada dos generos que metem em Portugal, no cazo que senão queirão acomodar com este arbitrio: Se elle fosse tão facil de executar, como o he de se propor, certamente que fariamos hũ negocio, de que se nos seguiria a conveniencia que buscamos, mas obrigarmos a hu'a Nasção a que nos saque do Reyno hũ genero, de que hoje tem tanta abundancia, nem o persuade a razão, nem o poderá conseguir a violencia; prohibir totalmente a introdução dos seus generos, ainda pondo de parte, se poderiamos passar sem elles, seria hũ remedio mais perigoso que o damno, que pertendemos evitar; porque se perderião totalm.<sup>te</sup> os direytos das Alfandegas, que não são menos avultados, que os dos assucares, e tabacos, e nem porisso lhe facilitaríamos a sahida, antes ficariam mais impatados do que ao presente se achão; sendo muito mal fundada a concideração, que aquy fazem estes hom'es, de que vedando-se por hũ par de annos aos Estrangeiros, a entrada dos seus generos, os obrigariamos a nos offerecerem o partido, que agora não quizessem acetytar e eu entendo que tudo succederia ao contrario, parecendo-me que seriamos nós, os que procurassemos a sua nova introdução; por que elles tem

outros muitos caminhos, q̃ a nós nos faltão, para poderem sofrer o impate do seu cabedal, de que he bastante prova o passarem quinze, ou dezasseis annos sem o commercio de Espanha, e nem por essa cauza deixarão de manter a guerra, nem lhe faltarião meyo de proseguilla, se o seu interesse os obrigasse a continualla. Bem reconheço que o levarem os Estrangeiros algũa parte dos nossos generos do Brazil, hera o expediente que nos podia ser de mayor utilidade que nenhũ outro; mas p<sup>a</sup> este se conseguir não ha outro caminho que o da negociação, por meyo da qual se lhe pode fazer comprehender, com evidente, e inegavel demonstração, serem suas todas as fazendas que se introduzem no Brazil, de q̃ tirão somas immenças, ordenando aos seus Commissarios as vendão pelo preço que poderem, com tanto que o seu producto lho remetão em ouro, e em dinheyro, e para a extracção de tantas fazendas, não só logrão o privilegio de quatro cazas de negocio que lhes forão concedidas, mas se pode dizer que tem todas as que parecem de Portuguezes, porque na localidade se devem reputar por suas, e com muito mais segura ganancia; pois que vendendo-lhas fiadas, cobrão ao depois, com a chegada das frotas; não só o preço das mesmas fazendas, mas tambem o juro do seu principal sem quererem receber outro pagamento, que não seja em ouro, ou em dr<sup>o</sup>, e he demasiada dureza, e contra todas as maximas do Comercio, que se costumão praticar entre as outras naçoens, que em desconto de tanto cabedal, e tam preciozo nós não hajão de acceytar para satisfação das suas mesmas dividas, hua caixa de assucar, nem hũ rollo de tabaco, sendo certo que ainda no caso, que se obrigassem a extrair algũa porção destes dous generos, e principalmente do assucar, que he o que necessita de mais prompta sahida, nem porisso deixarão de lucrar mais de cento por cento, nos effeitos que introduzem no Brazil. O tabaco ainda que seja necessario cuidar-se na sua mayor extracção, como não he pouco o consumo que tem no Reyno e se navega p<sup>a</sup> á Costa da Mina, bastaria que por hora se lhe applicasse algũ dos remedios q̃ se aponta no papel dos homens de negocio desta Praça, por que me parece se pode praticar algũ delles sem que se siga damno consideravel deste expediente. Nam há duvida que a solla do Brazil pode dar de sy hũ grosso cabedal todas as vezes que se vedar a entrada aos Atanados de Inglaterra, porque restringindo-se somente a prohibição a este genero, não se devem recceyar as consequencias que poderia trazer a prohibição de todos, sendo certo que a solla não se admitindo outra no Reyno, nem em nenhũ dos

seus Dominios, he capaz de sofrer algũa imposição que possa substituir os direyτος ã pagão nas Alfandegas os Atanados, e talvez relevar algũa pequena parte dos que tambem pagão os assucares com o que ficaria este genero mais aliviado, e a fazenda de S. Mag<sup>e</sup>, sem prejuizo; verdade seja que isto não seria bastante, para que se vendesse o nosso assucar por menos preço daquelle porque o costumão dar os Estrangeiros, mas ao menos seria hũ principio de remedio, enquanto o tempo não descobriçe outro mais efficaç, e oportuno. Muito conveniente seria que os escravos baixassem do preço em que hoje se achão, mas o arbitrio que se propoem nos dous papeis da Camera, e Meza de negocio, de os hirem resgatar alem do cabo de Bôa Esperança não he praticavel; porque se os homens de negocio desta Praça apenas tem com que armarem dez, ou doze Patachos que tantos sam os que hoje navegão para a Costa da Mina, como hé possivel que possão fazer a concide-ravel despeza de que se necessita, p<sup>a</sup> mandarem Navios de mayor força a negociar a Moçambique, Scena, e Sam Lourenço, expondoas aos grandes perigos e dilações que se costumão experimentar nesta navegação; devendo-se tambem ponderar ã os escravos, que se extraém daquellas paragens não achão algũa sahida algũa, porque a experiencia tem mostrado na sua froxidão o pouco que valem para o serviço dos Engenhos, e Lavouras dos tabacos, e muito menos para o trabalho das Minas. Quando ellas se comessarão, a descobrir, que haverá 37 para 38 annos, herão muito poucos os escravos que vinhão da Costa da Mina, e esses tão mal reputados, que os Senhores de Engenho os Lavradores de Tabaco, e todos os mais que se empregavão na cultura da Campanha, lhes perfirião os de Angolla, de tal sorte que comprando estes por 50\$000 pouco mais ou menos não querião os da Costa por nenhũ preço; mas o tempo que tudo altera e tudo muda, trocou as couzas de maneyra, que hoje regeitão totalmente os de Angolla pelo menor valor ã então os compravão e comprão os da Costa por cento e vinte e certo e cincoenta mil reis, e dahy para sima; desta alteração de preços com o excesso de quaze duas partes mais do seu antigo valor, foi a primeyra origem da decadencia em que ao prezente se achão as Lavouras do Brazil. Se o arbitrio que se inculca nos sobreditos dous papeis de se formar hũa Comp<sup>a</sup> para o resgate dos escravos, alem do Cabo da Bôa Esperança, comprehendesse tambem Angolla, e Costa da Mina, como se aponta em outro papel, que remeto a V. Exa. sem embargo de lhe achar o defeito, de querer se mostrar o seu Autor demaziadarnete erodito, e pedir alguas couzas que na

minha opinião se lhe não podem conceder não hera desprezavel o projecto, por que esta se poderia erigir com outros fundamentos mais solidos, e constantes, que lhe assegurassem a subsistencia, e a duração; o que se não pode de nenhuma sorte esperar de quatro hom'es de negocio falta de credito e de cabedal, e o que mais he — (*Falta a parte final no original*). Ordens Régias, Cod. n.º 35, 1738).

## NOTA D

### MEMORIA DE BRANT PONTES SOBRE A COMMUNICAÇÃO DA COSTA ORIENTAL COM A OCCIDENTAL DE AFRICA.

Satisfazendo as Ordens de V. Exa. para dar por escripto, resposta ás perguntas, que se dignou fazer-me sobre a communicação da Costa Oriental com a Occidental de Africa, devo dizer á V. Exa. que sendo este hum dos objetos, que me mereceo bastante attenção, persuadido das vantagens incalculaveis, que necessariamente devião rezultar desta communicação a todos os nossos Estabelecimentos de Africa, do Brazil, e por consequencia de Portugal, não perdi huma occasião de adquirir conhecimentos a este respeito, já consultando os mais antigos habitantes daquelle Paiz, já aos Feirantes, que vinhão do Sertão, já finalmente a todos os Pretos do interior de Benguella.

De Pessoas tão differentes, e perguntadas em differentes occasiões, e lugares, tive sempre as mesmas noticias, isto é, que ás Terras de Lovar, ultimo Sovado, onde hião os nossos Feirantes negociar, vinhão Pretos, que noticiavão ouvir das suas terras, som de Artilharia, e de Sinos, e ver Embarcações á vela, o que tudo necessariamente devia pertencer aos Brancos habitantes na Costa Oriental d' Africa. Em Agosto do anno passado, andando eu em Benguella de Guarda-Costa, tive occasião de fallar a muitos mais Feirantes do interior daquelle fertilissimo Sertão e não encontrei hum só, que duvidasse da communicação, e que tão pouco a não desse já feita, e acabada pellos mesmos Pretos. Finalmente poucos dias antes do meu embarque para Lisboa recebi huma carta de Elias Vieira de Andrade, Negociante, morador do Sertão de Benguella, em que me confirmava estas noticias, mandando-me além disso o roteiro da marcha, que seguem os Pretos

desde CABERABERA, que está debaixo do nosso dominio, até ao RIO LUAMBEJI, accrescentando no fim do mesmo Roteiro (que V. Exa. achará juntamente com esta) huma Nota interessante. Nada mais poude saber a este respeito, em quanto me demorei em Angola, e Benguella, huma feliz casualidade porem me forneceo conhecimentos mais importantes. A 17 de Abril, embarquei para a Bahia no Bergantim S. DOMINGOS DELIGENTE de que hé Capitão João Ignacio Coelho, que trazia em sua companhia, hum Preto por nome Domingos, que terá ao prezente 39 annos de idade, excellente Marinheiro, e ainda melhor Escravo, pela sua intelligencia, e fidelidade. Do sobredito Preto, tive as noticias seguintes: Que era nascido em huma Villa chamada QUISSUCA QUIALACITA, e muito notavel entre elles, por ter sete EMBONDEIROS (a).

Todos os seus Patricios, erão assim como elle, de côr fula, e uzavão de Cabellos compridos.

Os Brancos da Costa Oriental d'África, costumavão vir a este Sitio com fazendas negociar, porem o Rey, a quem chamavão SOMA-CANJOVERA, não lhes permite entrar na Villa, e ficão da parte direita do Rio olhando pelo Rio abaixo.

Os Pretos, que tem Escravos a vender, levão-nos a esta, como Feira, e chamão Pumbeiros aos taes Brancos, que ahí vão negociar.

Não costumão extrahir o Ouro, ou para melhor dizer, he prohibida a sua extracção debaixo de gravissimas penas, pela persuazão, em que está o SOMA de perder as suas terras, logo que elle appareça.

Este preto da idade de quinze annos pouco mais, ou menos, foi furtado por outros, que o levarão a pé pela margem do rio acima até ao Sitio denominado MASSANGO-NAANGUMBE, atravessando neste lugar o rio, foi conduzido pelo interior do Sertão, e pela estrada da esquerda, porquanto ha outra da direita, a que chamão estrada alta, até ao Sovado de QUIRUMBO-QUIANDÚA, vizinho de novo Redondo, para onde ultimamente foi transportado, e vendido a hum Irmão do sobredito Capitão João Ignacio Coelho.

---

(a). Embondeiros, são humas arvores altas, demaziadamente copadas, e algumas tão corpulentas, que douze homens, as não abração. A sua Casca he grosseira, e dura, o resto porem tão brando que com facilidade, e com qualquer instrumento, se deixa vencer.

Accrescenta este Preto, que em toda a sua digressão, pouco mais gastara de trez mezes, lunares, que assim se contão na sua terra.

Bem perto do lugar do seu nascimento, ha hum monte alto, do qual se vê o mar da Índia.

Todos os Sovas do interior do Sertão tratarão bem a este Preto, e aos outros Companheiros do seu Roubador, e Senhor com o qual encontrou, haverá oito annos prezo nas Galles do Rio de Janeiro, e perguntando-lhe a causa de tão inesperado acontecimento, lhe foi dito pelo tal Ladrão, que sabendo o Pay do refferido Domingos, haver elle sido o roubador de seu filho, alcançou licença do Sova, para fazer nelle, e seus companheiros, huma justa reprezalia, portanto fora prezo na volta de Benguella com mais cinco Companheiros, dos quaes dois ficarão na mesma terra, e quatro forão conduzidos para o Bailundo, onde os comprou hum Feirante de Benguella, e deste Porto embarcando todos para o Rio de Janeiro, forão ahi vendidos para diferentes terras, tocando por sorte ao dito Ladrão, ficar no Rio, aonde se achava em gallez, como acima fica dito, para castigo de alguns outros furtos que na mesma Cidade havia cometido.

Exaqui, Exmo, Sr. todas as noticias, que poude conseguir a respeito de tão interessante objecto, e creio, que confrontadas, com as que houver communicado o Astronomo Lacerda, poderão fornecér conhecimentos uteis, para entender neste negocio com mais acerto.

Parece pois não poder haver ao presente duvida alguma sobre a existencia da communicação das duas Costas, mas he indispensavel, que ella seja encarregada a Pessoas intelligentes, que a emprehensão pela via do Commercio sem o minimo apparatus Militar, e com o maior segredo, pois havendo entre os Pretos a menor suspeita do nosso projecto, farão toda a diligencia, pelo estorvar, e impedir, porque tal he a sua prevenção contra os Brancos, que se não capacitão poder haver da nossa parte acção util, ou indifferente aos Pretos, mas sim todas encaminhadas a proveito nesso, e prejuizo delles.

Ha contudo meios bem facéis e seguros de conseguir o fim, a que nos propomos, sobre os quaes meios, eu não direi huma só palavra, por se acharem expendidos em huma Memoria do espirito mais illuminado, que tem governado a Africa, Memoria, que merece toda a estimação, e conceito, não só pela

sublimidade, e novidade de suas ideias, mas porque, já hoje se achão realizadas grande parte das suas hypotheseas. Eu temo offênder a modestia de V. Exa. e portanto não prosigo, como dezejava a este respeito.

Se tudo quanto fica refferido, não for realmente o mais exacto, he comtudo o mais veridico, que pôde saber.

D.s G.de a V. Exa. por m.s ans

Lisboa 9 de Setembro de 1800.

Felisberto Caldeira Brant Pontes.

Illmo. e Exmo. Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho.





## PRINCIPAIS TRABALHOS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

- AFONSO TAUNAY** — Na Bahia Colonial, Rio, 1925.  
— Panorama Africano, in D. Casmurro, n.º de 12-5-1936.  
— Cifras do Tráfico, in Jornal do Comércio, n.º de 30-8-1936.  
— As últimas décadas do tráfico, in Jornal do Comércio de 24 e 31 de Julho de 1938.
- ALBERTO VIEIRA BRAGA** — O culto de S. Gonçalo na Bahia, Barcelos, 1935.
- AFONSO BANDEIRA DE MELLO** — Trabalho Servil no Brasil, in Boletim do Ministério do Trabalho, n.º 22.
- ADOLFO BALBI** — Tratado de Geografia Universal. Paris, 1838.
- AFRÂNIO PEIXOTO** — Minha Terra e Minha Gente.
- ANDRÉ JOÃO ANTONIL** — Cultura e Opulência do Brasil, ed. Taunay.
- ARTUR RAMOS** — O negro Brasileiro.  
— As Culturas Negras do Novo Mundo.  
— O Folclore Negro do Brasil.  
— Castigos de Escravos, in Rev. do Arquivo Municipal, vol. 47, São Paulo.
- BRANT PONTES** — Memória sobre a comunicação da Costa Oriental da Africa, in Arquivos de Angola, n.º 3.
- BORGES DE BARROS** — Bandeirantes e Sertanistas Baianos.
- BRAZ DO AMARAL** — Contribuição para o estudo das questões de que trata a tese 6a, da secção de História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas. As tribos negras importadas. Estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil.  
— Os grandes mercados de escravos, in Rev. do Instituto Histórico Brasileiro. Tomo Especial do Primeiro Congresso de História Nacional, Parte II.  
— História da Independência na Bahia.
- BOUILLET** — Dictionnaire Universel d'Histoire et Geographie.
- CAPISTRANO DE ABREU** — O Descobrimento do Brasil.  
— Capítulos de História do Brasil.
- CASSIANO RICARDO** — O negro no bandeirismo paulista, in Rev. do Arquivo Municipal, v. 47.
- CALDAS BRITO** — Levantes de Pretos na Bahia, in Rev. Inst. Histórico da Bahia, vol. 29.
- DOMINGOS DE ABREU E BRITO** — Sumário e descreção do Reino de Angola e do descobrimento de Loanda e da grandeza das Capitánias do Estado do Brasil, in Arquivo de Angola, vols. 25 a 27.

- EUGÊNIO DE CASTRO — Geografia Lingüística.  
 E. F. GAUTIER — L'Afrique Noire Occidental.  
 ESTÊVÃO PEREIRA (padre) — Descreção da Fazenda que o colégio de Santo Antão tem no Brasil, in Anais do Museu Paulista, vol. IV.  
 EDSON CARNEIRO — Religiões Negras.  
 — Negros Bântus.  
 EVARISTO DE MORAES — A escravidão africana no Brasil.  
 EUCLIDES DA CUNHA — Os Sertões, 2.<sup>a</sup> ed.  
 FERNÃO CARDIM — Tratado da Terra e Gente do Brasil, ed. com notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.  
 FRANCISCO INOCÊNCIO DE SOUZA COUTINHO — Breve e util Idéia do Comércio e Navegação e Companhias d'Ásia e de África, in Arquivos de Angola, vol. 3.  
 GABRIEL SOARES — Tratado Descritivo do Brasil, ed. "Brasiliana".  
 GILBERTO FREYRE — Casa Grande & Senzala.  
 GILBERTO FREYRE e outros — Novos Estudos Afro-Brasileiros.  
 GÓES CALMON — Vida Económico-Financeira da Bahia.  
 HERMAN WÄTGEN — O Domínio Colonial Holandês no Brasil, trad. P. C. Uchôa Gavaicanti.  
 H. KOSTER — Viagens ao Interior do Brasil.  
 IGNACE ETIENNE — A Revolução dos Malês, in Rev. Inst. Histórico da Bahia, vol. 33.  
 INÁCIO ACIOLI — Memórias Históricas e Políticas da Bahia, ed. Braz do Amaral.  
 JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO — Épocas de Portugal Económico.  
 JOÃO RIBEIRO — História do Brasil.  
 JOANNES DE LAET — História da Companhia das Índias Ocidentais, trad. José Hígino.  
 JOSÉ ANTONIO CALDAS — Notícia Geral desta Capitania da Bahia, in Rev. do Instituto Histórico da Bahia, vol. 57.  
 JOSÉ DA SILVA LISBOA — Carta a Vandelli, in Anais da Biblioteca Nacional, vol. 32.  
 LUIZ VIANNA FILHO — A Sabinada.  
 LUIZ DOS SANTOS VILHENA — Cartas Soteropolitanas, ed. Braz do Amaral.  
 LUIZ AGASSIZ — Viagem ao Brasil, trad. Sussekind de Mendonça.  
 MALTE-BRUN — Geografie Universelle.  
 MIGUEL CALMON — Memória sobre a cultura do Tabaco na Bahia, Bahia, 1835.  
 MANOEL QUERINO — O colono preto como fator da civilização brasileira.  
 — Costumes Africanos no Brasil.  
 — Os Homens de Côr Preta na História.

- NINA RODRIGUES — Os africanos no Brasil, ed. Homero Pires.  
— O animismo fetichista dos negros baianos.
- OLIVEIRA VIANA — Evolução do Povo Brasileiro.
- PEDRO CALMON — Espírito da Sociedade Colonial.  
— Espírito da Sociedade Imperial.  
— O Brasil e a Imigração Negra, in *Jornal do Comércio* de 31-12-1933.  
— História da Civilização Brasileira.  
— A Conquista.
- PANDIÁ CALÓGERAS — Política Exterior do Império, vol. I.  
— Formação Histórica do Brasil.
- PERO DE MAGALHÃES DE GANDAVO — Tratado da Terra do Brasil, ed. da Academia de Letras.
- PERDIGÃO MALHEIROS — A escravidão no Brasil.
- PÔRTO SEGURO — História Geral.
- ROBERTO SIMONSEN — História Econômica do Brasil.
- RODOLFO GARCIA — A Capitania de Pernambuco no Governo de D. José César de Menezes, in *Rev. do Instituto Histórico Brasileiro*, vol. 84.
- RENATO MENDONÇA — A influência africana no português do Brasil.
- R. SOUTHEY — História do Brasil.
- ROQUETE PINTO — Seixos Rolados.
- RECLUS, E. — *Nouvelle Geographie Universelle*.
- SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA — Raízes do Brasil.
- WADERLEY PINHO — Cotegipe e o seu tempo.
- Y. URVOY — *Histoire des Populations du Soudan Central*.
- Estudos Afro-Brasileiros — Prefácio de Roquete Pinto.
- Livro das Denúncias de 1618 — Introdução de Rodolfo Garcia.  
Denúncias da Bahia — S. Paulo, 1925.
- Revista do Instituto Histórico Brasileiro.
- Revista do Instituto Histórico da Bahia.
- Anais do Arquivo Nacional.
- Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco.
- Anais do Arquivo Público da Bahia.
- "Documentos Históricos", ed. da Bib. Nacional.
- Anais da Biblioteca Nacional.

### MANUSCRITOS

- Col. Ms. do Arquivo Público da Bahia, especialmente as Cols. de Ordens Régias, Cartas a Sua Majestade, Correspondência Consular, e Revoluções de Escravos.
- Col. Ms. do Arquivo da Prefeitura da Bahia.
- Col. Ms. do Arquivo da Câmara Estadual da Bahia.
- Col. Ms. do Instituto Histórico da Bahia.